

# ANEXO 3

## RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DO PCF-BRASKEM

# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

01 de Novembro de 2021

Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
-------------------------------	-----------------	---------------------------------	--	-----------------------------------

Áreas do Acordo

Resguardo	522	522	522	0	595
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.866
Zona B	77	77	77	0	82
Zona C	159	159	159	0	152
Zona D	2.804	2.804	2.764	40	2.735
Zona E	2.607	2.607	2.590	17	2.194
Zona F	61	61	60	1	55
Zona G	2.370	2.370	2.350	20	1.037
Zona H	1.342	1.342	1.303	39	258
TOTAL ÁREA 00	11.574	11.574	11.457	117	8.974
Área 01	2.850	2.850	2.529	321	67
TOTAL GERAL	14.424	14.424	13.986	438	9.041

Destaques

Realocação

- Zona D: 40 pendentes, sendo 26 residenciais e 14 comerciais
- Zona E: 17 pendentes, sendo 14 residenciais e 3 comerciais
- Zonas F: 1 pendente, sendo comercial
- Zonas G: 20 pendentes, sendo 15 residenciais e 5 comerciais
- Zona H: 39 pendentes, sendo 34 residenciais e 5 comerciais
- Área 01: Selagem concluída e atendimentos iniciados
  - 321 selos pendentes de realocação, sendo 287 residenciais e 34 comerciais
- 3.059 pedidos de antecipação de 6k, 2.913 com pagamento concluído e 2.956 (97%) já realocados
- 206 pedidos de antecipação de comércios, 129 com pagamento concluído e 147 (71%) já realocados

Compensação

- 10.428 propostas de compensação apresentadas:
  - 9.041 propostas aceitas e 37 recusadas
  - 759 propostas feitas, aguardando resposta
  - 591 propostas em reanálise ou em ajustes/esclarecimentos
- 704 propostas apresentadas em Setembro
- 687 propostas apresentadas em Outubro

1. Não considera grandes equipamentos, imóveis da Braskem e demais casos que não serão tratados na Central do Morador; 2. Imóveis que entraram no PCF via Junta Técnica e que se sobrepõe à área definida no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico 3. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas e imóveis desocupados mapeados em campo

Realocação      Compensação

Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>2</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
--------------------	--	----------------------------------	------------------------	-----------------

Resguardo	131	131 (100%)	201	181 (90%)	159
Zona A	307	307 (100%)	353	325 (93%)	283
Zona B	7	7 (100%)	8	8 (100%)	6
Zona C	47	47 (100%)	56	52 (93%)	40
Zona D	631	607 (96%)	856	635 (74%)	437
Zona E	752	744 (99%)	1.066	672 (63%)	381
Zona F	24	23 (96%)	43	25 (58%)	14
Zona G	962	953 (99%)	1.330	488 (37%)	211
Zona H	454	441 (97%)	617	82 (13%)	16
Área 01	803	739 (92%)	388	17 (4%)	3
TOTAL	4.118	3.999 (97%)	4.918	2.485 (51%)	1.550

Destaques

Realocação

- ~97% do total de imóveis comerciais & mistos já foram desocupados
- ~100% do total de imóveis comerciais & mistos do Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~96% do total de imóveis comerciais & mistos das Zonas D e F já foram desocupados, estimados 25 imóveis pendentes de desocupação: 24 da Zona D e 1 da Zona F
- ~99% do total de imóveis comerciais & mistos da Zona E e Zona G já foram desocupados, estimados 17 pendentes de desocupação: 8 da Zona E e 9 da Zona G
- ~97% do total de imóveis comerciais & mistos da Zona H já foram desocupados, estimados 13 pendentes de desocupação
- ~92% do total de imóveis comerciais & mistos da Área 01 já foram desocupados, estimados 64 pendentes de desocupação

Compensação

- 2.485 propostas já apresentadas (~51% dos pleitos ingressados) das quais:
- 1.550 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais & mistos das Zonas A e C, com ~93% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação iniciado em Julho/2021 para a Zona H e Outubro/2021 para a Área 01, de modo que estamos no 3º e no 1º mês, respectivamente, de programa para estas zonas.

1 Números de selos classificados como comerciais e mistos de Resguardo e de Zona C estão menores que os valores divulgados no relatório do dia 15/03/2021 devido a uma atualização no critério de classificação dos selos;

2 Número de pleitos ingressados do Resguardo e das Zonas A, B, C, D e E é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

3



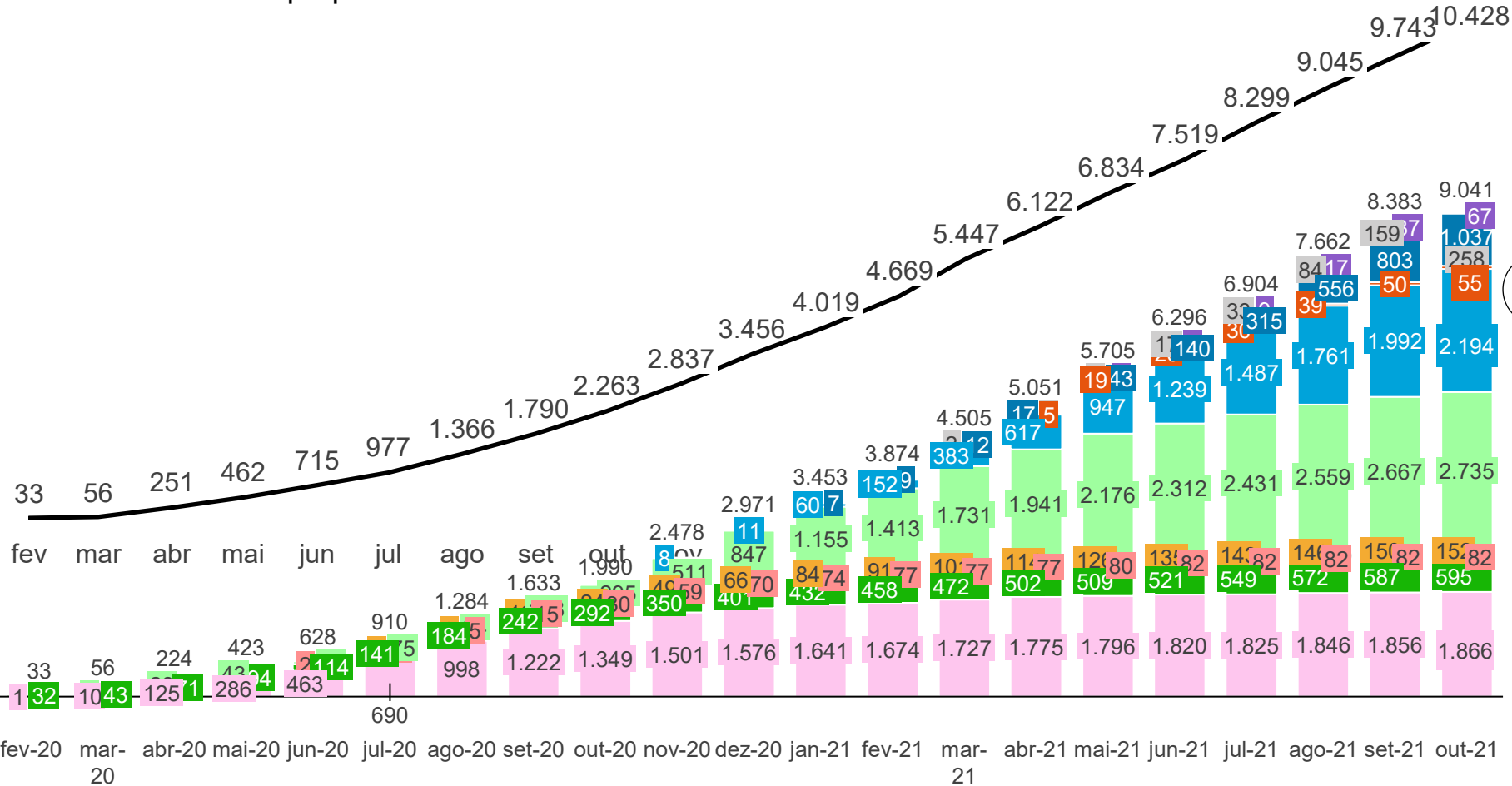
# Evolução do Programa de Compensação

Status em  
31/10/2021



## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



O programa já superou o patamar das 10.428 propostas apresentadas, 9.041 propostas aceitas e 7.673 propostas pagas

Em outubro, 658 propostas foram aceitas

O índice de aceitação geral é de 99,6%; mantendo-se elevado em todas as Zonas

Há +2k propostas aceitas na Zona E, com índice de aceitação de 99,9%

A taxa de aceitação de reanálise também é alta, atingindo 99%

Apenas 37 propostas foram recusadas em todo o programa e, destas, somente 17 por insatisfação com o valor proposto pelo imóvel.

Existem 608 casos aguardando documentação final do beneficiário e 362 já em processo de assinatura

# Relatório Financeiro: Pagamentos Realizados no Âmbito do PCF

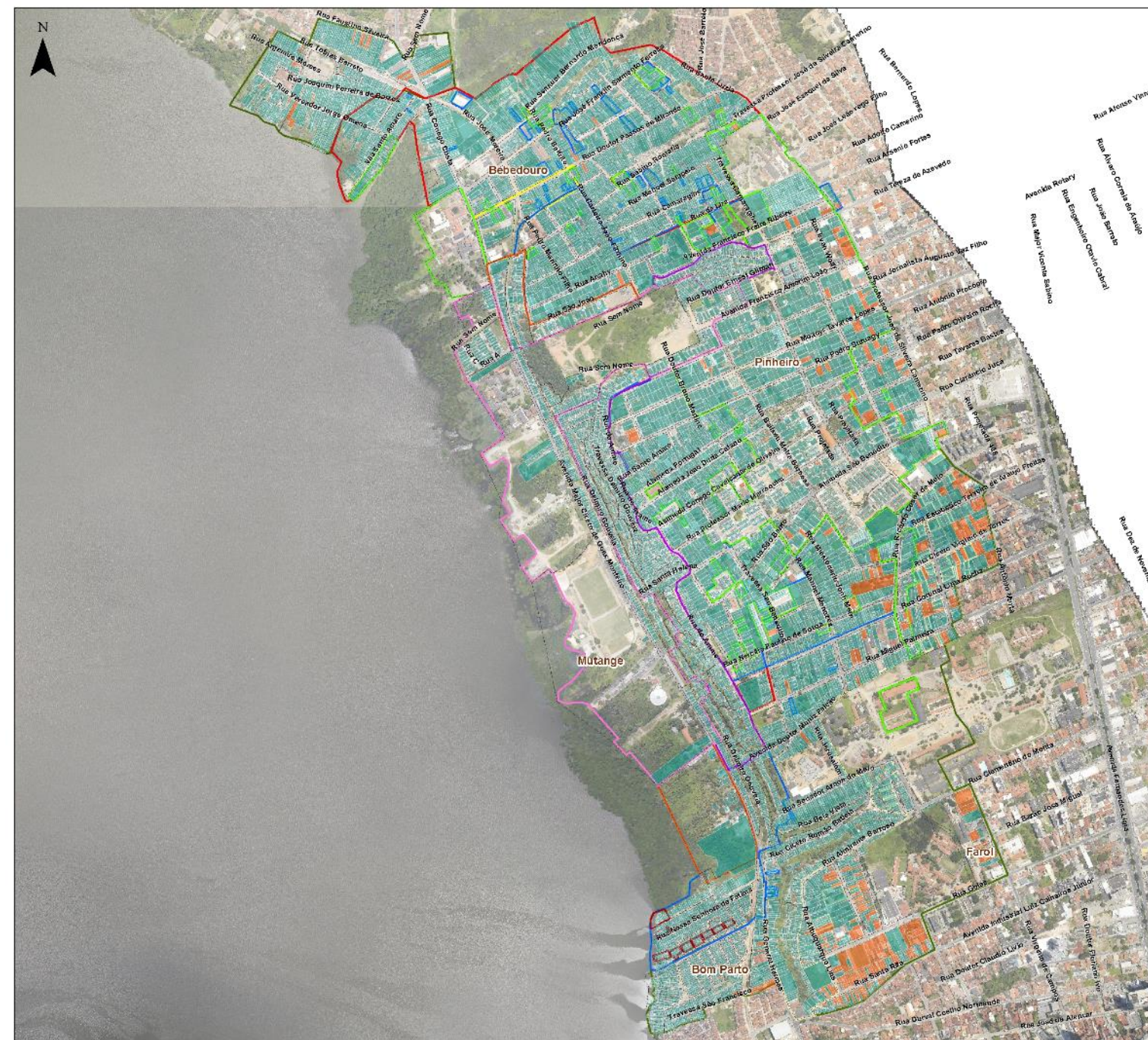
Status em  
31/10/2021

Pagamento <sup>1</sup> – R\$ Mil	Consolidado 2020	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	Total
Total	409.241	72.818	94.378	136.289	114.409	159.185	132.578	138.032	122.816	117.706	129.721	1.627.173
Auxílio temporário	95.052	13.060	10.333	16.227	17.460	19.303	14.202	11.248	11.394	8.948	8.441	225.668
Antecipação indenização lucro cessante	18.280	4.840	5.089	5.454	7.682	8.380	6.042	3.982	2.764	2.074	1.582	66.169
Compensação final	281.535	52.254	75.045	108.882	84.652	124.861	106.335	116.356	103.072	101.223	113.614	1.267.829
Honorários Advocatícios	14.374	2.664	3.911	5.726	4.615	6.641	5.999	6.446	5.586	5.461	6.084	67.507

1. Os números serão auditados posteriormente pela auditoria independente (Grant Thornton)



# STATUS DE OCUPADOS E DESOCUPADOS/REALOCADOS – 29/10/2021



## Legenda

### Status

29/10/2021

Desocupado

Ocupado

Setores de Identificação

### ZONAS DE DESOCUPAÇÃO

RESGUARDO

ZONA A

ZONA B

ZONA C

ZONA D

ZONA E

ZONA F

ZONA G

ZONA H

ÁREA 01/CRITICIDADE 01

## Comentários

- Este mapa não contempla os Grandes Equipamentos
- A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis selados e em atendimento pelo PCF

### MAPEAMENTO - BRASKEM

### MAPA STATUS OCUPADOS E DESOCUPADOS OU REALOCADOS - 29/10/2021

Fonte dos Dados:  
MAPA CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE BRASKEM (2019) - INE  
MAPA DE SERTIFICAÇÃO DE CANAIS E DE LINHAS DE ADEQUAÇÃO (DIRETORIA DE REGULAÇÃO - 2019)  
BASE CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE BRASKEM (2019)

Notas:  
Este mapa não contém informações sobre a situação de ocupação dos imóveis e não é uma representação oficial da Braskem.

Informações Cartográficas:  
Sistema de Referência: UTM / Proj4: UTM / Datum: WGS 84 / Escala: 1:50.000





# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

01 de Novembro de 2021

# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

31 de Janeiro de 2022

Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
-------------------------------	-----------------	---------------------------------	--	-----------------------------------

Áreas do Acordo

Resguardo	513	513	513	0 <sup>4</sup>	610
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.894
Zona B	77	77	77	0	82
Zona C	155	155	155	0	163
Zona D	2.808	2.808	2.776	32	2.905
Zona E	2.609	2.609	2.594	15	2.523
Zona F	61	61	60	1	70
Zona G	2.375	2.375	2.354	21	1.620
Zona H	1.341	1.341	1.311	30	637
TOTAL ÁREA 00	11.571	11.571	11.472	99	10.504
Área 01	2.851	2.851	2.565	286	382
TOTAL GERAL	14.422	14.422	14.037	385	10.886

Destaques

Realocação

- Zona D: 32 pendentes, sendo 13 residenciais e 19 comerciais
- Zona E: 15 pendentes, sendo 8 residenciais e 7 comerciais
- Zonas F: 1 pendente, sendo comercial
- Zonas G: 21 pendentes, sendo 13 residenciais e 8 comerciais
- Zona H: 30 pendentes, sendo 19 residenciais e 11 comerciais
- Área 01: Selagem concluída e atendimentos iniciados
  - 286 selos pendentes de realocação, sendo 224 residenciais e 62 comerciais
- 3.187 pedidos de antecipação de 6k, 3060 com pagamento concluído e 3.108 (97%) já realocados
- 213 pedidos de antecipação de comércio, 145 com pagamento concluído e 155 (73%) já realocados

Compensação

- 12.497 propostas de compensação apresentadas:
  - 10886 propostas aceitas e 52 recusadas
  - 684 propostas feitas, aguardando resposta
  - 875 propostas em reanálise ou em ajustes/esclarecimentos
- 706 propostas apresentadas em Dezembro
- 624 propostas apresentadas em Janeiro

1. Não considera grandes equipamentos, imóveis da Braskem e demais casos que não serão tratados na Central do Morador; 2. Imóveis que entraram no PCF via Junta Técnica e que se sobrepõe à área definida no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico 3. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas e imóveis desocupados mapeados em campo. 4. Um imóvel segue em utilização como depósito

Realocação

Compensação

Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>2</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
--------------------	---	-------------------------------------	---------------------------	--------------------

Resguardo	128	128 (100%)	197	180 (91%)	163
Zona A	307	307 (100%)	351	333 (94%)	301
Zona B	8	8 (100%)	9	8 (89%)	6
Zona C	46	46 (100%)	56	53 (95%)	46
Zona D	631	612 (96%)	848	689 (81%)	503
Zona E	759	752 (99%)	1.106	793 (72%)	535
Zona F	24	23 (96%)	43	32 (74%)	21
Zona G	978	970 (99%)	1.395	773 (55%)	475
Zona H	471	460 (97%)	669	267 (40%)	122
Área 01	838	776 (92%)	853	91 (11%)	47
TOTAL	4.190	4.082 (97%)	5.527	3.219 (58%)	2.219

Destaques

Realocação

- ~97% do total de imóveis comerciais & mistos já foram desocupados
- ~100% do total de imóveis comerciais & mistos do Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~96% do total de imóveis comerciais & mistos das Zonas D e F já foram desocupados, estimados 20 imóveis pendentes de desocupação: 19 da Zona D e 1 da Zona F
- ~99% do total de imóveis comerciais & mistos da Zona E e Zona G já foram desocupados, estimados 15 pendentes de desocupação: 7 da Zona E e 8 da Zona G
- ~97% do total de imóveis comerciais & mistos da Zona H já foram desocupados, estimados 11 pendentes de desocupação
- ~92% do total de imóveis comerciais & mistos da Área 01 já foram desocupados, estimados 62 pendentes de desocupação

Compensação

- 3.219 propostas já apresentadas (~58% dos pleitos ingressados) das quais:
- 2.219 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais & mistos da Zona A, com ~91% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação iniciado em Julho/2021 para a Zona H e Outubro/2021 para a Área 01, de modo que estamos no 7º e no 5º mês, respectivamente, de programa para estas zonas.

<sup>1</sup> Números de selos classificados como comerciais e mistos de Resguardo e de Zona C estão menores que os valores divulgados no relatório do dia 15/03/2021 devido a uma atualização no critério de classificação dos selos;

<sup>2</sup> Número de pleitos ingressados do Resguardo e das Zonas A, B, C, D e E é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

3

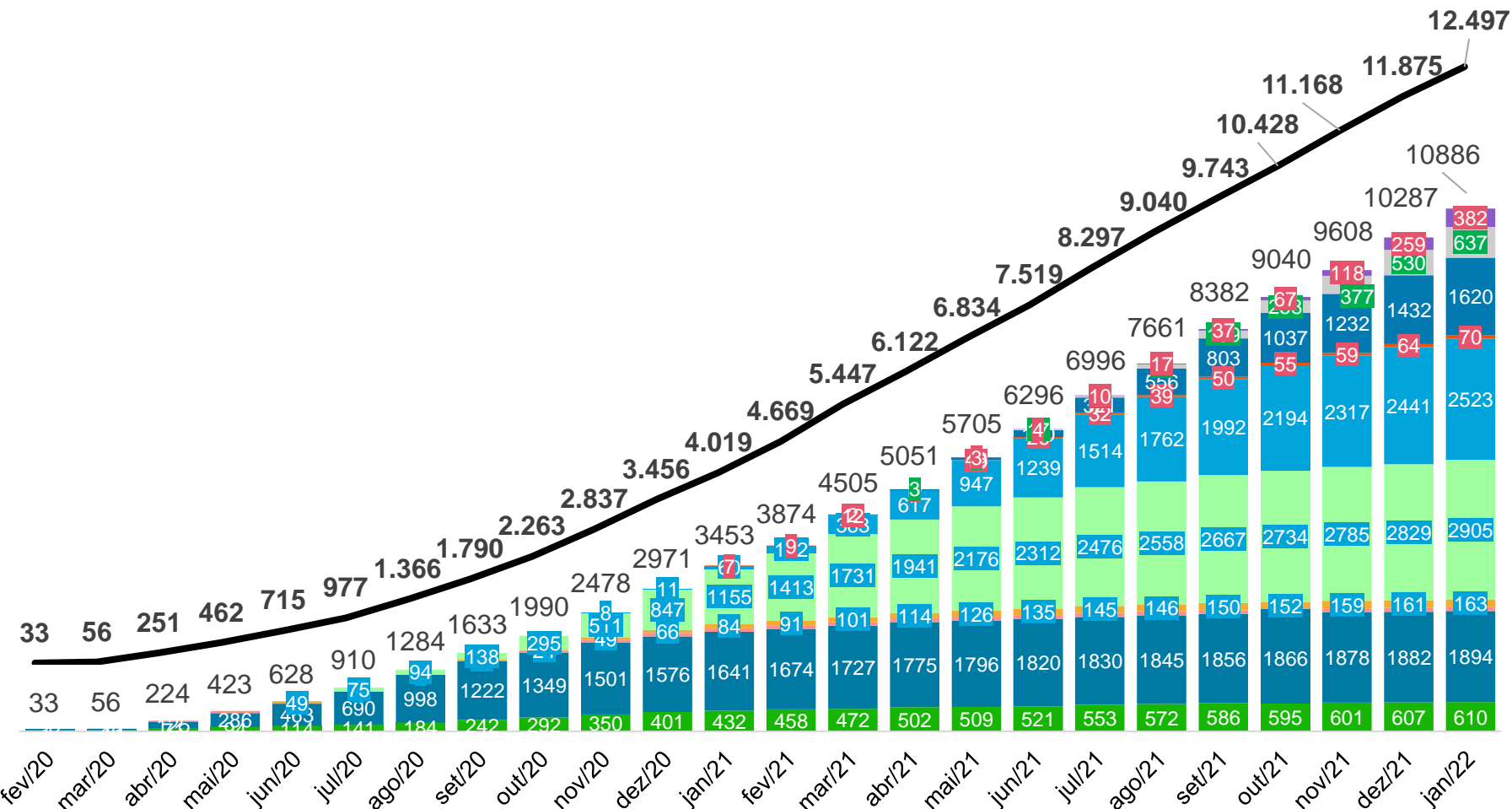
# Evolução do Programa de Compensação

Status em  
31/01/2022



## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



O programa já superou o patamar das 12.400 propostas apresentadas, 10.800 propostas aceitas e 9.600 propostas pagas

Em Janeiro, 599 propostas foram aceitas

O índice de aceitação geral é de 99,6%; mantendo-se elevado em todas as Zonas

Há +2k propostas aceitas na Zona E, com índice de aceitação de 99,9%

A taxa de aceitação de reanálise também é alta, atingindo 99%

Apenas 52 propostas foram recusadas em todo o programa e, destas, somente 29 por insatisfação com o valor proposto pelo imóvel.

Existem 641 casos aguardando documentação final do beneficiário e 195 já em processo de assinatura



# Relatório Financeiro: Pagamentos Realizados no Âmbito do PCF

Status em  
31/01/2022

Pagamento <sup>1</sup> – R\$ Mil	Consolidado 2020	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	Total
Total	409.241	72.818	94.378	136.289	114.409	159.185	132.578	138.032	122.816	117.706	129.721	175.175	142.209	120.627	2.065.184
Auxílio temporário	95.052	13.060	10.333	16.227	17.460	19.303	14.202	11.248	11.394	8.948	8.441	9.080	7.361	8.354	250.463
Antecipação indenização lucro cessante	18.280	4.840	5.089	5.454	7.682	8.380	6.042	3.982	2.764	2.074	1.582	757	739	520	68.185
Compensação final	281.535	52.254	75.045	108.882	84.652	124.861	106.335	116.356	103.072	101.223	113.614	158.398	128.079	106.680	1.660.986
Honorários Advocatícios	14.374	2.664	3.911	5.726	4.615	6.641	5.999	6.446	5.586	5.461	6.084	6.940	6.030	5.073	85.550

1. Os números serão auditados posteriormente pela auditoria independente (Grant Thornton)

# STATUS DE OCUPADOS E DESOCUPADOS/REALOCADOS – 31/01/2022



## Legenda

### Status

31/01/2022

Desocupado

Ocupado

Setores de Identificação

### ZONAS DE DESOCUPAÇÃO

RESGUARDO

ZONA A

ZONA B

ZONA C

ZONA D

ZONA E

ZONA F

ZONA G

ZONA H

ÁREA 01/CRITICIDADE 01

## Comentários

- Este mapa não contempla os Grandes Equipamentos
- A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis selados e em atendimento pelo PCF

MAPEAMENTO - BRASKEM

MAPA STATUS OCUPADOS E DESOCUPADOS  
OU REALOCADOS - 31/01/2022

Fonte dos Dados:  
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (DECET, 2019)  
MAPAS DE SETORIZAÇÃO DE DADOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEPESA CIVIL/CPRM, 2019)  
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015);

Notas:  
Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas:  
Sistema Geodésico de Referência - Siga2000 / Projeção - Universal Transversa de Mercator/UTM - Fuso 25s



# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

28 de Fevereiro de 2022

Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
-------------------------------	-----------------	---------------------------------	--	-----------------------------------

Áreas do Acordo

Resguardo	513	513	513	0 <sup>4</sup>	612
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.895
Zona B	77	77	77	0	82
Zona C	155	155	155	0	163
Zona D	2.809	2.809	2.777	32	2.932
Zona E	2.609	2.609	2.595	14	2.590
Zona F	61	61	60	1	71
Zona G	2.375	2.375	2.354	21	1.747
Zona H	1.341	1.341	1.312	29	772
TOTAL ÁREA 00	11.572	11.572	11.475	97	10.864
Área 01	2.851	2.851	2.574	277	564
TOTAL GERAL	14.423	14.423	14.049	374	11.428

Destaques

Realocação

- Zona D: 32 pendentes, sendo 13 residenciais e 19 comerciais
- Zona E: 14 pendentes, sendo 7 residenciais e 7 comerciais
- Zonas F: 1 pendente, sendo comercial
- Zonas G: 21 pendentes, sendo 12 residenciais e 9 comerciais
- Zona H: 29 pendentes, sendo 19 residenciais e 10 comerciais
- Área 01: Selagem concluída e atendimentos iniciados
  - 277 selos pendentes de realocação, sendo 214 residenciais e 63 comerciais
- 3.240 pedidos de antecipação de 6k, 3.115 com pagamento concluído e 3.163 (98%) já realocados
- 214 pedidos de antecipação de comércios, 145 com pagamento concluído e 157 (73%) já realocados

Compensação

- 13.123 propostas de compensação apresentadas:
  - 11.428 propostas aceitas e 54 recusadas
  - 740 propostas feitas, aguardando resposta
  - 901 propostas em reanálise ou em ajustes/esclarecimentos
- 622 propostas apresentadas em Janeiro
- 626 propostas apresentadas em Fevereiro

1. Não considera grandes equipamentos, imóveis da Braskem e demais casos que não serão tratados na Central do Morador; 2. Imóveis que entraram no PCF via Junta Técnica e que se sobrepõe à área definida no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico 3. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas e imóveis desocupados mapeados em campo. 4. Um imóvel segue em utilização como depósito

Realocação      Compensação

Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>2</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
--------------------	--	----------------------------------	------------------------	-----------------

Resguardo	128	128 (100%)	198	180 (91%)	164
Zona A	307	307 (100%)	354	333 (94%)	305
Zona B	8	8 (100%)	9	8 (89%)	6
Zona C	46	46 (100%)	56	53 (95%)	46
Zona D	633	614 (96%)	856	715 (83%)	558
Zona E	756	749 (99%)	1.130	813 (72%)	563
Zona F	24	23 (96%)	43	32 (74%)	23
Zona G	977	968 (99%)	1.434	854 (59%)	536
Zona H	477	467 (97%)	701	334 (48%)	162
Área 01	851	788 (92%)	987	152 (15%)	73
TOTAL	4.207	4.098 (97%)	5.768	3.474 (60%)	2.436

Destaques

Realocação

- ~97% do total de imóveis comerciais & mistos já foram desocupados
- ~100% do total de imóveis comerciais & mistos da Zona de Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~96% do total de imóveis comerciais & mistos das Zonas D e F já foram desocupados, estimados 20 imóveis pendentes de desocupação: 19 da Zona D e 1 da Zona F
- ~99% do total de imóveis comerciais & mistos da Zona E e Zona G já foram desocupados, estimados 16 pendentes de desocupação: 7 da Zona E e 9 da Zona G
- ~97% do total de imóveis comerciais & mistos da Zona H já foram desocupados, estimados 10 pendentes de desocupação
- ~92% do total de imóveis comerciais & mistos da Área 01 já foram desocupados, estimados 63 pendentes de desocupação

Compensação

- 3.474 propostas já apresentadas (~60% dos pleitos ingressados) das quais:
- 2.436 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais & mistos da Zona A, com ~91% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação iniciado em Julho/2021 para a Zona H e Outubro/2021 para a Área 01, de modo que estamos no 8º e no 6º mês, respectivamente, de programa para estas zonas.

1 Números de selos classificados como comerciais e mistos de Resguardo e de Zona C estão menores que os valores divulgados no relatório do dia 15/03/2021 devido a uma atualização no critério de classificação dos selos;

2 Número de pleitos ingressados do Resguardo e das Zonas A, B, C, D e E é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

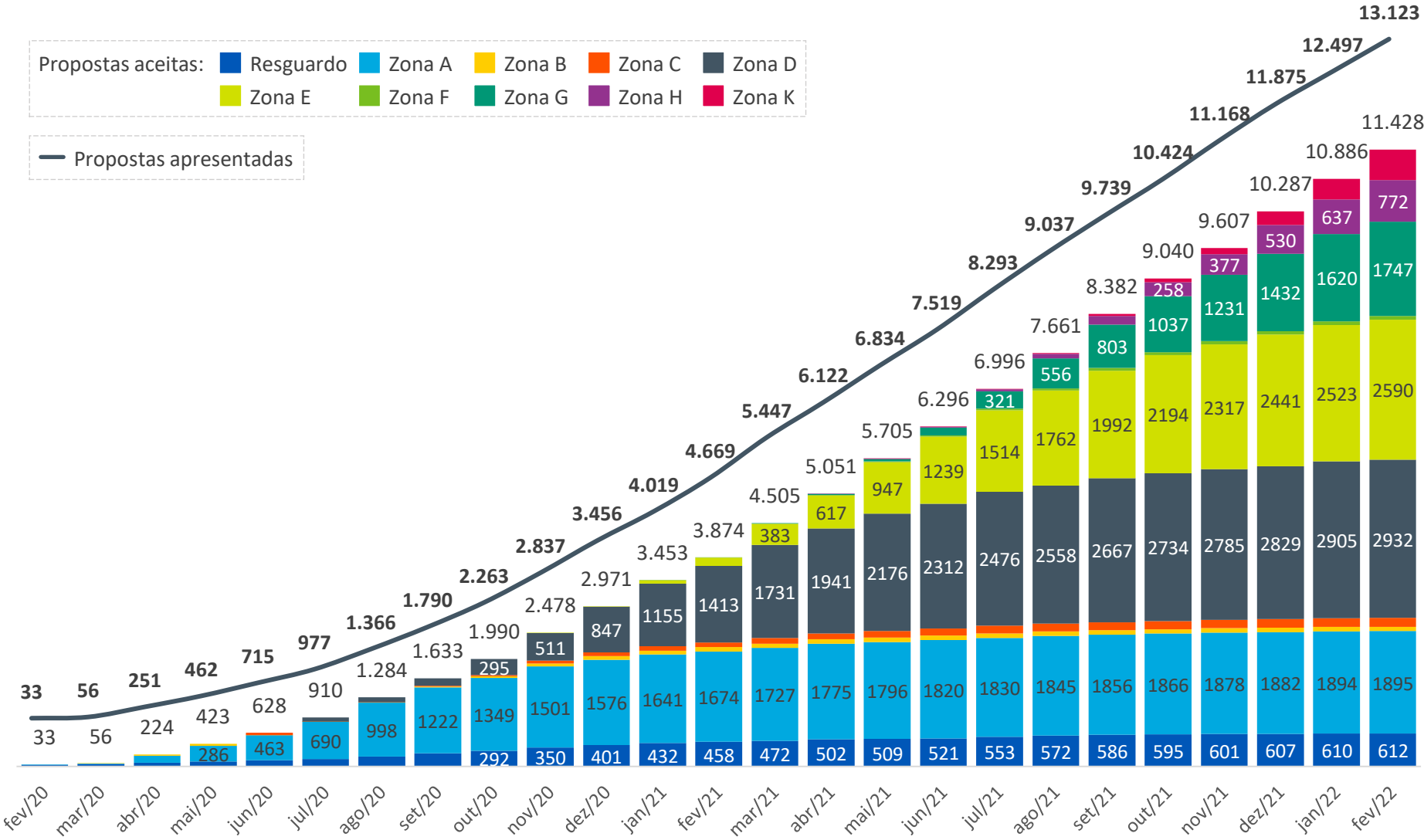
3

# Evolução do Programa de Compensação

Status em  
28/02/2022

## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



O programa superou o patamar das 13.100 propostas apresentadas, 11.400 propostas aceitas e 10.200 propostas pagas

Em fevereiro temos mais de 540 propostas aceitas

O índice de aceitação geral de 99,5%; mantendo-se elevado em todas as Zonas

Apenas 54 propostas foram recusadas em todo o programa, sendo apenas 33 com motivo de recusa a insatisfação do valor de imóvel

No momento as propostas aceitas e não pagas estão com as seguinte distribuição:

- 661 aguardando documentação final
- 208 em processo de assinatura
- 181 em homologação
- 143 em outras etapas

Pagamento <sup>1</sup> – R\$ Mil	Consolidado 2020	Consolidado 2021	jan/22	fev/22	Total
Total	409.241	1.535.316	120.627	113.504	2.178.688
Auxílio temporário	95.052	147.057	8.354	5.790	256.253
Antecipação indenização lucro cessante	18.280	49.385	520	556	68.741
Compensação final	281.535	1.272.771	106.680	102.183	1.763.169
Honorários Advocatícios	14.374	66.103	5.073	4.975	90.525

1. Os números serão auditados posteriormente pela auditoria independente (Grant Thornton)



# STATUS DE OCUPADOS E DESOCUPADOS/REALOCADOS – 28/02/2022



## Legenda

Setores de Identificação

### Status

28/02/2022

Desocupado

Ocupado

### ZONAS DE DESOCUPAÇÃO

RESGUARDO

ZONA A

ZONA B

ZONA C

ZONA D

ZONA E

ZONA F

ZONA G

ZONA H

ÁREA 01/CRITICIDADE 01

## Comentários

- Este mapa não contempla os Grandes Equipamentos
- A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis selados e em atendimento pelo PCF

### MAPEAMENTO - BRASKEM

### MAPA STATUS OCUPADOS E DESOCUPADOS OU REALOCADOS - 28/02/2022

Forneceu dados:  
MAPA CARTOGRAFADO MUNICÍPIO DE BRASKEM (PROJETO 2015)  
MAPA DE SITUAÇÃO DE DADOS E DE LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS (DESESA CIVILIZADA 2015)  
BASE CARTOGRAFICA CONTINUIDADE BRASIL - 1:250.000 (IBGE 2015).

Notas:  
Tudo o que não estiver indicado neste mapa, não significa que não exista.  
Informações Cartográficas:  
Sistema de Referência: UTM - 18S - 2000 / Proj4: UTM - 18S - 2000 / UTM - 18S - 2000





# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

31 de março de 2022

Zona	Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
Resguardo	513	513	513	0 <sup>4</sup>	613
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.895
Zona B	77	77	77	0	82
Zona C	155	155	155	0	163
Zona D	2.809	2.809	2.777	32	2.958
Zona E	2.623	2.623	2.611	12	2.670
Zona F	61	61	60	1	75
Zona G	2.375	2.375	2.354	21	1.927
Zona H	1.342	1.342	1.316	26	943
TOTAL ÁREA 00	11.587	11.587	11.495	92	11.326
Área 01	2.853	2.853	2.585	268	786
TOTAL GERAL	14.440	14.440	14.080	360	12.112

Destaques

Realocação

- Zona D: 32 pendentes, sendo 13 residenciais e 19 comerciais
- Zona E: 12 pendentes, sendo 6 residenciais e 6 comerciais
- Zonas F: 1 pendente, sendo comercial
- Zonas G: 21 pendentes, sendo 12 residenciais e 9 comerciais
- Zona H: 26 pendentes, sendo 16 residenciais e 10 comerciais
- Área 01: Selagem concluída e atendimentos iniciados
  - 268 selos pendentes de realocação, sendo 206 residenciais e 62 comerciais
- 3.279 pedidos de antecipação de 6k, 3.152 com pagamento concluído e 3.202 (98%) já realocados
- 222 pedidos de antecipação de comércios, 152 com pagamento concluído e 165 (74%) já realocados

Compensação

- 13.919 propostas de compensação apresentadas:
  - 12.112 propostas aceitas e 62 recusadas
  - 864 propostas feitas, aguardando resposta
  - 881 propostas em reanálise ou em ajustes/esclarecimentos
- 626 propostas apresentadas em fevereiro
- 798 propostas apresentadas em março

1. Não considera grandes equipamentos, imóveis da Braskem e demais casos que não serão tratados na Central do Morador; 2. Imóveis que entraram no PCF via Junta Técnica e que se sobrepõe à área definida no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico; 3. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas e imóveis desocupados mapeados em campo; 4. Um imóvel segue em utilização como depósito.

Zona	Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>2</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
Resguardo	128	128 (100%)	198	180 (91%)	165
Zona A	306	306 (100%)	356	334 (94%)	305
Zona B	8	8 (100%)	10	8 (80%)	6
Zona C	47	47 (100%)	58	54 (93%)	47
Zona D	635	616 (97%)	872	735 (84%)	573
Zona E	763	757 (99%)	1.145	848 (74%)	591
Zona F	24	23 (96%)	43	32 (74%)	23
Zona G	983	974 (99%)	1.454	948 (65%)	595
Zona H	482	472 (97%)	730	406 (56%)	205
TOTAL ÁREA 00	3.376	3.331 (99%)	4.866	3.545 (73%)	2.510
Área 01	873	811 (93%)	1.165	233 (20%)	99
TOTAL GERAL	4.249	4.142 (97%)	6.031	3.778 (63%)	2.609

Destaques

Realocação

- ~97% do total de imóveis comerciais e mistos já foram desocupados
- ~100% dos imóveis comerciais e mistos da Zona de Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~96% dos imóveis comerciais e mistos da Zona F já foram desocupados, 1 imóvel pendente de desocupação
- ~99% dos imóveis comerciais e mistos da Zona E e Zona G já foram desocupados, 15 pendentes de desocupação: 6 da Zona E e 9 da Zona G
- ~97% dos imóveis comerciais e mistos das Zonas D e Zona H já foram desocupados, 29 pendentes de desocupação: 19 da Zona D e 10 da Zona H
- ~93% do total de imóveis comerciais & mistos da Área 01 já foram desocupados, 62 pendentes de desocupação

Compensação

- 3.778 propostas já apresentadas (~63% dos pleitos ingressados) das quais:
- 2.609 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais e mistos da Zona A, com ~94% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação iniciado em julho/2021 para a Zona H e outubro/2021 para a Área 01, de modo que estamos no 9º e no 7º mês, respectivamente, de programa para estas zonas.

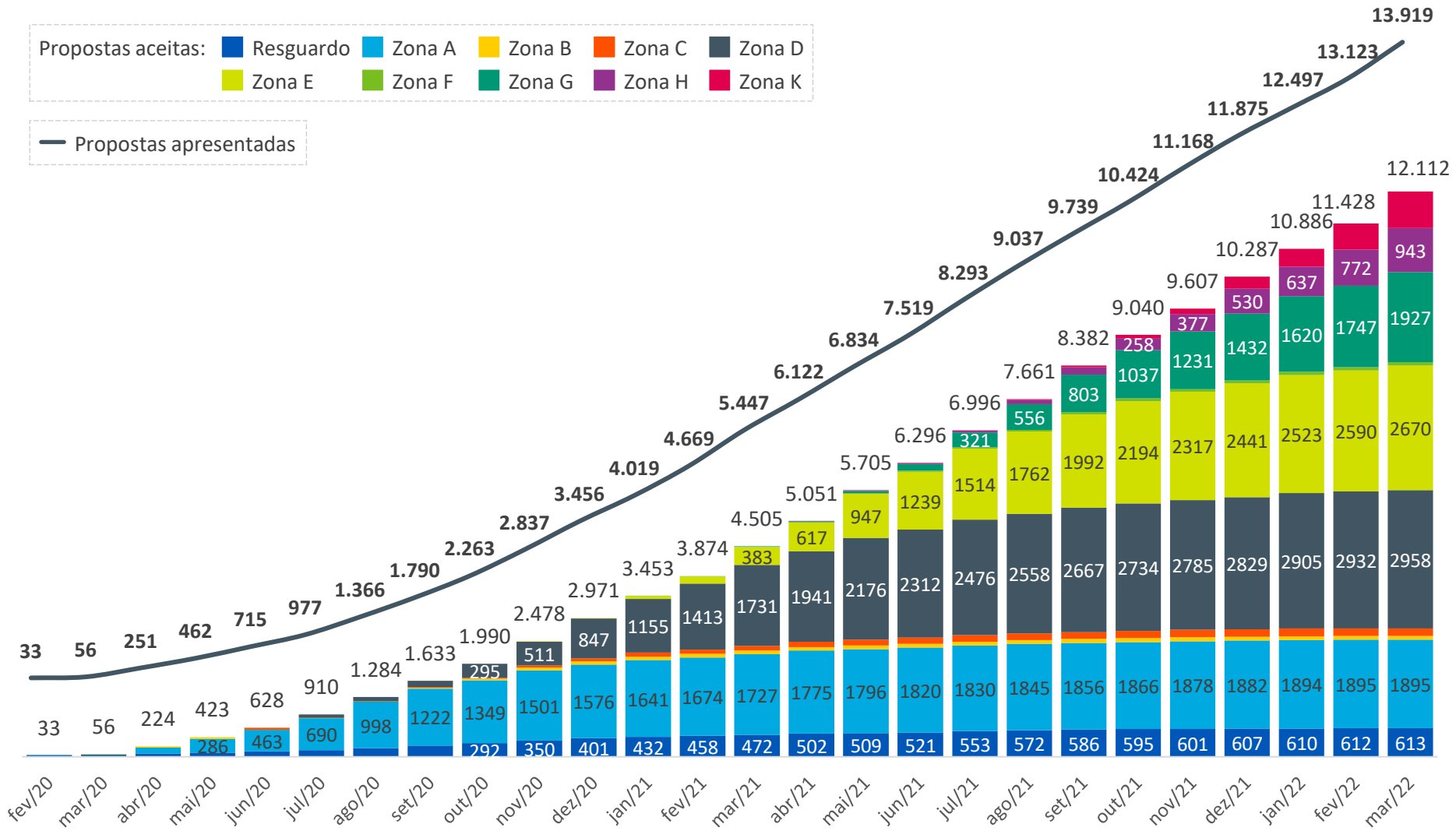
1. Números de selos classificados como comerciais e mistos de Resguardo e de Zona C estão menores que os valores divulgados no relatório do dia 15/03/2021 devido a uma atualização no critério de classificação dos selos;  
2. Número de pleitos ingressados do Resguardo e das Zonas A, B, C, D e E é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

# Evolução do Programa de Compensação

Status em  
31/03/2022

## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



O programa está com os seguintes números:

- 13.919 propostas apresentadas
- 12.112 propostas aceitas
- 10.771 propostas pagas

Em março tivemos 684 propostas aceitas;

O índice de aceitação de propostas está em 99,6%;

Apenas 62 propostas foram recusadas em todo o programa, sendo apenas 35 com motivo de recusa a insatisfação do valor de imóvel;

No momento as propostas aceitas e não pagas estão com a seguinte distribuição:

- 722 aguardando documentação final
- 202 em processo de assinatura
- 279 em homologação
- 138 em outras etapas

# Relatório Financeiro: Pagamentos Realizados no Âmbito do PCF

Status em  
31/03/2022

Pagamento <sup>1</sup> R\$ Mil	Consolidado 2020	Consolidado 2021	jan/22	fev/22	mar/22	Total
Total	409.241	1.535.316	120.627	113.504	99.421	2.278.109
Auxílio temporário	95.052	147.057	8.354	5.790	6.391	262.644
Antecipação indenização lucro cessante	18.280	49.385	520	556	599	69.340
Compensação final	281.535	1.272.771	106.680	102.183	88.203	1.851.372
Honorários Advocatícios	14.374	66.103	5.073	4.975	4.228	94.753

1. Os números serão auditados posteriormente pela auditoria independente (Grant Thornton)



# STATUS DE OCUPADOS E DESOCUPADOS/REALOCADOS – 31/03/2022



## Legenda

### Status

31/03/2022

Desocupado

Ocupado

Setores de Identificação

### ZONAS DE DESOCUPAÇÃO

RESGUARDO

ZONA A

ZONA B

ZONA C

ZONA D

ZONA E

ZONA F

ZONA G

ZONA H

ÁREA 01/CRITICIDADE 01

## Comentários

- Este mapa não contempla os Grandes Equipamentos
- A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis selados e em atendimento pelo PCF

### MAPEAMENTO - BRASKEM

### MAPA STATUS OCUPADOS E DESOCUPADOS OU REALOCADOS - 31/03/2022

Fonte dos Dados:  
 MAPA CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE BRASKEM (2019);  
 MAPA DE SITUAÇÃO DE CASAS E DE BRASERES DE AQUECIMENTO (DEFESA CIVIL 2019);  
 BASE CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE BRASKEM (2019);  
 BASE CADASTRAL DO MUNICÍPIO DE BRASKEM (2019).

Notas:  
 Este mapa não contempla os grandes equipamentos.  
 A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis selados e em atendimento pelo PCF.

Informações Cartográficas:  
 Sistema de Coordenadas: UTM / Datum: WGS 1984 / Projeção: UTM / Escala: 1:50.000 / Data: 31/03/2022



# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

30 de Abril de 2022

Zona	Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
Resguardo	513	513	513	0	619
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.897
Zona B	77	77	77	0	82
Zona C	155	155	155	0	163
Zona D	2.810	2.810	2.779	31	2.995
Zona E	2.623	2.623	2.612	11	2.714
Zona F	61	61	60	1	77
Zona G	2.376	2.376	2.357	19	2.031
Zona H	1.343	1.343	1.320	23	1.041
TOTAL ÁREA 00	11.590	11.590	11.505	85	11.619
Área 01	2.852	2.852	2.590	262	1.018
TOTAL GERAL	14.442	14.442	14.095	347	12.637

Destaques

Realocação

- Zona D: 31 pendentes, sendo 12 residenciais e 19 comerciais
- Zona E: 11 pendentes, sendo 5 residenciais e 6 comerciais
- Zonas F: 1 pendente, sendo comercial
- Zonas G: 19 pendentes, sendo 11 residenciais e 8 comerciais
- Zona H: 23 pendentes, sendo 15 residenciais e 8 comerciais
- Área 01: Selagem concluída e atendimentos iniciados
  - 262 selos pendentes de realocação, sendo 195 residenciais e 67 comerciais
- 3.285 pedidos de antecipação de 6k, 3.160 com pagamento concluído e 3.213 (98%) já realocados
- 222 pedidos de antecipação de comércio, 152 com pagamento concluído e 168 (76%) já realocados

Compensação

- 14.495 propostas de compensação apresentadas:
  - 12.637 propostas aceitas e 62 recusadas
  - 911 propostas feitas, aguardando resposta
  - 885 propostas em reanálise ou em ajustes/esclarecimentos
- 798 propostas apresentadas em Março
- 576 propostas apresentadas em Abril

1. Não considera grandes equipamentos, imóveis da Braskem e demais casos que não serão tratados na Central do Morador; 2. Imóveis que entraram no PCF via Junta Técnica e que se sobrepõe à área definida no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico; 3. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas e imóveis desocupados mapeados em campo;



Zona	Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>2</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
Resguardo	128	128 (100%)	198	180 (91%)	167
Zona A	306	306 (100%)	357	335 (94%)	306
Zona B	8	8 (100%)	9	8 (89%)	6
Zona C	47	47 (100%)	58	54 (93%)	47
Zona D	638	619 (97%)	888	743 (84%)	578
Zona E	762	756 (99%)	1.143	870 (76%)	616
Zona F	24	23 (96%)	43	32 (74%)	25
Zona G	982	974 (99%)	1.460	988 (68%)	664
Zona H	486	478 (98%)	743	459 (62%)	255
TOTAL ÁREA 00	3.381	3.339 (99%)	4.899	3.669 (75%)	2.664
Área 01	900	833 (93%)	1.317	346 (26%)	151
TOTAL GERAL	4.281	4.172 (97%)	6.216	4.015 (65%)	2.815

Destaques

Realocação

- ~97% do total de imóveis comerciais e mistos já foram desocupados
- ~100% dos imóveis comerciais e mistos da Zona de Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~99% dos imóveis comerciais e mistos da Zona E e Zona G já foram desocupados, 14 pendentes de desocupação: 6 da Zona E e 8 da Zona G
- ~98% dos imóveis comerciais e mistos da Zona H já foram desocupados, 8 pendentes de desocupação
- ~97% dos imóveis comerciais e mistos da Zonas D já foram desocupados, 19 pendentes de desocupação
- ~96% dos imóveis comerciais e mistos da Zona F já foram desocupados, 1 imóvel pendente de desocupação
- ~93% do total de imóveis comerciais & mistos da Área 01 já foram desocupados, 62 pendentes de desocupação

Compensação

- 4.015 propostas já apresentadas (~65% dos pleitos ingressados) das quais:
- 2.815 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais e mistos da Zona A, com ~94% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação iniciado em Julho/2021 para a Zona H e Outubro/2021 para a Área 01, de modo que estamos no 11º e no 8º mês, respectivamente, de programa para estas zonas.

1. Números de selos classificados como comerciais e mistos de Resguardo e de Zona C estão menores que os valores divulgados no relatório do dia 15/03/2021 devido a uma atualização no critério de classificação dos selos;

2. Número de pleitos ingressados do Resguardo e das Zonas A, B, C, D e E é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

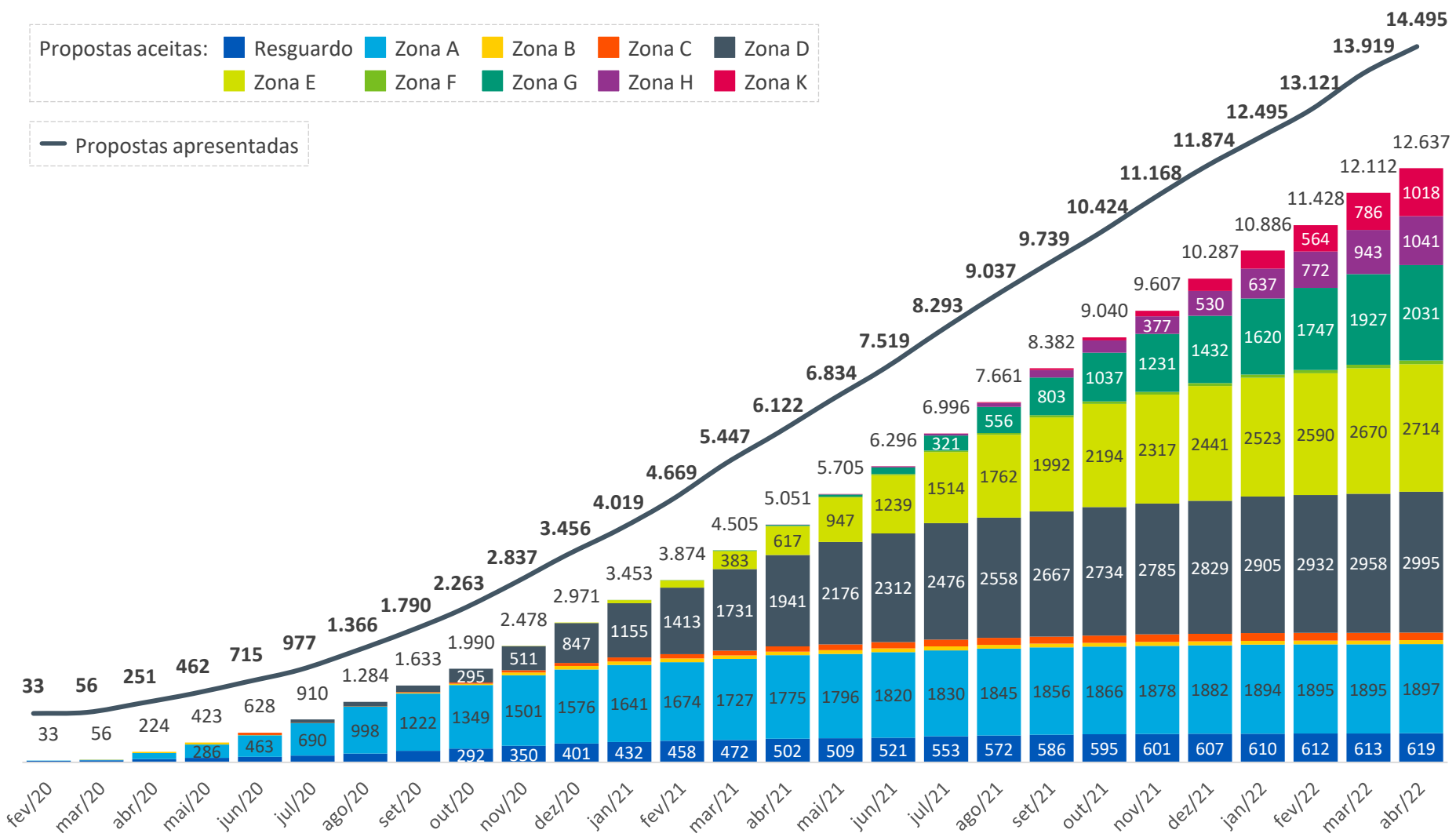
3

# Evolução do Programa de Compensação

Status em  
30/04/2022

## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



O programa está com os seguintes números:

- 14.495 propostas apresentadas
- 12.637 propostas aceitas
- 11.382 propostas pagas

Em Abril tivemos 525 propostas aceitas;

O índice de aceitação de propostas está em 99,6%;

Apenas 62 propostas foram recusadas em todo o programa, sendo apenas 35 com motivo de recusa a insatisfação do valor de imóvel;

No momento as propostas aceitas e não pagas estão com a seguinte distribuição:

- 757 aguardando documentação final
- 144 em processo de assinatura
- 169 em homologação
- 190 em outras etapas

# Relatório Financeiro: Pagamentos Realizados no Âmbito do PCF

Status em  
30/04/2022

Pagamento <sup>1</sup> R\$ Mil	Consolida do 2020	Consolida do 2021	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	Total
Total	409.241	1.535.316	120.627	113.504	99.421	102.085	2.380.194
Auxílio temporário	95.052	147.057	8.354	5.790	6.391	5.756	268.400
Antecipação indenização lucro cessante	18.280	49.385	520	556	599	270	69.610
Compensação final	281.535	1.272.771	106.680	102.183	88.203	91.222	1.942.594
Honorários Advocatícios	14.374	66.103	5.073	4.975	4.228	4.837	99.590

1. Os números serão auditados posteriormente pela auditoria independente (Grant Thornton)



[illegible]

## AREA 01/CRITICIDADE 01

- Este mapa não contempla os Grandes Equipamentos
- A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis selados e em atendimento pelo PCF

[illegible]



# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

31 de Maio de 2022

Zona	Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
Resguardo	513	513	513	0	620
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.899
Zona B	77	77	77	0	83
Zona C	155	155	155	0	168
Zona D	2.810	2.810	2.780	30	3.020
Zona E	2.626	2.626	2.615	11	2.787
Zona F	61	61	60	1	77
Zona G	2.378	2.378	2.362	16	2.168
Zona H	1.401	1.401	1.383	18	1.137
TOTAL ÁREA 00	11.653	11.653	11.577	76	11.959
Área 01	2.855	2.855	2.621	234	1.332
TOTAL GERAL	14.508	14.508	14.198	310	13.291

Destaques

Realocação

- Zona D: 30 pendentes, sendo 12 residenciais e 18 comerciais
- Zona E: 11 pendentes, sendo 5 residenciais e 6 comerciais
- Zonas F: 1 pendente, sendo comercial
- Zonas G: 16 pendentes, sendo 9 residenciais e 7 comerciais
- Zona H: 18 pendentes, sendo 10 residenciais e 8 comerciais
- Área 01: Selagem concluída e atendimentos iniciados
  - 234 selos pendentes de realocação, sendo 172 residenciais e 62 comerciais
- 3.307 pedidos de antecipação de 6k, 3.183 com pagamento concluído e 3.237 (98%) já realocados
- 225 pedidos de antecipação de comércios, 154 com pagamento concluído e 171 (76%) já realocados

Compensação

- 15.178 propostas de compensação apresentadas:
  - 13.291 propostas aceitas e 62 recusadas
  - 854 propostas feitas, aguardando resposta
  - 971 propostas em reanálise ou em ajustes/esclarecimentos
- 576 propostas apresentadas em Abril
- 685 propostas apresentadas em Maio

1. Não considera grandes equipamentos, imóveis da Braskem e demais casos que não serão tratados na Central do Morador; 2. Imóveis que entraram no PCF via Junta Técnica e que se sobrepõe à área definida no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico; 3. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas e imóveis desocupados mapeados em campo;

Zona	Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>2</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
Resguardo	128	128 (100%)	198	181 (91%)	168
Zona A	306	306 (100%)	357	336 (94%)	307
Zona B	8	8 (100%)	9	9 (100%)	6
Zona C	47	47 (100%)	58	54 (93%)	48
Zona D	639	621 (97%)	890	752 (84%)	589
Zona E	767	761 (99%)	1.158	897 (77%)	643
Zona F	24	23 (96%)	43	33 (77%)	26
Zona G	988	981 (99%)	1.470	1.061 (72%)	716
Zona H	489	481 (98%)	757	506 (67%)	299
TOTAL ÁREA 00	3.396	3.356 (99%)	4.940	3.829 (77%)	2.802
Área 01	922	860 (93%)	1.398	486 (35%)	220
TOTAL GERAL	4.318	4.216 (98%)	6.338	4.315 (68%)	3.022

Destaques

Realocação

- ~98% do total de imóveis comerciais e mistos já foram desocupados
- ~100% dos imóveis comerciais e mistos das Zonas de Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~99% dos imóveis comerciais e mistos da Zona E e Zona G já foram desocupados, 13 pendentes de desocupação: 6 da Zona E e 7 da Zona G
- ~98% dos imóveis comerciais e mistos da Zona H já foram desocupados, 8 pendentes de desocupação
- ~97% dos imóveis comerciais e mistos da Zonas D já foram desocupados, 18 pendentes de desocupação
- ~96% dos imóveis comerciais e mistos da Zona F já foram desocupados, 1 imóvel pendente de desocupação
- ~93% do total de imóveis comerciais e mistos da Área 01 já foram desocupados, 62 pendentes de desocupação

Compensação

- 4.315 propostas já apresentadas (~68% dos pleitos ingressados) das quais:
- 3.022 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais e mistos da Zona A, com ~94% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação iniciado em Julho/2021 para a Zona H e Outubro/2021 para a Área 01, de modo que estamos no 11º e no 8º mês, respectivamente, de programa para estas zonas.

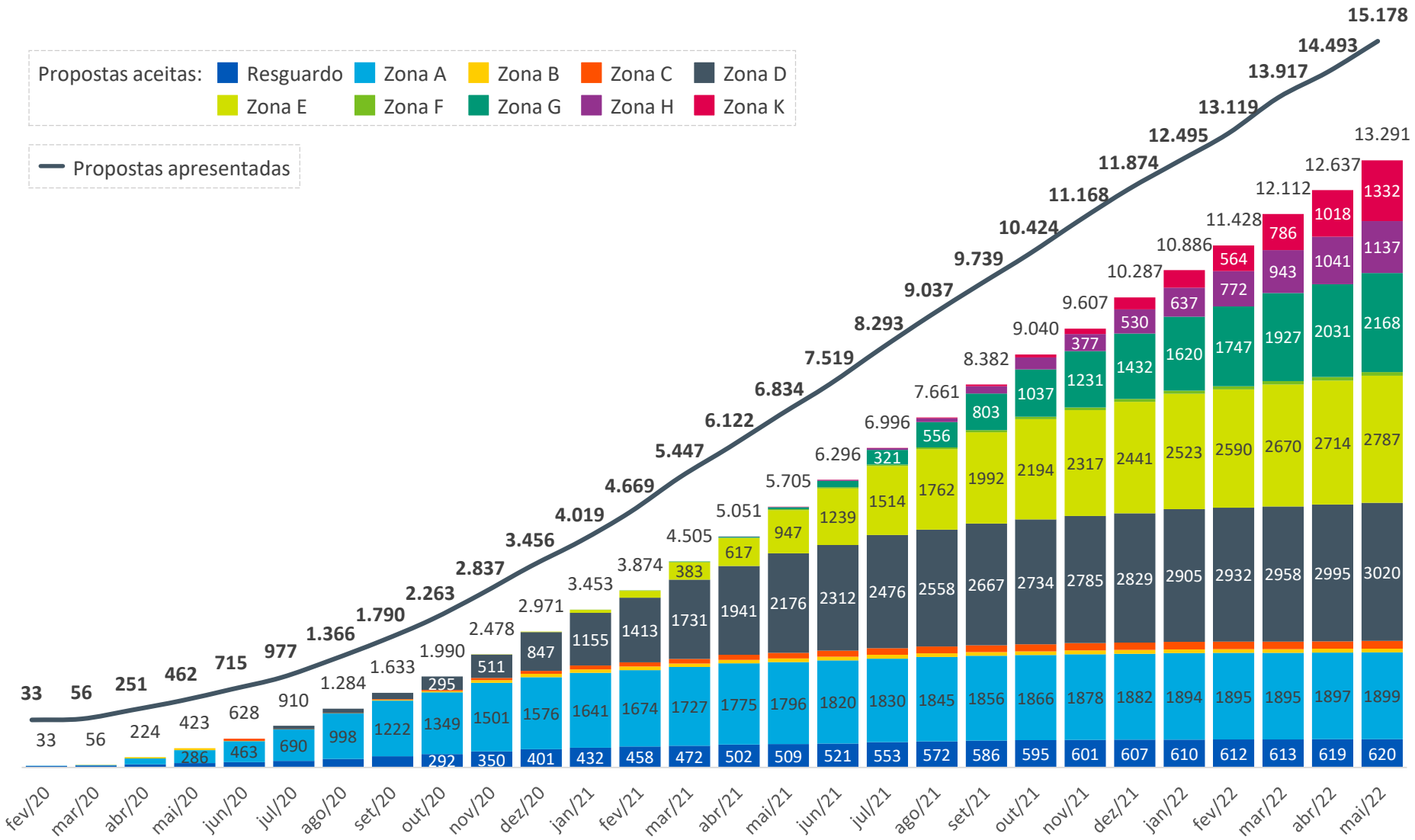
1. Números de selos classificados como comerciais e mistos de Resguardo e de Zona C estão menores que os valores divulgados no relatório do dia 15/03/2021 devido a uma atualização no critério de classificação dos selos;  
2. Número de pleitos ingressados do Resguardo e das Zonas A, B, C, D e E é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

# Evolução do Programa de Compensação

Status em  
31/05/2022

## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



O programa está com os seguintes números:

- 15.178 propostas apresentadas
- 13.291 propostas aceitas
- 11.886 propostas pagas

Em Maio tivemos **654** propostas aceitas;

O índice de aceitação de propostas está em **99,6%**;

Apenas 62 propostas foram recusadas em todo o programa, sendo apenas 35 com motivo de recusa a insatisfação do valor de imóvel;

No momento as propostas aceitas e não pagas estão com a seguinte distribuição:

- 829 aguardando documentação final
- 147 em processo de assinatura
- 230 em homologação
- 199 em outras etapas



# Relatório Financeiro: Pagamentos Realizados no Âmbito do PCF

Status em  
31/05/2022

Pagamento <sup>1</sup> – R\$ Mil	Consolidado 2020	Consolidado 2021	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	Total
Total	409.241	1.535.316	120.627	113.504	99.421	102.085	112.759	2.492.953
Auxílio temporário	95.052	147.057	8.354	5.790	6.391	5.756	6.535	274.935
Antecipação indenização lucro cessante	18.280	49.385	520	556	599	270	427	70.037
Compensação final	281.535	1.272.771	106.680	102.183	88.203	91.222	100.910	2.043.504
Honorários Advocatícios	14.374	66.103	5.073	4.975	4.228	4.837	4.887	104.477

1. Os números serão auditados posteriormente pela auditoria independente (Grant Thornton)

# STATUS DE OCUPADOS E DESOCUPADOS/REALOCADOS – 31/05/2022



## Legenda

### Status

31/05/2022

Desocupado

Ocupado

Setores de Identificação

### ZONAS DE DESOCUPAÇÃO

RESGUARDO

ZONA A

ZONA B

ZONA C

ZONA D

ZONA E

ZONA F

ZONA G

ZONA H

ÁREA 01/CRITICIDADE 01

## Comentários

- Este mapa não contempla os Grandes Equipamentos
- A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis selados e em atendimento pelo PCF

MAPEAMENTO - BRASKEM

Data:  
Junho  
2022

MAPA STATUS OCUPADOS E DESOCUPADOS  
OU REALOCADOS - 31/05/2022

Escala:  
NA

#### Fontes dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDOT, 2019)  
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DADOS E DE LINHAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS (DEPESA CIVIL/CPRM, 2019)  
BASE CARTOGRÁFICA CONTINENTAL DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

#### Notas:

Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes  
Sistema Geodésico de Referência - Sigs2000 / Projeção - Universal Transversa de Mercator/UTM - Fuso 26S



# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

30 de junho de 2022

Zona	Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
Resguardo	513	513	513	0	620
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.907
Zona B	77	77	77	0	84
Zona C	155	155	155	0	168
Zona D	2.810	2.810	2.783	27	3.048
Zona E	2.626	2.626	2.618	8	2.838
Zona F	61	61	60	1	78
Zona G	2.379	2.379	2.363	16	2.289
Zona H	1.398	1.398	1.383	15	1.216
TOTAL ÁREA 00	11.651	11.651	11.584	67	12.248
Área 01	2.867	2.867	2.638	229	1.625
TOTAL GERAL	14.518	14.518	14.222	296	13.873

Destaques

Realocação

- Zona D: 27 pendentes, sendo 11 residenciais e 16 comerciais
- Zona E: 8 pendentes, sendo 4 residenciais e 4 comerciais
- Zonas F: 1 pendente, sendo comercial
- Zonas G: 16 pendentes, sendo 9 residenciais e 7 comerciais
- Zona H: 15 pendentes, sendo 6 residenciais e 9 comerciais
- Área 01: Selagem concluída e atendimentos iniciados
  - 229 selos pendentes de realocação, sendo 164 residenciais e 65 comerciais
- 3.307 pedidos de antecipação de 6k, 3.183 com pagamento concluído e 3.237 (98%) já realocados
- 225 pedidos de antecipação de comércios, 154 com pagamento concluído e 171 (76%) já realocados

Compensação

- 15.772 propostas de compensação apresentadas:
  - 13.873 propostas aceitas e 62 recusadas
  - 836 propostas feitas, aguardando resposta
  - 1.001 propostas em reanálise ou em ajustes/esclarecimentos
- 683 propostas apresentadas em maio
- 601 propostas apresentadas em junho

1. Não considera grandes equipamentos, imóveis da Braskem e demais casos que não serão tratados na Central do Morador; 2. Imóveis que entraram no PCF via Junta Técnica e que se sobrepõe à área definida no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico; 3. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas e imóveis desocupados mapeados em campo;



Zona	Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>1</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
Resguardo	129	129 (100%)	200	181 (91%)	169
Zona A	306	306 (100%)	358	336 (94%)	308
Zona B	8	8 (100%)	9	9 (100%)	6
Zona C	47	47 (100%)	58	54 (93%)	49
Zona D	642	626 (97%)	901	759 (84%)	608
Zona E	768	764 (99%)	1.166	913 (78%)	672
Zona F	24	23 (96%)	43	34 (79%)	27
Zona G	989	982 (99%)	1.496	1.131 (76%)	771
Zona H	489	480 (98%)	771	531 (69%)	330
TOTAL ÁREA 00	3.402	3.365 (99%)	5.002	3.948 (79%)	2.940
Área 01	948	883 (93%)	1.468	637 (43%)	307
TOTAL GERAL	4.350	4.248 (98%)	6.470	4.585 (71%)	3.247

Destaques

Realocação

- ~98% do total de imóveis comerciais e mistos já foram desocupados
- ~100% dos imóveis comerciais e mistos da Zona de Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~99% dos imóveis comerciais e mistos da Zona E e Zona G já foram desocupados, 11 pendentes de desocupação: 4 da Zona E e 7 da Zona G
- ~98% dos imóveis comerciais e mistos da Zona H já foram desocupados, 9 pendentes de desocupação
- ~97% dos imóveis comerciais e mistos da Zonas D já foram desocupados, 16 pendentes de desocupação
- ~96% dos imóveis comerciais e mistos da Zona F já foram desocupados, 1 imóvel pendente de desocupação
- ~93% do total de imóveis comerciais & mistos da Área 01 já foram desocupados, 65 pendentes de desocupação

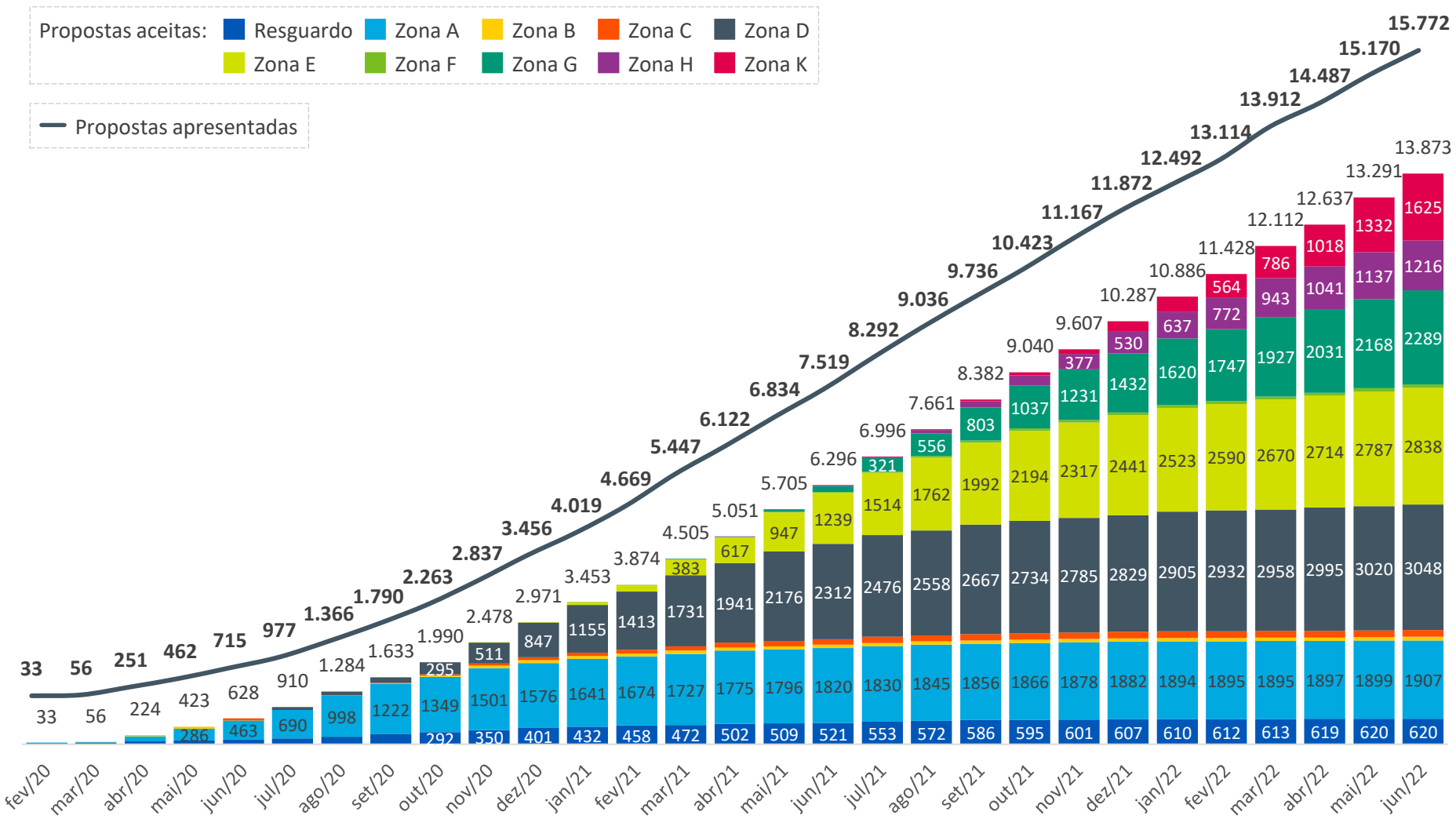
Compensação

- 4.588 propostas já apresentadas (~71% dos pleitos ingressados) das quais:
- 3.247 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais e mistos da Zona A, com ~94% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação iniciado em julho/2021 para a Zona H e outubro/2021 para a Área 01, de modo que estamos no 12º e no 9º mês, respectivamente, de programa para estas zonas.

1. Número de pleitos ingressados nas zonas é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



O programa está com os seguintes números:

- 15.772 propostas apresentadas
- 13.873 propostas aceitas
- 12.420 propostas pagas

Em Junho tivemos 582 propostas aceitas;

O índice de aceitação de propostas está em 99,6%;

Apenas 62 propostas foram recusadas em todo o programa, sendo apenas 35 com motivo de recusa a insatisfação do valor de imóvel;

No momento as propostas aceitas e não pagas estão com as seguinte distribuição:

- 912 aguardando documentação final
- 156 em processo de assinatura
- 217 em homologação
- 168 em outras etapas

# Relatório Financeiro: Pagamentos Realizados no Âmbito do PCF

Status em  
30/06/2022

Pagamento <sup>1</sup> – R\$ Mil	Consolidado 2020	Consolidado 2021	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	Total
Total	409.241	1.535.316	120.627	113.504	99.421	102.085	112.759	107.864	2.600.817
Auxílio temporário	95.052	147.057	8.354	5.790	6.391	5.756	6.535	5.075	280.010
Antecipação indenização lucro cessante	18.280	49.385	520	556	599	270	427	728	70.765
Compensação final	281.535	1.272.771	106.680	102.183	88.203	91.222	100.910	97.656	2.141.160
Honorários Advocatícios	14.374	66.103	5.073	4.975	4.228	4.837	4.887	4.405	108.882

1. Os números serão auditados posteriormente pela auditoria independente (Grant Thornton)



[illegible]

AREA 5/CRITICIDADE 5/

 Diagonal



# ANEXO 4

## REQUERIMIENTO MUVB

- EXMO. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS, SR. CARLOS EDUARDO DE PAULA MONTEIRO
- EXMO. DEFENSOR PÚBLICO COORDENADOR DA COORDENADORIA DO NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, SR. RICARDO ANTUNES MELRO
- EXMA. PROCURADORA – CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS, SRA. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM
- EXMAS. PROCURADORAS DA REPÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO DO CASO PINHEIRO/BRASKEM, SRAS. JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE, JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA, NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY E ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM
- EXMO. PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, SR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
- EXMOS. PROMOTORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, SRS. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES (DIRETOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL), JORGE JOSÉ TAVARES DÓRIA (PROMOTOR DE JUSTIÇA DE URBANISMO), MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA (PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR), JOMAR AMORIM DE MORAES (PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS) E VICENTE JOSÉ CAVALCANTE PORCIÚNCULA (PROMOTOR DA ASSESSORIA TÉCNICA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA)
- EXMO. DEFENSOR PÚBLICO – CHEFE DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, SR. JOÃO PAULO CACHATE MEDEIROS DE BARROS
- EXMO. DEFENSOR PÚBLICO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, SR. DIEGO BRUNO MARTINS ALVES
- EXMO. PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DE ALAFOAS, OAB-AL, SR. VAGNER PAES CAVALCANTI FILHO
- EXMOS. MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CASO PINHEIRO DA OAB/AL, SRS. PRESIDENTE: CARLOS ROBERTO LIMA MARQUES DA SILVA; VICE-PRESIDENTE: THIAGO DE VASCONCELOS PARANHOS; SECRETÁRIO-GERAL: MARLUCE MARGARETH DA SILVA SOBRAL FURTADO; SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: EDUARDO MESSIAS GONÇALVES DE LYRA JUNIOR; MEMBROS: LAYSIANNE BARBOSA RIBEIRO CAVALCANTE, ADOLPHO HENRIQUE SILVA FRANCO, SACHA NATÁLIA HOULY SIMÕES SILVA E FREDHERICO CAVALLI DEXHEIMER
- EXMO. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, SR. JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS
- ILMO. COORDENADOR DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AOS IMPACTOS DO AFUNDAMENTO DOS BAIRROS (GGI DOS BAIRROS), SR. RONNIE MOTA
- ILMO. COORDENADOR DA SECRETARIA ADJUNTA ESPECIAL DE DEFESA CIVIL, SR. PROFESSOR ABELARDO NOBRE
- ILMO. DIRETOR-PRESIDENTE DO SGB-CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO BRASILEIRO – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS, SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO
- EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, SR. PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
- EXMO. PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, SR. MINISTRO LUIZ FUX
- EXMO. PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

- EXMOS. MEMBROS DO OBSERVATÓRIO NACIONAL SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE E GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO, DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), INSTITUÍDO POR MEIO DA PORTARIA CONJUNTA CNMP/CNJ Nº 1, DE 31 DE JANEIRO DE 2019, ASSINADA PELOS PRESIDENTES DAS INSTITUIÇÕES, SRS. IVANA FARINA NAVARRETE PENA, FLAVIA MOREIRA GUIMARÃES PESSOA E LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO (CONSELHEIROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA); OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR., SANDRA KRIEGER GONÇALVES E SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR (CONSELHEIROS DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO); VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA); JAIME DE CASSIO MIRANDA (SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO); MARCUS LIVIO GOMES (SECRETÁRIO ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA); DAYSE STARLING MOTTA, LÍVIA CRISTINA MARQUES PERES, MÁRCIO LUIZ COELHO DE FREITAS E ALEXANDRE CHINI (JUÍZES AUXILIARES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA); E CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO, SÉRGIO HENRIQUE FURTADO COELHO E VANESSA GOULART BARBOSA (MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATUANTES NO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)
- EXMO. MEMBRO DO SENADO FEDERAL, SR. SENADOR RODRIGO SANTOS CUNHA
- EXMOS. MEMBROS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SRS. DEPUTADOS FEDERAIS PAULÃO (PT-AL), PEDRO VILELA (PSDB-AL) E TEREZA NELMA (PSD-AL)
- EXMOS. MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, SRS DEPUTADOS ESTADUAIS CABO BEBETO (PL), DUDU RONALSA (MDB), GALBA NOVAES (MDB), JÓ PEREIRA (PSDB) E RONALDO MEDEIROS (PT)
- EXMOS. MEMBROS DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, SRS. VEREADORES DR. VALMIR DE MELO (PT), FRANCISCO FILHO (CHICO FILHO) (MDB), FRANCISCO SALES (PSB), LEONARDO DIAS (PL) E TECA NELMA (PSD)

O MUVB – MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM, através de seus coordenadores **CÁSSIO DE ARAUJO SILVA, NEIREVANE NUNES FERREIRA DE SOUZA e MAURÍCIO SARMENTO DA SILVA**, conforme reunião com a comunidade do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas (região de encosta situada acima do Flexal de Cima), da Rua Marquês de Abrantes e da Vila Saem (particularmente a Rua Santa Luzia), realizada no dia 22-07-2021, que contou com a ampla participação de mais de 700 (setecentas) pessoas, tendo 344 pessoas assinado a lista de presença, e conforme abaixo assinado com a participação de 920 pessoas, além de um abaixo assinado eletrônico elaborado nos dias posteriores, com 260 participantes (conforme documentos em **Apêndice**), além das reuniões realizadas na Comunidade nos dias **15-02-2022 e 23-04-2022**, vem, com base no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal, exercer seu **DIREITO DE PETIÇÃO PERANTE OS PODERES PÚBLICOS**, conforme passa a expor e requerer o que segue:



## I – RESUMO DO PEDIDO

Em 08 de outubro de 2020 o “Movimento Luto por Bebedouro” apresentou requerimento ao Ministério Público Federal, com um laudo identificando diversas irregularidades em imóveis localizados nos Flexais de Baixo e de Cima e na Rua Marquês de Abrantes, pedindo investigação pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM para identificar as causas dos problemas nos imóveis mencionados neste laudo de engenharia, que apontava os mesmos problemas dos imóveis localizados nas áreas de risco decorrentes da mineração “criminosa” da Braskem.

Petição Eletrônica PR-AL-00029154/2020

Procedimento Nº  
1.11.000.000969/2020-01 - Notícia de Fato

Data de envio  
08/10/2020 17:19

Localização  
SGD/PRAL - SETOR DE GESTÃO DOCUMENTAL/PRAL

Resumo  
Requeremos, portanto, deste digníssimo órgão, o prosseguimento do feito, para atendimento das demandas acima e para notificar a CPRM/Serviço Geológico do Brasil e Defesa Civil determinando que providenciem a imediata solução de estudos técnicos e a realocação dos Moradores do Flexal de Baixo e de Cima. Ato contínuo notificar a Braskem para que inclua aqueles moradores nos Programas de Realocação e Compensação Financeira.

Situação  
Em Trâmite

Arquivos neste peticionamento

Nome do Arquivo	Tamanho	Ver Documento
trepica MPF Flexal.pdf	689,8 KB	(/spe/documento/105940833/integracaoconsolidada)

(Protocolo do requerimento apresentado ao MPF pelo “Movimento Luto por Bebedouro”, em 08-10-2020).

O requerimento foi parcialmente atendido, incluindo uma parte dos Flexais de Baixo e de Cima no programa de realocação da Braskem e, conseqüentemente, no Programa de Compensação Financeira - PCF.

Em 10 e 12 de fevereiro de 2021 o “Movimento Luto por Bebedouro” apresentou requerimento perante a Defesa Civil de Maceió pedindo a inclusão na área de risco dos imóveis não contemplados pela decisão do MPF - Ministério Público Federal, em relação aos Flexais de Baixo e de Cima, das Quebradas e da Rua Marquês de Abrantes.

10/02/2021

Maceió/AL, 10 de fevereiro de 2021.

À Defesa Civil de Maceió/AL.  
Nesta,

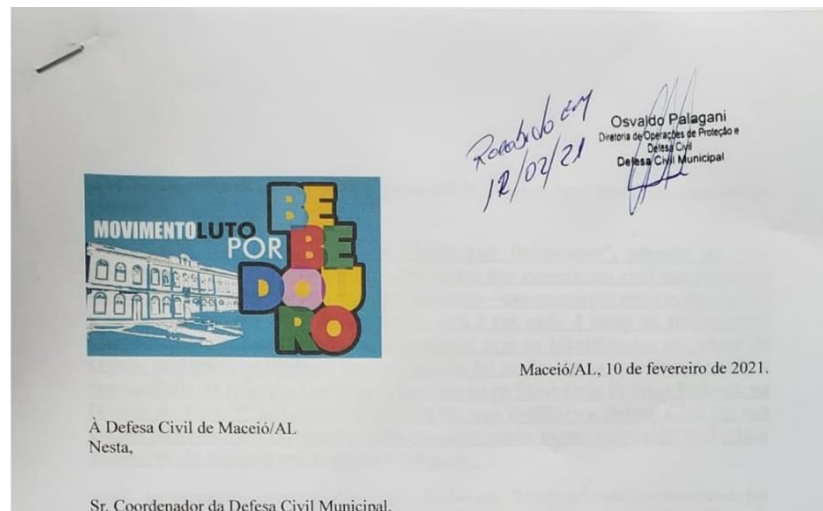
Sr. Coordenador da Defesa Civil Municipal,

O Movimento LUTO POR BEBEDOURO, representando os anseios da comunidade do Bairro de Bebedouro e circunvizinhos, nesta cidade, no contexto da realidade enfrentada pelos moradores e empreendedores após a crise urbana causada pela Braskem, de conhecimento público, vem a esta Autoridade diante das considerações abaixo, expor o que segue:

Inicialmente, cumpre-nos destacar que é incontestável a necessidade de desocupação urgente da área de instabilidade do solo, de forma de preservar o bem maior: as vidas dos moradores.

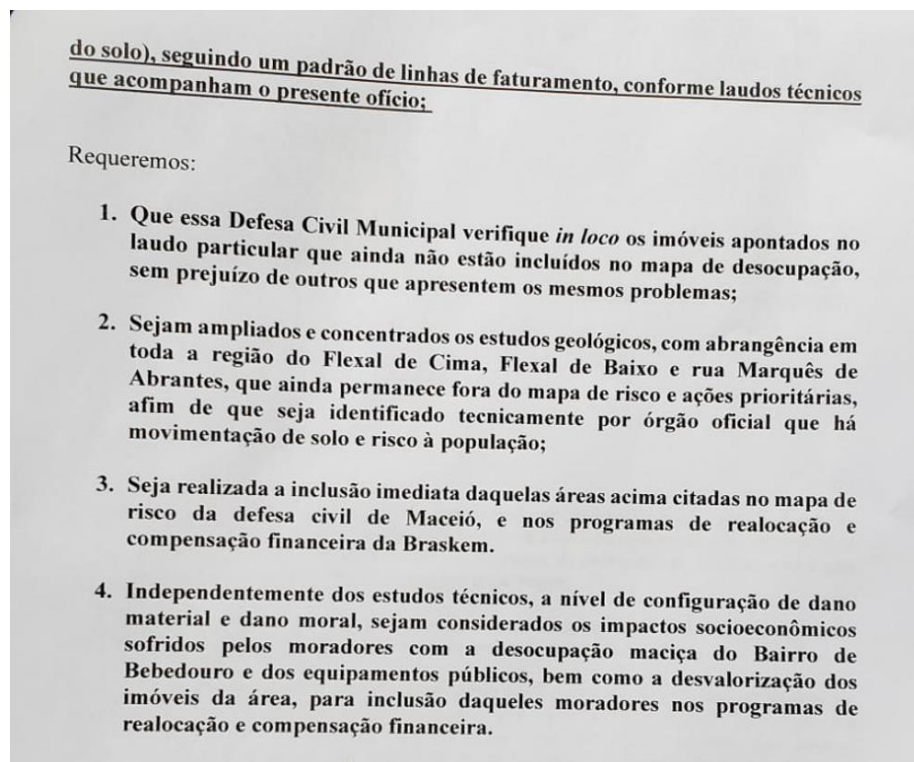
Sabe-se que mais de 50 mil pessoas e aproximadamente 4.500 empreendedores estão impactados pela necessidade de saída de suas casas e fechamento de seus negócios. Nesse conjunto, é necessário dar especial atenção às populações mais vulneráveis, que dependem exclusivamente dos serviços públicos, bem como daquelas que dependem da microeconomia daquela localidade para sua

(Requerimento apresentado pelo “Movimento Luto por Bebedouro”, em 10-02-2021, junto à Defesa Civil de Maceió pedindo a inclusão na área de risco dos imóveis não contemplados pela decisão do MPF, em relação aos Flexais de Baixo e de Cima, das Quebradas e da Rua Marquês de Abrantes).



(Requerimento apresentado pelo “Movimento Luto por Bebedouro”, em 12-02-2021, junto à Defesa Civil de Maceió pedindo a inclusão na área de risco dos imóveis não contemplados pela decisão do MPF, em relação aos Flexais de Baixo e de Cima, das Quebradas e da Rua Marquês de Abrantes).

Os requerimentos apresentados nos dois pedidos foram os mesmos e podem ser contemplados na imagem abaixo:



(Requerimentos apresentados à Defesa Civil de Maceió, nos dias 10 e 12-02-2021).

Estes requerimentos foram registrados pela nossa impressa:

FLEXAL DE CIMA E DE BAIXO

## Luto por Bebedouro entrega laudo sobre afundamento para a Defesa Civil

Assessoria

12/02/2021 07h07 - Atualizado em 12/02/2021 08h08



(Jornal Extra de Alagoas, FLEXAL DE CIMA E DE BAIXO: Luto por Bebedouro entrega laudo sobre afundamento para a Defesa Civil, 12/02/2021 07h07 - Atualizado em 12/02/2021 08h08, disponível em: <<https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2021/02/63503-luto-por-bebedouro-entrega-laudo-sobre-afundamento-para-a-defesa-civil>>, acesso em 07-10-2021).

Os requerimentos apresentados pelo “Movimento Luto por Bebedouro” até hoje não tiveram a adequada resposta da Defesa Civil de Maceió.

No dia 29 de abril de 2021 os moradores do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas (região de encosta situada acima do Flexal de Cima) e da Rua Marquês de Abrantes realizaram um ato público reivindicando a sua realocação, considerando que apenas uma parte do Flexal de Baixo e do Flexal de Cima, localizados no Bairro de Bebedouro, foi incluída no mapa elaborado pela Defesa Civil de Maceió, para fins de desocupação da região afetada pela mineração predatória da Braskem.





(AL TV 1ª Edição, Moradores do Bebedouro protestam por resolução de problemas causados no solo pela Braskem: 4 min, Exibição em 29 abr 2021, disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/9475615/>>, acesso em 12-09-2021).

Em 29 de junho de 2021 o MUVB e a Associação de Empreendedores do Pinheiro protocolaram na Prefeitura Municipal de Maceió pedido de providências com relação à população afetada pelos efeitos danosos econômicos e sociais de diversas localidades, entre elas as do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes e da Vila Saem.

Vejamos alguns trechos do requerimento:

Ilmo. Sr. João Henrique Caldas  
Prefeito de Maceió  
Através do GGI dos Bairros  
Aos cuidados de Ronnie Mota

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio  
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação  
**Sistema Unificado de Protocolo**  
Processo Nº: 00100.047391 / 2021  
Local origem: 0100 - GP  
Tipo: Físico  
Setor origem: 0215 - PROTOCOLO SETORIAL - GP  
Interessado: ASSOCIACAO DOS EMPREENDEDORES NO BAIRRO DO  
Data: 29/06/2021 09:02:52  
Natureza: 4595 - OFÍCIO  
Assunto: SOLICITAÇÃO

O MUVB – Movimento Unificado das Vítimas da Braskem e a Associação dos Empreendedores no Bairro do Pinheiro vêm, através deste, solicitar um conjunto de providências, encaminhamentos e propostas para, a partir dos considerandos abaixo, obter apoio e ações efetivas da Prefeitura Municipal de Maceió em favor das vítimas – pessoas físicas e jurídicas – do crime tecnológico e ambiental cometido pela mineradora Braskem:

**04. ACRESCENTAR NA ÁREA DE RISCO ECONÔMICO EMPRESARIAL COMO CRITICIDADE 00 E 01 NO MAPA DE RISCOS**

Considerando que as empresas e empreendedores informais situados em Bebedouro, nas imediações da Marques de Abrantes, no entorno do corredor comercial da ladeira da Chã de Bebedouro, na Vila Saem, no trecho compreendido entre o mapa de risco e a Av. Fernandes Lima, bem como no quadrante entre o CEAGB, a ladeira Leste Oeste e a Av. Fernandes Lima, foram completamente afetados pelo esvaziamento dos 5 bairros;

Considerando que essas empresas e empreendedores estão sem proteção do acordo de indenização da Braskem, e também do Estado e do Município, ficando numa zona cinzenta, sem direitos e sem condições de funcionamento, fechando, falindo ou sendo obrigadas a se mudarem sem qualquer direito;

Considerando que o Decreto Estadual de Remissão de Dívidas e Isenção de ICMS, editado no final de 2020, possibilita tais benefícios apenas para as empresas nas áreas de risco 00 e 01 do mapa e, mesmo completamente afetadas, o fato da Prefeitura e Defesa Civil não reconhecerem tal afetação, prejudica sobremaneira esse direito;

Considerando que a comunidade afetada não possui recursos para realizar uma pesquisa abrangente para “justificar” a inclusão dessas áreas, apesar de ser evidente a “olhos vistos”, tanto pela perda de arrecadação, quanto pelo fechamento de dezenas, talvez centenas de negócios na borda do mapa;

Encaminhamentos através do GGI:

Que seja instituída uma comissão formal, publicada no diário oficial do município, integrada pela Associação dos Empreendedores, GGI dos Bairros, Semec e Defesa Civil com o objetivo de encontrar uma solução definitiva para este grave problema social no prazo de 90 dias.

Atenciosamente,

No dia 22 de julho de 2021, no Parque da Lagoa, localizado no Flexal de Baixo, Bebedouro, foi realizado uma reunião com a comunidade do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas (região de encosta situada acima do Flexal de Cima), da Rua Marquês de Abrantes e da Vila Saem, que contou com a participação ampla de mais de 700 (setecentas) pessoas, tendo 344 pessoas assinado a lista de presença, e conforme abaixo assinado com a participação de 920 pessoas, além de um abaixo assinado eletrônico elaborado nos dias posteriores, com 260 participantes (conforme documentos em **Apêndice**). O abaixo assinado foi coletado na própria reunião, e nos dias seguintes, com o seguinte teor:

#### “ABAIXO ASSINADO

Nós, abaixo-assinados, apoiamos e concordamos com o MUVB – Movimento Unificado das Vítimas da Braskem, quando defende: a) que as indenizações para os moradores e os empreendedores devem ser justas, céleres, com a participação efetiva dos atingidos, devendo o “Termo de Acordo” das instituições (MPF/MPE/DPU/DPE) e a BRASKEM ser aperfeiçoado; **b) que as populações que habitam as áreas em isolamento social devem ser abrangidas pelo programa de indenizações da BRASKEM;** c) que concorda com o pedido do MUVB de autocomposição para alteração do “Termo de Acordo” e outras medidas que se fizerem necessárias para atingir este objetivo.” (Destaque nosso).

Vejamos alguns registros fotográficos desta memorável reunião:







(Fotos da Reunião do dia 22 de julho de 2021, no Parque da Lagoa, localizado no Flexal de Baixo, Bebedouro, com a comunidade do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes e da Vila Saem, Arquivo pessoal).

Todos os pontos mencionados no abaixo assinado foram amplamente discutidos pela população presente, que aprovaram por aclamação as reivindicações acima mencionadas. E para reforçar essas reivindicações a população ainda após sua expressa concordância por meio de um abaixo assinado que contou com a participação de mais de 1.000 (uma mil) pessoas.

O pedido específico deste requerimento cinge-se ao item “b” do abaixo assinado, que diz: **“b) que as populações que habitam as áreas em isolamento social devem ser abrangidas pelo programa de indenizações da BRASKEM”**.

No dia 15 de fevereiro de 2022, em reunião convocada pelo GGI dos Bairros - Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros, da Prefeitura Municipal de Maceió, por provocação da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, a comunidade, com mais de mil pessoas presentes, manifestou de modo unânime a sua posição no sentido de pedir a realocação e inclusão no Programa de Compensação Financeira – PCF da Braskem, considerando os problemas de rachaduras de seus imóveis e o isolamento socioeconômico em que se encontram. Nesta reunião se fizeram presentes o GGI dos Bairros, da Prefeitura, a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, a OAB/AL e diversos parlamentares.



## Moradores do Flexal são ouvidos pela Prefeitura de Maceió e outros órgãos sobre situação de isolamento na região

A reunião também está sendo uma oportunidade para os moradores apresentarem queixas e uma delas é o valor da indenização

Mariane Rodrigues\*

15/02/2022 21h02 - Atualizada em 15/02/2022 21h04



(Mariane Rodrigues, GazetaWeb, Moradores do Flexal são ouvidos pela Prefeitura de Maceió e outros órgãos sobre situação de isolamento na região, 15/02/2022 21h02 - Atualizada em 15/02/2022 21h04, disponível em: <<https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/moradores-do-flexal-sao-ouvidos-pela-prefeitura-de-maceio-e-outros-orgaos-sobre-situacao-de-isolamento-na-regiao/>>, acesso em 25-05-2022).

No dia 23 de abril de 2022 o próprio MUVB convocou mais uma vez a comunidade para a apresentação de diversos estudos e laudos referentes à situação de risco em que estava, tendo esses estudiosos apresentado suas conclusões para a população, se fazendo presentes diversas autoridades.

26 de abril de 2022

## Pesquisadores participam de reunião da comunidade afetada pela mineração



No último sábado (23), moradores das comunidades do Flexal de Cima, Flexal de Baixo e rua Marquês de Abrantes, no bairro de Bebedouro, participaram de uma plenária organizada pelo Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (Muvb), em uma tenda montada em frente ao Parque da Lagoa. A reunião contou com a presença de parlamentares municipais e estaduais e representantes da Prefeitura de Maceió.

Na ocasião, a comissão formada por moradores apresentou a inspeção feita nos imóveis e os dados técnicos para fundamentar a reivindicação de que essas comunidades sejam incluídas no plano de remoção e indenizações da Braskem, em função do afundamento dos bairros, provocado pela subsidência dos poços de mineração de sal-gema.

(Correio dos Municípios – Alagoas, Pesquisadores participam de reunião da comunidade afetada pela mineração, 26 de abril de 2022, disponível em: <https://www.correiodosmunicipios-al.com.br/2022/04/pesquisadores-participam-de-reuniao-da-comunidade-afetada-pela-mineracao/>), acesso em 25-05-2022).

Vejamos o resumo das razões do pedido de realocação e da inclusão no PCF – Programa de Compensação Financeira da Braskem.

Anteriormente ao desastre socioambiental causado pela exploração predatória de sal-gema pela BRASKEM, a região dos Flexais de Baixo e de Cima tinham 1.555 imóveis habitados, as Quebradas tinham 864 imóveis e a Rua Marquês de Abrantes 574 imóveis habitados e mais 176 casas nas suas adjacências (vuelas e as barreiras – parte alta), somando 750 imóveis habitados, totalizando 3.169 moradias na região.

Após as desocupações de parte dos Flexais de Baixo e de Cima, eles continuam ainda com 563 casas habitadas. As regiões das Quebradas, contígua ao Flexal de Cima e a Rua Marquês de Abrantes não foram desocupadas, mas sofre com o isolamento da região ao seu redor, tanto a região próxima, como em relação à região do entorno do convívio urbano. Além dessas regiões estarem ilhadas sócio, econômica e urbanisticamente, elas estão ilhadas pelo risco geológico direto, pois para ter acesso às suas moradias os moradores têm que trafegar por áreas identificadas como de risco geológico. Sem contar que essas áreas têm apresentado sinais de que também estão sob os efeitos diretos do risco geológico, tendo em visto o aparecimento

nos imóveis dessa região de fissuras, fraturas, rachaduras e subsidências. Antes uma região que possuía certa de 11.000 habitantes, tomando por média 3,5 habitantes por residência, hoje ficou reduzida para apenas 7.600 pessoas, tendo havido uma emigração de mais de 3.400 habitantes, devendo também ser considerado a emigração forçada de toda a população das áreas de risco direto de Bebedouro, que serviam de suporte e interagiam com a população abrangida por este requerimento.

Tudo isso, para não falar da situação desoladora das casas destruídas, locais onde antes habitavam vidas, foram reduzidas aos escombros de paredes vazias, sem sorrisos, sem olhares, sem nada.

E esse nada atormenta as vidas das pessoas que continuam habitando essa região, que perderam seus estabelecimentos urbanos públicos e privados de convivência urbana e social, que serviam de suporte de vida numa região urbanizada, tendo sido desativados um PAM-Saúde (Posto de Atendimento Médico), 5 (cinco) escolas públicas, 5 (cinco) escolas privadas de grande porte, 8 (oito) grandes igrejas, 1 (um) centro de lazer (Parque da Lagoa), além de inúmeros mercadinhos, farmácias, padarias, açougues, bares e restaurantes, dentre outros, sem contar um Mercado Público e uma ampla área de feira livre, em Bebedouro, que funcionavam todos os dias da semana, que serviam para o abastecimento dos moradores da região e para eles exercerem um pequeno comércio, entre outros produtos, de mariscos e peixes retirados da Lagoa Mundaú e do Riacho do Silva, localizados próximos da região em questão, que serviam de fonte de renda para a população.

Acrescente-se que a região contígua aos Flexais, Quebradas e Rua Marquês de Abrantes foi totalmente desocupada, área essa que também servia para interação social e econômica para os moradores da região aqui defendida.

Em relação à Vila Saem houve a desocupação de um lado da Rua Santa Luzia, ficando habitada o outro lado da rua, causando grande dissabor para os moradores remanescentes, que têm que abrir as portas de suas casas e se depararem com a macabra visão de escombros de casas destruídas, casas essas em que antes pulsava vida, histórias e amizades, hoje reduzidas a paredes ocas de tudo.

Hoje, a Vila Saem é um “povoado” isolado que teve todo o seu entorno desocupado, afetando a sua população pelo desfazimento das relações de amizade e de afeto que antes existia, como, também, atingindo todo o comércio da região com a evasão da antiga clientela, prejudicando fortemente os empreendedores da região.

## **II – DA LEGITIMIDADE DO MUVB**

Antes de adentrarmos no mérito propriamente dito, faremos um breve esclarecimento acerca da legitimidade do MUVB, um movimento social, sem ainda constituição formal, com lideranças no seio da comunidade que está em defesa do objeto deste requerimento, para mostrar que ele pode pleitear o que está pleiteando.

O MUVB apesar de ainda não ter constituição formal, por seus integrantes, de acordo com o que prevê a Constituição Federal no seu art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, que assegura a todas as pessoas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos.

“Art. 5º - .....  
.....  
XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:  
a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”



Alexandre de Moraes, Ministro do STF, comentando este dispositivo constitucional, leciona:

#### “5.58 Direito de Petição

Historicamente, o direito de petição nasceu na Inglaterra, durante a Idade Média, por meio do *right of petition*, consolidando-se no *Bill of Rights* de 1689, que permitiu aos súditos que dirigissem petições ao rei. Igualmente, foi previsto nas clássicas Declarações de Direitos, como a da Pensilvânia de 1776 (art. 16), e também na Constituição francesa de 1791 (art. 3º).

**Pode ser definido como o direito que pertence a uma pessoa de invocar a atenção dos poderes públicos sobre uma questão ou uma situação.**

A Constituição Federal consagra no art. 5º, XXXIV, o direito de petição aos Poderes públicos, assegurando-o a todos, independentemente do pagamento de taxas, em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder. **A Constituição Federal de 1988 não obsta o exercício do direito de petição coletiva ou conjunta**, por meio da interposição de petições, representações ou reclamações efetuadas conjuntamente por mais de uma pessoa. Observamos que essa modalidade não se confunde com as petições em nome coletivo, que são aquelas apresentadas por uma pessoa jurídica em representação dos respectivos membros.

O direito em análise constitui uma prerrogativa democrática, de caráter essencialmente informal, apesar de sua forma escrita, e independe do pagamento de taxas.

**Dessa forma, como instrumento de participação político-fiscalizatório dos negócios do Estado que tem por finalidade a defesa da legalidade constitucional e do interesse público geral, seu exercício está desvinculado da comprovação da existência de qualquer lesão a interesses próprios do peticionário.**

Acentuemos que, pela Constituição brasileira, apesar de o direito de representação possuir objeto do direito de petição, instrumentaliza-se por meio deste.

A Constituição Federal assegura a qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional ou estrangeira, o direito de apresentar reclamações aos Poderes Públicos, Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como ao Ministério Público, contra ilegalidade ou abuso de poder.

A finalidade do direito de petição é dar notícia do fato ilegal ou abusivo ao Poder Público, para que providencie as medidas adequadas. O exercício do direito de petição não exige seu endereçamento ao órgão competente para tomada de providências, devendo, pois, quem recebê-la, encaminhá-la à autoridade competente.

Na legislação ordinária, exemplo de exercício do direito de petição vem expresso na Lei nº 4.898/65 (Lei de Abuso de Autoridade), que prevê, em seu art. 1º:

“O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente Lei.”

O direito de petição possui eficácia constitucional, obrigando as autoridades públicas endereçadas ao recebimento, ao exame e, se necessário for, à resposta em prazo razoável, sob pena de configurar-se violação ao direito líquido e certo do peticionário, sanável por intermédio de mandado de segurança. Notemos que, apesar da impossibilidade de obrigar-se o Poder Público competente à adoção de medidas para sanar eventuais ilegalidades ou abusos de poder, haverá possibilidade, posterior, de responsabilizar o servidor público omissor, civil, administrativa e penalmente.” (Alexandre de Moraes, Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional, São Paulo, Atlas, 2002, pp. 289/290) (Destaque nosso).

O Supremo Tribunal Federal assegura o amplo acesso dos brasileiros para pleitear perante os Poderes Públicos o que entende ser devidos por esses poderes:

“O direito de petição, presente em todas as Constituições brasileiras, qualifica-se como importante prerrogativa de caráter democrático. Trata-se de instrumento jurídico-constitucional posto à disposição de qualquer interessado – **mesmo daqueles destituídos de personalidade jurídica** –, com a explícita finalidade de viabilizar a



defesa, perante as instituições estatais, de direitos ou valores revestidos **tanto de natureza pessoal quanto de significação coletiva**. Entidade sindical que pede ao PGR o ajuizamento de ação direta perante o STF. *Provocatio ad agendum*. Pleito que traduz o exercício concreto do direito de petição. Legitimidade desse comportamento. [ADI 1.247 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 17-8-1995, P, DJ de 8-9-1995.]” (STF, A Constituição e o Supremo, disponível em <<http://stf.jus.br/portal/constituicao/constituicao.asp>>, acesso em 28-07-2021) (Destaque nosso).

Para requerer o que estar requerendo o MUVB não precisa ter constituição formal, podendo simples pessoas brasileiras requererem a estas instituições o que estar pedindo. O MUVB ainda não tem constituição formal, mas é composto de brasileiros que buscam a defesa de seus direitos, e de direitos de brasileiros agredidos em sua dignidade, perante as instituições para que elas possam melhor desempenhar as suas funções.

Se isso não bastasse, o próprio Código de Defesa do Consumidor permite que indivíduos participem dos processos coletivos, conforme preceitua o seu art. 94. Sobre isso a doutrina é unânime em admitir tal intervenção de indivíduos no processo coletivo em caso de direitos individuais homogêneos, como no caso:

**“1.3. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos (art. 94 do Código de Defesa do Consumidor)**

O Código de Defesa do Consumidor prevê, expressamente, a possibilidade de o particular intervir nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos:

“Art. 94. Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.”

A intervenção será na condição de *assistente litisconsorcial*, verdadeiro litisconsorte ulterior; intervindo, o particular submete-se ao julgamento da causa. **Como o objeto litigioso lhe diz respeito de alguma maneira, pois é a expressão coletiva de um feixe de direitos individuais**, que considera inclusive o direito afirmado pelo indivíduo requerente, o particular tem interesse jurídico em intervir na demanda.

**O particular é, neste ponto, um legitimado extraordinário do grupo de vítimas, titular do direito discutido e, ao mesmo tempo, legitimado ordinário para a defesa de seu direito individual reflexamente atingido.** Ele não intervém para discutir direito próprio, mas acaba, por via reflexa, também discutindo seu direito. Sucede que a legitimação extraordinária é subordinada: o indivíduo não pode propor a ação coletiva, mas pode aderir a ela; sua atuação está, então, subordinada à dos legitimados coletivos autônomos (Ministério Público, Defensoria Pública, associações civis etc.).” (Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr., Curso de direito processual civil: Vol. 4: Processo coletivo, 13ª ed., Salvador, JusPodivm, 2019, p. 260) (Destaque nosso).

Mesmo que a questão fosse judicial, o MUVB, através de seus integrantes, poderia requerer o que está pleiteando em defesa dos interesses da comunidade, máxime em se tratado de requerimento na instância administrativa, que tem o seu pedido acobertado pelo **direito de petição**, constitucionalmente assegurado.

Quanto ao fato de existirem associações de moradores constituídas, que em tese representariam os moradores destas regiões abrangidas neste requerimento, também, não é empecilho para a atuação do MUVB, pois só na organização sindical dos trabalhadores é que existe a chamada unicidade sindical (art. 8º, inciso III, da Constituição Federal), ou seja, só no movimento dos trabalhadores é que existe a obrigatoriedade de representação por uma única

entidade representativa de determinada base territorial, o sindicato único. Quando se trata da organização de moradores pode haver mais de uma organização associativa, em respeito à **plena liberdade de associação** (Constituição Federal, art. 5º, incisos XVII e XVIII), principalmente quando a associação existente se mostra omissa ou com posições dúbias sobre os problemas existentes, como na presente questão.

Pelas razões acima, entende-se que ficou demonstrado a legitimidade do MUVB para formular o presente requerimento.

### **III – DO DESASTRE AMBIENTAL ANTRÓPICO, DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO PELA BRASKEM E DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR**

A Braskem através de sua atividade de mineração de sal-gema em Maceió causou inúmeros danos à sua população, não só os diretamente relacionados às fissuras, às rachaduras, aos trincamentos e às subsidências identificados em diversas moradias e empreendimentos da região, mas, igualmente, ao colocar em risco direto e iminente vidas das pessoas das áreas que se diz que não tem risco geológico primário, mas que têm que tráfegar diariamente por esse risco ao sair e retornar de suas casas, ao destruir relações comunitárias e afetivas que as pessoas mantinham com os amigos que foram residir em outros lugares, ao provocar o adoecimento das pessoas em razão da ruptura desses laços afetivos, culturais e comunitários e em razão das dificuldades econômicas tanto dos que ficaram como dos que se foram. Uma região abastecida por todos os estabelecimentos públicos e privados de convívio urbano, hoje se vê em uma situação de total indigência social e econômica.

Sobre a responsabilidade civil em caso de desastre ambiental antrópico a doutrina aponta para aplicação da teoria do risco integral, que defende a responsabilização do infrator de modo objetivo (sem consideração subjetiva ou de culpa) e integral (ou seja, deve ressarcir **todos** os danos causados), veja-se:

“Os desastres (naturais, mistos ou antropogênicos) não deixam de ser grandes danos de repercussão socioambiental, justificando constantemente a incidência da responsabilidade civil por danos ambientais, sempre que diagnosticada a presença de nexos causal e condutas que tenham contribuído para os efeitos lesivos destes eventos. Para uma grande quantidade de casos, sobretudo para aqueles referentes a desastres antropogênicos ou acidentes industriais, é aplicável a responsabilidade civil objetiva prevista para a matéria ambiental, especificamente no art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981. No caso de *danos provocados por entidades privadas*, como já referido, a jurisprudência e doutrina têm adotado a *teoria do risco integral* de forma majoritária, para condutas ativas ou omissivas.” (Délton Winter de Carvalho, Desastres ambientais e sua regulação jurídica: Deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental, 2ª ed., São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 184).

Mais adiante, o mesmo autor, Délton Winter de Carvalho, falando das tendências contemporâneas da responsabilidade civil por acidentes industriais, assevera:

“Desastres induzidos pelo homem apresentam uma *maior unilateralidade*, ou seja, as vítimas estão menos habilitadas a minimizar os riscos. Destarte, há uma consolidada utilização da responsabilidade civil em sua formatação objetiva, com grande destaque à *complexidade causal* e, consequentemente, a ênfase dos debates judiciais recai sobre a comprovação ou não do liame causal entre a atividade e os danos em questão.

Os acidentes industriais, sempre que tenham repercussão ambiental, encontram-se subsumidos à responsabilidade civil objetiva, face à incidência do art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981. Aplica-se a tais casos, por orientação jurisprudencial e doutrinária, a *Teoria do Risco Integral*, segundo a qual não são admitidos excludentes de responsabilidade, nem mesmo caso fortuito ou força maior.

Um bom exemplo do tratamento dado a estes desastres consiste nos casos de *vazamentos de óleo do mar*, sendo a estes não apenas aplicada a legislação específica (Dec. 83.540/1979) mas, preponderantemente, a legislação ambiental (art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981, e art. 225, § 3º, da CF) em razão das consequências ambientais ocasionadas pela atividade. As dificuldades probatórias causais são engendradas, em muitos casos, pela incerteza científica para diagnosticar a autoria dos eventos lesivos, dificultando e, por vezes, inviabilizando a identificação do responsável. Nem mesmo a existência de prévia contaminação na área tem servido de justificativa, nos tribunais pátrios, para excluir a responsabilidade civil em casos de derramamento de óleo, quando configurado o nexo causal.” (Délton Winter de Carvalho, *Desastres ambientais e sua regulação jurídica: Deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental*, 2ª ed., São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2020, pp. 186/187).

Ao causar os danos aos bairros afetados, e à região do entorno, com casas rachadas, moradores que têm que trafegar por áreas com subsidência, ou com risco dela, e pessoas que antes moravam em regiões que eram plenamente urbanizadas, tendo à sua disposição os mais diversos estabelecimentos públicos e privados para uma adequada convivência social, e que **hoje não dispõe mais**, e que é inviável sua disponibilidade, estão sendo afetadas por um dano, dano esse que deve ser ressarcido por quem o causou. A Braskem tem a obrigação legal de **reparar integralmente todos esses danos**. Não é pedir favor à Braskem, mas exigir que ela assuma sua responsabilidade pelos prejuízos das mais variadas dimensões que ocasionou.

Os estudiosos do direito são uníssomos em proclamar essa responsabilidade pela reparação integral que o malfeitor ambiental deve reparar e de modo integral todos os danos e prejuízos que provocou às pessoas direta e indiretamente atingidas.

#### “6. REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO

Trata-se de um importante princípio do Direito coletivo: o dano ao grupo deve ser reparado integralmente. O suporte para o tratamento integral do dano está na compreensão do grupo como entidade e não como mera reunião de litígios individuais.

A disciplina da ação popular, por exemplo, prevê que: “a sentença que julgando procedente a ação popular decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa” (art. 11 da Lei 4.717/1965).

Fica evidente aqui a presença do *princípio da reparação integral do dano*: mesmo que não tenha sido feito o pedido de condenação, este se retira da natureza da ação popular e da ação de improbidade administrativa, admitindo-se uma espécie de pedido implícito.

Outra faceta desse princípio está na chamada *fluid recovery*, recuperação fluída, segundo a disposição do art. 100 do CDC, sendo que mesmo não havendo liquidação e execução da totalidade dos titulares dos direitos individuais homogêneos, a reparação deverá ser integral, com os valores auferidos revertidos para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos”. (Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr., *Curso de direito processual civil: Vol. 4: Processo coletivo*, 13ª ed., Salvador, JusPodivm, 2019, pp. 134/135).

No caso do dano ambiental há um princípio específico para tratar da questão que é o princípio do poluidor-pagador, que diz que quem auferiu ganhos destruindo a natureza deve ressarcir integralmente os atingidos, inclusive recompondo a natureza agredida, para as presentes e futuras gerações, estando compreendido os seres humanos afetados.

“O conhecido **princípio do poluidor-pagador exige que a pessoa responsável pela atividade poluidora arque com os custos dos danos ambientais causados**. Tal norma tem origem no preceito lógico-econômico de que os custos sociais da produção de bens ou serviços devem ser internalizados pela empresa ou pessoa que aufera as vantagens de tal atividade.



Toda atividade econômica acaba por gerar efeitos reflexos, comumente chamados de externalidades negativas. A poluição é uma das mais sérias e graves externalidades negativas causadas por diversas atividades econômicas.

Atribuir, pois, ao próprio poluidor a responsabilidade por tais externalidades é reequilibrar a balança de sua relação com a sociedade, pois se o empreendedor auferir o bônus deve também suportar os ônus de sua atividade.

O princípio do poluidor-pagador tem duas finalidades: (i) a primeira, dita sancionatória ou reparatória, pela qual busca atribuir ao poluidor a integral responsabilidade pela reparação dos danos efetivamente causados; (ii) a segunda, dissuasiva, pela qual se intenta prevenir novos danos, pela demonstração aos empreendedores das desvantagens ou consequências do cometimento de condutas lesivas ao meio ambiente.

É importante frisar que o princípio do poluidor-pagador nunca pode ser erroneamente interpretado, como se fora lido na ordem pagador-poluidor. Isto é, **não é o pagamento que possibilita a livre e lícita poluição**, mas a ilícita poluição que impõe integral reparação. Desse modo, **não há direito adquirido à poluição ou à atividade poluidora**, devendo esta cessar tão logo constatada, numa aplicação do já abordado princípio da prevenção. Evidente que entre a prevenção de novos danos e a responsabilização de pessoas por danos já constatados, o Direito Ambiental deve preferir a primeira opção, tal como já mencionado no tópico relativo ao princípio da prevenção.” (Adriano Andrade, Cleber Masson, Landolfo Andrade, Gabriel Lino, Lauro Ribeiro e Rafael Machado, Interesses difusos e coletivos: Vol. 2, 4ª ed., Rio Janeiro, Forense e Método, 2021, p. 24).

Esses dois princípios, da reparação integral do dano e do poluidor-pagador, em casos de desastres ambientais antrópicos (ou antropogênicos), são fundamentais para o que vai ser exposto a seguir, pois se todos os danos devem ser integralmente reparados, pouco importa se a população atingida teve sua casa rachada; ou a padaria do “seu” Manuel que ficava na esquina foi embora, rompendo esse laço, ou mesmo tendo ficado teve seu faturamento diminuído; ou se para sair ou chegar em casa tem que atravessar áreas com risco de subsidência; ou se os seus amigos foram para outros bairros, destruindo relações afetivas; ou se toda essa situação provocou uma síndrome do pânico, um estresse pós-traumático, uma depressão, ou um transtorno de ansiedade, leve, grave ou gravíssimo; e outros danos que as situações concretas demonstrem. **Todos** esses danos devem ser assumidos pela empresa causadora, que é a Braskem, reparando de modo **integral** a totalidade desses efeitos nefastos por sua atividade predatória contra a natureza e a sociedade.

#### IV - DA SITUAÇÃO DE RISCO GEOLÓGICO DIRETO (PRIMÁRIO)

Em 07 de novembro de 2019 a Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública e o então Deputado Federal JHC, hoje Prefeito de Maceió, formulou vários questionamentos ao Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (SGB-CPRM), tendo este apresentado suas respostas por escrito. Das respostas apresentadas, merece destaque:

**“1. A CPRM não vê necessidade do acionamento do Plano de Ação de Emergência (PAE), ante a possibilidade de uma tragédia iminente? Ou não há esse risco?**

As evidências de campo e os estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM (SGB-CPRM) **confirmam a possibilidade de afundamentos bruscos de terreno com a formação de sinkhole**. Esse tipo de fenômeno é caracterizado por elevado grau de incerteza quanto ao momento que ocorrerá e às reais dimensões que atingirá, já que pode se dar em cascata, mas **é possível afirmar que o processo de subsidência (afundamento) está em contínua evolução**.” (SGB-CPRM, Respostas aos questionamentos do Deputado Federal JHC, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/afundamento-do-solo-em-bairros-de-maceio-al/outros-documentos/respostas-cprm-audiencia-07112019>), acesso em 09-09-2021) (Destaque nosso).

Desta resposta pode-se concluir que o fenômeno do afundamento do solo não só não parou, como está em evolução, podendo acontecer o que ele chama de “sinkhole”, vazios de superfície, que significa o aparecimento de grandes buracos na superfície do solo, em razão dos deslocamentos das minas de mineração, deslocamentos esses que podem atingir a superfície, formando grandes crateras, provocando grandes abismos na terra. Como as crateras subterrâneas surgidas da exploração do sal-gema estão em situação de instabilidade é **impossível** afirmar com segurança que as áreas de entorno da região das minas de exploração de sal-gema estejam plenamente seguras, mesmo as regiões hoje tidas como não pertencentes às áreas de risco?

Matéria jornalística destaca que o afundamento do solo dos bairros afetados de Maceió pode durar de 10 a 30 anos, com o progressivo afundamento do solo da região. A matéria destaca a fala do professor do curso de engenharia civil da UFAL, Abel Galindo, que diz:

“ “O tempo para estabilização é mínimo de dez anos é o que muitos pesquisadores têm dito. Tem alguns até que chegam a falar em 20, 30 anos para estabilizar completamente. O risco de ruptura segundo o relatório italiano é de que ano que vem deve ocorrer alguma ruptura na região do Mutange, entre o IMA [Instituto do Meio Ambiente de Alagoas] e o Bom Conselho, alguma ruptura de superfície entre maio e dezembro em dois ou três pontos. Já outros relatórios dizem que a probabilidade de ruptura da superfície é muito remota, ou pelo menos não antes de sete anos, caso aconteça”, pontua.

A evolução do afundamento deve alcançar nos próximos anos até 2 metros em alguns trechos, segundo Abel Galindo, além disso o estudioso não descarta a possibilidade de aberturas de solo em regiões já desocupadas como é o caso do Mutange.” (Tribuna Hoje, Afundamento de solo de bairros de Maceió deve levar de 10 a 30 anos: Pesquisador diz que estudos já realizados apontam que subsidência seguirá avançando, disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/09/09/afundamento-de-solo-de-bairros-de-maceio-deve-levar-de-10-a-30-anos/>), acesso em 09-09-2021).

Essa movimentação do solo manifestou-se de modo mais grave em 05 de novembro de 2021, provocando um terremoto numa região próxima das minas da Braskem que foi sentido numa área bem extensa, demonstrando que o problema continua.

Brasil

# Terremoto de 12 segundos é sentido em bairros que afundam em Maceió

Tragédia causada pela mineração de sal-gema na área urbana da capital alagoana já obrigou a retirada de 55 mil pessoas da região

Raphael Velela

05/11/2021 17:05, atualizado 05/11/2021 17:05

Igo Estrela/Metrópoles



(Raphael Velela: Metrópolis, Terremoto de 12 segundos é sentido em bairros que afundam em Maceió: Tragédia causada pela mineração de sal-gema na área urbana da capital alagoana já obrigou a retirada de 55 mil pessoas da região, 05/11/2021 17:05, atualizado 05/11/2021 17:05, disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/terremoto-de-12-segundos-e-sentido-em-bairros-que-afundam-em-maceio>>, acesso em 25-05-2022).

## IV.1 – A QUESTÃO NO FLEXAL DE BAIXO, NO FLEXAL DE CIMA E NAS QUEBRADAS

Laudo técnico de inspeção, realizado pelo engenheiro civil Alec Moura Sampaio, no mês de agosto de 2020, constatou diversas agressões nos imóveis visitados na região do Flexal de Baixo, Flexal de Cima e na Rua Marquês de Abrantes, concluindo:

### “9. PARECER TÉCNICO

Por se tratarem, em sua grande maioria, de casas geminadas, o fato de uma casa estar diretamente encostada na outra pode limitar a gravidade das manifestações patológicas apresentadas, mascarando-as em manifestações mais discretas e menos intensas, tendo em vista que sua movimentação fica restringida.

Diante das manifestações patológicas identificadas em 45 edificações inspecionadas ao longo das comunidades de Flexal de Baixo e Flexal de Cima, levando em consideração todo o contexto construtivo e à análise do perfil das manifestações



patológicas encontradas, diagnóstico às causas da maioria esmagadora das fissuras, trincas e rachaduras encontradas como sendo recalques de fundação, o que, pela distribuição de manifestações patológicas semelhantes em edificações espalhadas ao longo da comunidade, leva a crer que há um problema de solo ao longo de toda a região afetada.

Levando em consideração o tempo de construção que têm as edificações inspecionadas, as datas que os moradores reportam o início dos problemas, o contexto geológico da região e a semelhança das manifestações patológicas encontradas nas edificações inspecionadas com as apresentadas nas edificações que já se encontram dentro do mapa de setorização de danos e de linhas de ações prioritárias, levanto à suspeita de que os recalques nas fundações das edificações inspecionadas podem estar sendo causados pelos mesmos problemas de solo que afetam os bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto, Pitanguinha e o restante do bairro do Bebedouro.

Recomendo fortemente que as autoridades locais sejam acionadas e que a CPRM seja convocada imediatamente para realizar os estudos de solo necessários para descobrir qual é a real causa desses recalques de fundação comuns a tantas casas em uma mesma região e se o problema representa um risco crescente à população local para que as autoridades locais possam tomar as medidas cabíveis.” (Alec Moura Sampaio, Laudo Técnico de Inspeção: Flexal de Baixo e Flexal de Cima, agosto de 2020, p. 140) (Doc-01).

A Defensoria Pública da União - DPU, integrante da Força Tarefa do Caso Pinheiro-Braskem, ao lado do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, em agosto de 2021, ingressou com uma ação civil pública pedindo a liberação do saque administrativo do FGTS dos moradores do Flexal de Baixo e do Flexal de Cima (Processo nº 0813154-97.2021.4.05.8000, em trâmite na 3ª Vara Federal de Maceió), ressaltando que a população desses lugares estavam em uma possível área de risco geológico:

**“1 – OBJETO:**

A presente ação tem por escopo garantir os direitos de trabalhadores e empreendedores residentes nas áreas de risco e de ilhamento socioeconômico localizadas na região do Flexal de Baixo e Flexal de Cima, situados no bairro de Bebedouro em Maceió - AL – sujeitos a problemas ambientais e socioeconômicos decorrentes de falha na atividade de extração mineral, conforme mapa e laudo da Defesa Civil Municipal, em relação à possibilidade de saque administrativo dos valores depositados nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, com base no art. 20, XVI, da Lei nº 8.036/1990 e jurisprudência pacífica dos Tribunais.” (Diego Bruno Martins Alves, DPU, Petição inicial da ação civil pública, processo nº 0813154-97.2021.4.05.8000, em trâmite na 3ª Vara Federal de Maceió, pp. 01/02).

Alie-se a essas constatações gerais, diversas evidências específicas, tais como surgimento de sal nas paredes das casas remanescentes (halocinese?), bem como, habitações com rachaduras e outras situações que merecem um estudo mais aprofundado da real situação de risco em razão dos efeitos da extração predatória do sal-gema na região, como podemos observar nas diversas manifestações nas redes sociais e em matérias dos jornais.

Abertura de crateras nas ruas:



(Acorda Maceió, Em Bebedouro o chão começa a afundar e abrir algumas crateras, disponível em <[https://www.instagram.com/tv/CSvI2vAjmhH/?utm\\_medium=share\\_sheet](https://www.instagram.com/tv/CSvI2vAjmhH/?utm_medium=share_sheet)>, acesso em 10-09-2021).

Aparecimento de sal nas paredes das casas remanescentes:

12 de agosto de 2021 08:06

## Sal em imóveis no Flexal ainda sem causa definida

Moradores afirmam que problema vem se intensificando e atingindo outras casas



(Tribuna Hoje, Sal em imóveis no Flexal ainda sem causa definida, disponível em <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/08/12/sal-em-imoveis-no-flexal-ainda-sem-causa-definida/#.YRUP2quSIXg.whatsapp>>, acesso em 10-09-2021).

Outra matéria sobre o aparecimento de sal nas paredes das casas remanescentes:



(TV Pajuçara, Moradores de Bebedouro estão assustados, disponível em: <<https://youtu.be/LqFHt75mWVo>>, acesso em 10-09-2021).

Contudo, de modo precipitado, e contrariando a melhor prática científica, a Defesa Civil apresentou um opinativo dizendo que o surgimento de sal nas paredes das casas dos Flexais deve-se a problemas do uso de materiais inapropriados para a construção civil, que o sal surgido nas paredes seria decorrente desses materiais:

**MACEIÓ**

## Eflorescência: Defesa Civil explica aparecimento de sal em imóveis de Maceió

Secom Maceió | 02/09/21 - 15h42

TWEETARWHATSAPP

Fazer compras sem colocar no bolso? Use seus pontos Livelo.

Saiba mais

Livelo



Anúncio

Não exibir

Anúncio

+ LIDAS

(TNH1, Eflorescência: Defesa Civil explica aparecimento de sal em imóveis de Maceió, disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/eflorescencia-defesa-civil-explica-aparecimento-de-sal-em-imoveis-de-maceio/>>, acesso em 10-09-2021).



No ano de 2019 igual fenômeno de surgimento de sal na casa dos moradores apareceu no Bairro do Bom Parto, área abrangida pelos fenômenos geológicos causados pela Braskem, e para esse problema chegou-se à conclusão de que a causa era o deslocamento das minas de sal-gema.



## Aparecimento de pó branco em casas assusta moradores do Bom Parto, em Maceió

Bairro também é atingido por rachaduras e quem mora na região pede uma visita técnica do Serviço Geológico do Brasil.

Por AL2

28/11/2019 21h34 · Atualizado há um ano



(G1, Aparecimento de pó branco em casas assusta moradores do Bom Parto, disponível em <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/11/28/aparecimento-de-po-branco-em-casas-assusta-moradores-do-bom-parto-em-maceio.ghtml>>, acesso em 10-09-2021).

Para a situação do Bom Parto, ao invés da Defesa Civil, quem fez a análise foi o SGB-CPRM, e este chegou à conclusão de que a causa do surgimento do sal nas casas dos moradores devia-se ao fenômeno da **halocinese**, devido à mineração desastrosa da empresa Braskem, na região.



Desta matéria podemos retirar as seguintes informações:

“Sexta-feira, 08 de novembro de 2019

CPRM defende relatório técnico sobre afundamento de solo em bairros de Maceió, em audiência na Câmara dos Deputados

Representantes da CPRM apresentaram na Câmara dos Deputados em Brasília resultados das ações emergenciais realizadas pela instituição em Maceió

(...)

“O Serviço Geológico do Brasil com base em todos os estudos e análises realizadas, chegou às seguintes conclusões: **está ocorrendo desestabilização das cavidades da extração de sal-gema, provocando halocinese** (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência (afundamento) do terreno e deformações rúpteis na superfície (trincas no solo e nas edificações) e em superfície de parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro”, afirmou o pesquisador.” (SGB-CPRM defende relatório técnico sobre afundamento de solo em bairros de Maceió, em audiência na Câmara dos Deputados, disponível em <<https://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/CPRM-defende-relatorio-tecnico-sobre-afundamento-de-solo-em-bairros-de-Maceio%2C-em-audiencia-na-Camara-dos-Deputados-6025.html>>, acesso em 12-09-2021) (Destaque nosso).

Porque na situação do Bom Parto houve a halocinese e nas casas dos Flexais não? Que estudos e com base em que dados se descartou o problema da desestabilização das minas e do solo? Como a apreciação da Defesa Civil centrou-se apenas nas casas, sem fazer qualquer alusão aos problemas geológicos, com base em dados atuais, tendo em vista que o fenômeno é dinâmico e todo dia a situação está se alterando, pode-se afirmar, sem medo de errar, que o parecer apresentado foi precipitado e sem observância da melhor prática científica, pois teria que analisar **todas as hipóteses explicativas** e só após uma análise detida sobre cada hipótese é que poderia chegar a um posicionamento conclusivo, justificando com dados a análise de todas as hipóteses, seja a que foi acatada, seja as que foram rejeitadas, ou não apreciadas, fato que não constou na matéria de divulgação do resultado da perícia feita, nem parece que foi o caminho adotado.



O que parece ter sido o caminho adotado foi a escolha arbitrária de uma das hipóteses possíveis e sobre ela procurou-se adequar os dados disponíveis e aparentes para justificar o fenômeno, ou seja, caminhou-se com botas de sete léguas para distanciar-se do que efetivamente vem ocorrendo na realidade, para confirmar uma hipótese previamente escolhida! O que mostra que não foi adotado o que preconiza o método científico.

Para reforçar o quanto foi dito, vale as considerações do SGB-CPRM, quando disse:

“Em janeiro de 2020 a Braskem firmou acordo com autoridades federais e estaduais de Alagoas para reparação de prejuízos e remoção parcial dos moradores atingidos pelos fenômenos de instabilidade do terreno em Maceió, AL. Esse acordo abrangeu a maioria das áreas classificadas como “Críticidade Zero” no mapa de setorização de danos e de linhas de ações prioritárias, além de incluir a “Área de Resguardo”, apontada pela Braskem, que são os perímetros ao redor da projeção das minas (<http://www.braskem.com.br/mapa-da-area-de-desocupacao>). Ressalta-se, entretanto, que **para a área de resguardo não foram consideradas todas as minas. Também não foi considerada a área total inserida no arco de subsidência e as zonas de quebraamento sem danos comprometedores das estruturas dos imóveis.** Esta informação está contida no mapa da defesa civil datado de junho de 2019.

**Do ponto de vista do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, tais áreas deveriam ser incluídas em futuras ações,** devido a ameaça que representam à

população e à infraestrutura dos bairros, uma vez que o fenômeno de subsidência tem se mostrado ainda atuante com o surgimento de novas evidências do problema.

**Recomenda-se, portanto, que nenhuma mina seja desconsiderada na elaboração de perímetros de resguardo**, visto que os registros históricos de sonares já demonstraram que **ocorrem colapsos sucessivos do teto em todas elas sendo impossível garantir a integridade da superfície sobrejacente**. As áreas de subsidência onde os danos aos imóveis ainda não são comprometedores continuam em movimentação e novas áreas com danos já foram identificadas ou intensificadas, conforme foi constatado em trabalhos de campo realizados em janeiro deste ano.” (Thales de Queiroz Sampaio, Informativo Técnico nº 01/2020: Boletim - Fevereiro 2020: Monitoramento da Instabilidade do Terreno nos Bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto (Maceió - AL), p. 1) (Doc-02) (Destaque nosso).

Por fim, este “Informativo Técnico nº 01/2020” conclui com as seguintes recomendações:

#### “Recomendações

Diante da confirmação do avanço do processo de instabilidade sugere-se:

- Para monitoramento do avanço dos colapsos das cavidades é necessária a instalação de uma rede sismográfica de alta resolução, com sensores em subsuperfície que não sofram com o ruído ambiental do meio urbano. **A velocidade de avanço dos processos no futuro é de difícil previsão, cabendo o princípio da precaução na preservação da vida dos habitantes;**

- Vistorias contínuas possibilitam a atualização constante do estágio de desenvolvimento do processo, dando subsídio às tomadas de decisão;

- A instrumentação hoje instalada no bairro não fornece as informações necessárias para um eventual sistema de alerta. Para implantação de sistemas de alerta é necessário considerar o seguinte:

- Formação de “Sinkholes” - é necessária uma rede sismográfica de altíssimo detalhe com transmissão e processamento automáticos;

- **Formação de Fissuras e Processos Erosivos - não são conhecidos sistemas de alerta automático eficientes, sendo o objeto ainda alvo de estudo;**

- Danos aos trilhos - é necessário que sejam consultados especialistas com conhecimento específico no campo da engenharia deste meio de transporte;

- Zonas de inundação permanente - é possível o preparo de mapas, com necessidade de atualização constante, e previsão das áreas de atingimento em função do tempo.

Para finalizar, o Serviço Geológico do Brasil - CPRM reforça a importância e necessidade da instalação de uma rede sismográfica de alto detalhe, com sensores em profundidade, **com precisão suficiente para seja possível a individualização do colapso de cada mina**, com transmissão e processamento automático de dados. Uma rede sismográfica com tal configuração é necessária para o acompanhamento do processo contínuo de colapso das cavidades que vem ocorrendo e fundamental para que possam ser identificadas variações inesperadas no padrão do processo.

Brasília, 08 de março de 2020

THALES DE QUEIROZ SAMPAIO

Coordenador da Equipe de Pesquisadores

Assessor da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial”

(Thales de Queiroz Sampaio, Informativo Técnico nº 01/2020: Boletim - Fevereiro 2020: Monitoramento da Instabilidade do Terreno nos Bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto (Maceió - AL), pp. 5/6) (Doc-02) (Destaque nosso).

Essas recomendações feitas pelo Dr. Thales de Queiroz Sampaio lançam luz ao problema, particularmente quando diz: “Formação de Fissuras e Processos Erosivos - não são conhecidos sistemas de alerta automático eficientes, sendo o objeto ainda alvo de estudo”. Como dizer que os imóveis com fissuras não têm suas fissuras causadas pelo problema geológico se tais imóveis e o solo da região do seu entorno não foi adequada e aprofundadamente investigado?



Em fevereiro de 2022 o Engenheiro Civil Lucas Mattar Protasio Nunes realizou vistorias em diversos imóveis dos Flexais de Baixo e de Cima, chegando às seguintes conclusões:

#### **“9. PARECER TÉCNICO**

Levando-se em consideração as residências visitadas e suas condições, sua grande maioria foi construída de alvenaria estrutural e apresentam métodos construtivos de baixa qualidade. Grande parte das casas apresentam esses padrões: casas de até três quartos, com quintal, cozinha e sala, as casas são geminadas, com suas edificações juntas uma das outras. Além do tempo de construção de suas edificações que ultrapassam até 30 anos de construídas

São pontos a serem analisados para não haver dúvidas das condições das edificações. Todas visitadas de formas individuais e com espaçamento entre elas. O perímetro visitado é de aproximadamente 1.500 metros e no decorrer das vistorias todas as casas apresentavam fissuras, rachaduras ou trincas em maior ou menor profundidade. Além de **manifestações patológicas causadas por recalques do solo**, conforme pode ser visto nas imagens e exemplos. As datas em que as patologias se fizeram presentes é similar com cada morador das edificações vistoriadas

Com base nas informações retiradas das análises de cada casa e tratando como forma coletiva, com as 62 edificações vistoriadas e tendo em mente os problemas já confirmados pela CPRM, Defesa Civil e diversos outros órgãos, pelo laudo técnico de outros engenheiros e estudos feitos, **é possível crer que o problema da comunidade Flexal de Cima e Flexal de Baixo está relacionado diretamente com o solo.**

A capital de Alagoas tem lidado com a situação conhecida popularmente também como “O caso Pinheiro” que aponta o afundamento do solo nos bairros Pinheiro, Bebedouro, Pitanguinha e Bom Parto, conforme explicado anteriormente. Depois das análises, as chances que as comunidades Flexal de Cima e Flexal de Baixo, sofrem o mesmo problema, até mesmo casas da região foram desocupadas por conta do problema, aumentando ainda mais as probabilidades da área afetada ser maior do que os estudos sugerem.

**Assim, diante das evidências, classifico a situação das edificações do Flexal de Cima e Flexal de Baixo, em conjunto, como CRÍTICO e recomendo fortemente que as autoridades locais juntamente com a CPRM sejam convocadas para tomar as medidas cabíveis pelo bem da população local.”** (Lucas Mattar Protasio Nunes, Laudo Técnico de Inspeção: Bairro de Bebedouro: Flexal de Cima e Flexal de Baixo, fevereiro de 2022, pp. 194/195) (Destaque nosso) (Doc-03).

Este Laudo Técnico feito por um engenheiro civil aponta que a mais provável causa das fissuras e rachaduras encontradas nos imóveis da região deve ser “recalques do solo”. Hipótese essa que deve ser devidamente aprofundada e não descartada, como aparentemente tem se comportado as autoridades responsáveis pelo caso, caso considere que o laudo técnico não seja suficiente.

Deste modo, considerando os riscos geológicos diretos (primários) existentes, necessita-se de uma avaliação completa e atual da verdadeira situação do problema de todas as áreas afetadas objeto deste requerimento.

#### **IV.2 – A QUESTÃO DA RUA MARQUÊS DE ABRANTES**

Deve-se, também, analisar em toda a sua extensão a **Rua Marquês de Abrantes**, pois tem-se constatado diversos problemas de rachaduras nas moradias desta rua, como podemos ver:

Casa nº 818, da Rua Marquês de Abrantes, do Sr. Natanael Freire dos Santos:





Casa nº 823, da Rua Marquês de Abrantes, do Sr. Oseas Freire dos Santos Filho:



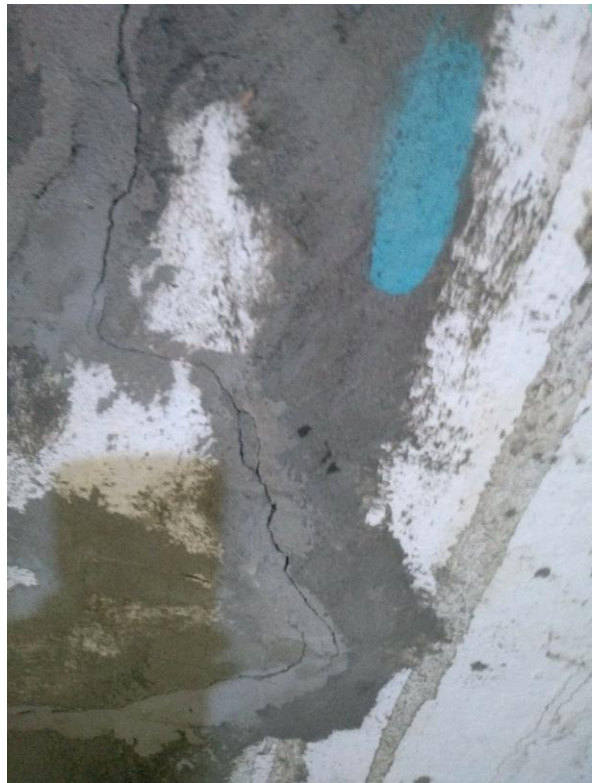






Casa nº 8, da Vila Djalma, da Rua Marquês de Abrantes, do Sr. Romualdo Oliveira da Silva:









Casa nº 802, da Rua Marquês de Abrantes, da Sra. Maria José da Conceição:

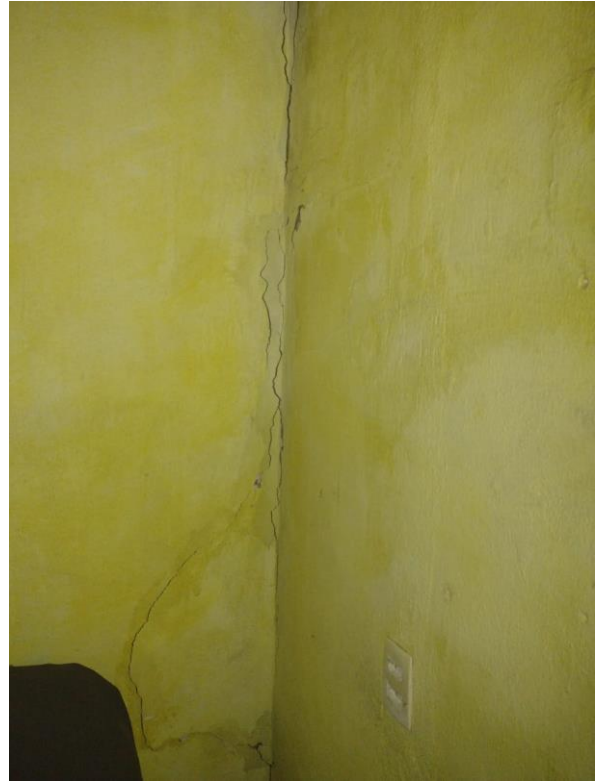






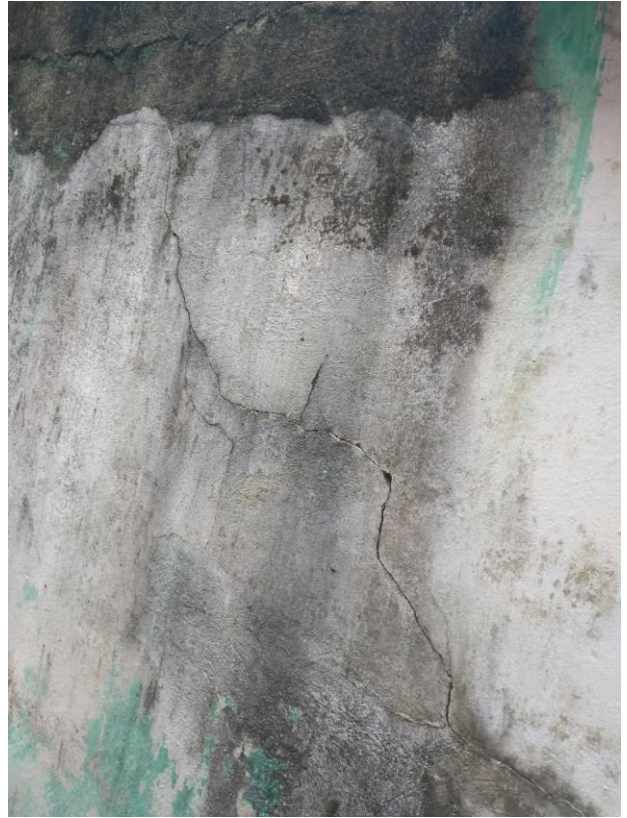


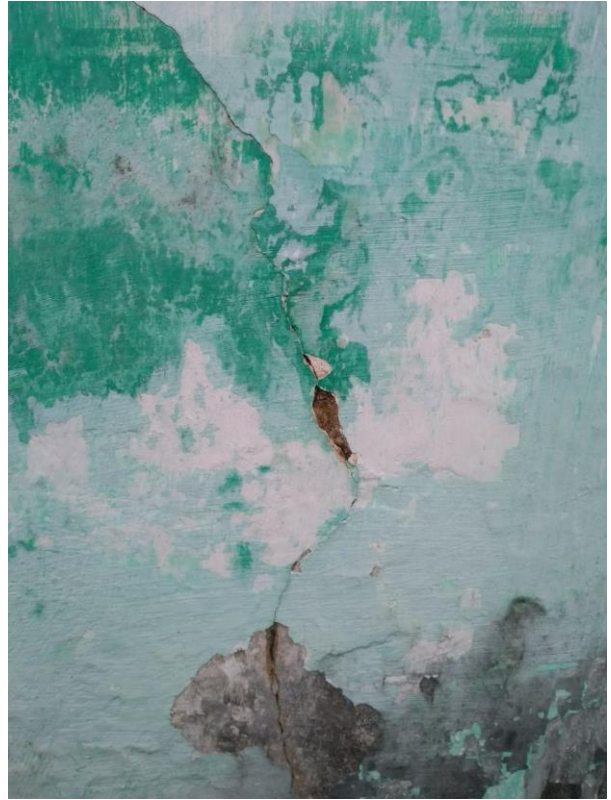
Casa nº 18, da Travessa Marquês de Abrantes, da Sra. Daniele Lima:



Casa nº 95-B, da Rua Marquês de Abrantes, da Sra. Geilza da Silva:





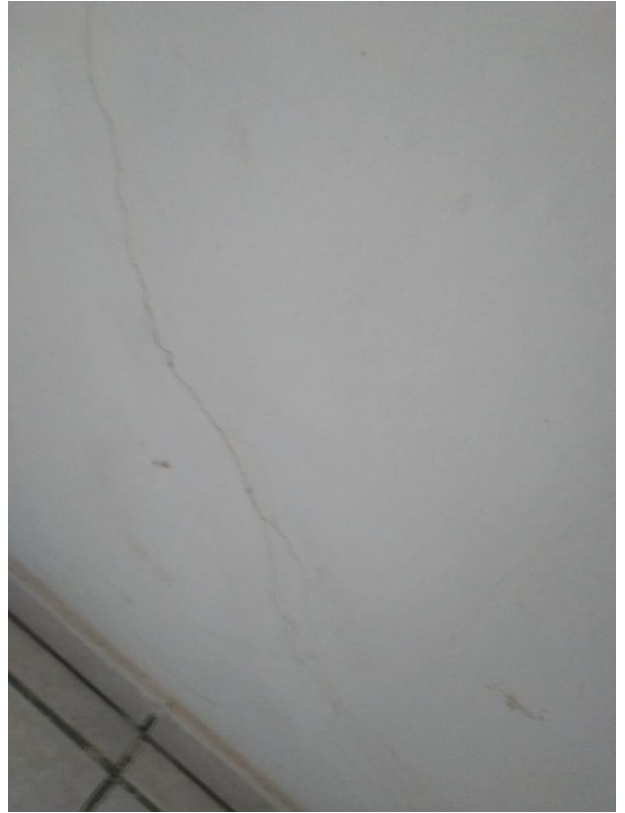






Casa nº 894, da Rua Marquês de Abrantes, do Sr. Márcio José:

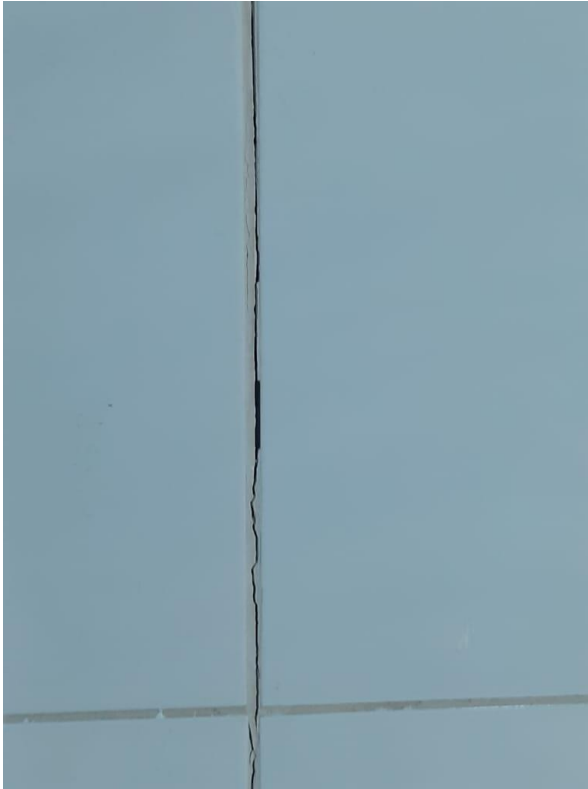




Casa nº 1067, da Rua Marquês de Abrantes, do Sr. Bartolomeu Gomes:









Casa nº 580, da Rua Marquês de Abrantes, do Sr. Eliel Machado:





Casa nº 1069, da Rua Marquês de Abrantes, da Sra. Maria de Lourdes:

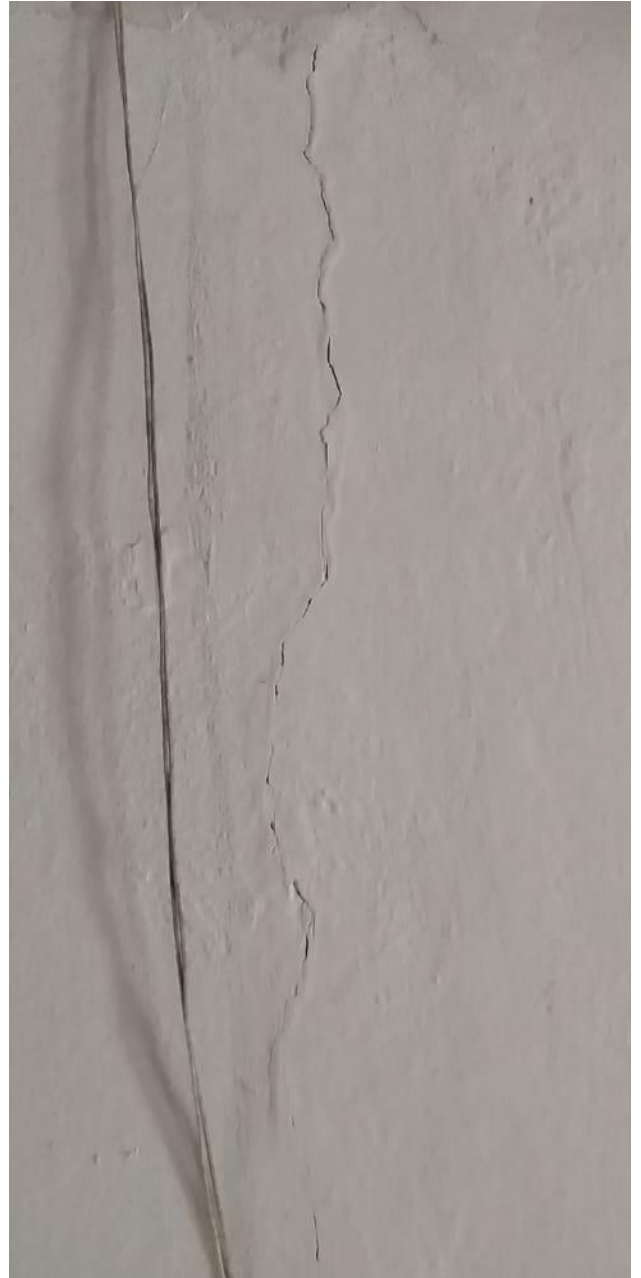


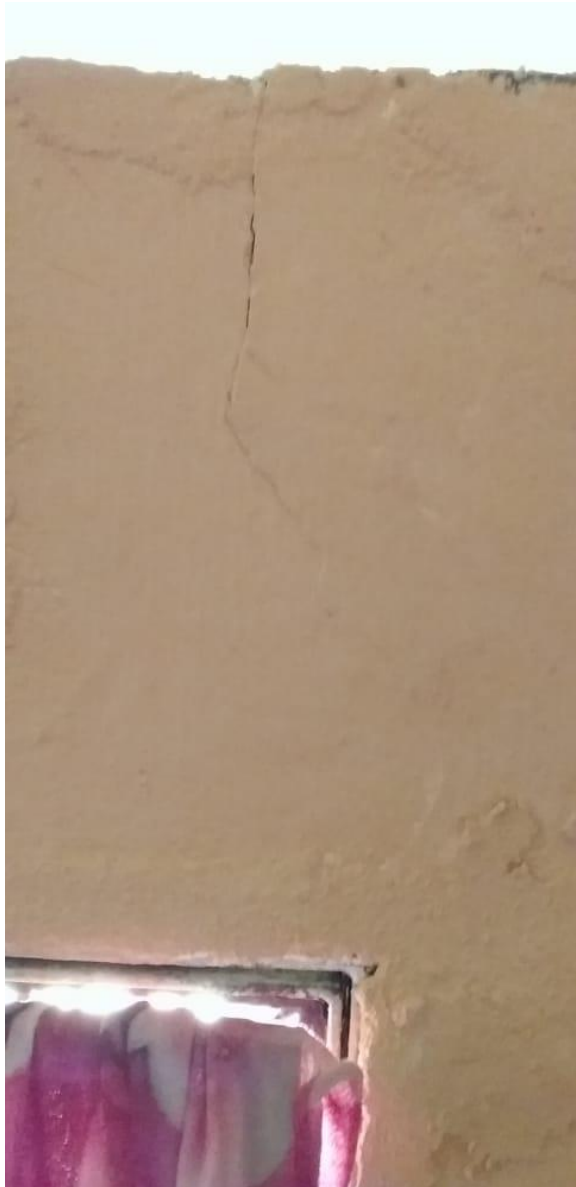






Casa nº 8, do Conj. Padre Pinho, na Rua Marquês de Abrantes, da Sra. Celma Gomes da Silva:









Essa situação da Rua Marquês de Abrantes, das rachaduras das casas, está começando a ganhar destaque na nossa imprensa, como podemos ver, dentre outras, nesta matéria:



Metade da Rua Marquês de Abrantes ficou de fora da nova área de realocação

388 visualizações • 4 de mai. de 2021

👍 16 🗨 0 ➦ COMPARTILHAR ➦ SALVAR ...

(TV Pajuçara, Metade da Rua Marquês de Abrantes ficou de fora da nova área de realocação, 4 de mai. de 2021, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=57LHyeE1cT8>>, acesso em 07-10-2021).

Esse fenômeno de afundamento das casas da Rua Marquês de Abrantes podemos ver nas matérias seguintes:



(Emtemponoticias, Cratera surge em casa no Bebedouro e causa pânico em moradores, setembro 24, 2021, disponível em: <<https://emtemponoticias.com.br/2021/09/24/cratera-surge-em-casa-no-bebedouro-e-causa-panico-em-moradores/>>. acesso em 07-10-2021).

QUARTA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 29 DE SETEMBRO DE 2021 - Nº 3.977 - R\$ 2,00

JORGRAF

# TRIBUNA

tribunahoje.com

## INDEPENDENTE

NAS ALTURAS

Petrobras anuncia aumento de quase 9% no preço do óleo diesel a partir de hoje

PÁGINA 5



SÉRIE B

### CRB VENCE O NÁUTICO POR 3X1 E SEGUE NO G4

Com dois gols de Pablo Dyego e um contra o zagueiro Yago, o CRB venceu o Náutico ontem à noite em Recife e sobe ao 3º lugar da Série B, somando 47 pontos. O gol solitário do time da casa foi anotado por Alvaro, de cabeça. Com 35 pontos e em 11ª na tabela, a equipe pernambucana volta a jogar sexta-feira contra o Operário, no Paraná. Já o CRB fará no sábado o clássico alagoano contra o CSA, que hoje enfrenta a Ponte Preta no Estádio Rei Pelé. **PÁGINAS 7 e 12**



No imóvel em que o fenômeno se manifestou mais recentemente, parte do teto do quarto afundou. Em outra residência, também na Rua Marquês de Abrantes, as paredes racham progressivamente

## Chão cede e paredes racham em mais uma área de Bebedouro

O caso acontece na Rua Marquês de Abrantes e preocupa moradores. Ainda não se sabe o que causou a cratera. A região não está incluída em zona de risco em consequência do afundamento de solo que atinge cinco bairros de Maceió, provocado pela extração de sal-gema da Braskem, segundo a CPRM - mas está

próxima. Segundo lideranças comunitárias locais, cerca de 500 casas na Marquês de Abrantes e nos Piasis têm sido afetadas por problemas de rachaduras e estão "ilhadas". Para elas, o afundamento de solo continua avançando na região e é o responsável pelos buracos e rachaduras nos imóveis. **PÁGINA 11**

### Alagoas é o 2º do NE que mais aplica segunda dose

São 46,71% dos alagoanos com 18 anos ou mais com o esquema vacinal completo.

PÁGINA 10

### Bolsonaro vê entrega de 400 casas em Teotônio Vilela

Presidente esteve em companhia do deputado Arthur Lira e do senador Collor.

PÁGINA 2



### INTOLERÂNCIA

#### Polícia vai apurar ameaças feitas contra religiosos afro e a críticos do presidente

Dirigentes da Federação Zeladora das Religiões Tradicionais Afro-Brasileiras em Alagoas registraram BO contra um caso de intolerância religiosa, em um vídeo que circula nas redes sociais. Homens agredem negros e a religião de matriz africana, além de militantes de oposição ao presidente Bolsonaro. **PÁGINA 9**

CPI DA COVID



### Revelações ASSOMBROSAS

Advogada Bruna Morato revelou que a Prevent Senior obrigava os médicos a receitar o kit Covid aos seus pacientes - sob pena de punição -, se um ao "gabinete paralelo" do governo Bolsonaro e ocultou mortes provocadas pelo vírus. Ela também relatou ter recebido ameaças. **PÁGINA 7**

TEMPO

Tem com probabilidade de chuva em todo o interior

Mínima Máxima 24° 30°

MARÉS 05:41 - 2,0m 11:53 - 0,4m

17:50 - 2,0m

FINANÇAS

DÓLAR COMERCIAL

DÓLAR PARALELO

DIÚRO

POUPANÇA

R\$ 5,25 R\$ 5,23 R\$ 4,35 R\$ 5,51 R\$ 395,22 9,2588%



29 de setembro de 2021 08:32

## Chão cede em Bebedouro e moradores associam a afundamento de solo

Cratera se formou há cinco dias em casa na Rua Marquês de Abrantes, região que não está incluída em zona de risco



(Tribuna Hoje, Chão cede em Bebedouro e moradores associam a afundamento de solo, 29 de setembro de 2021 08:32, disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/09/29/chao-cede-em-bebedouro-e-moradores-associam-a-afundamento-de-solo/>>, acesso em 07-10-2021).

Todos esses fatos acima mencionados precisam urgentemente serem estudados, inclusive à luz da subsidência e da deformação do solo em razão da mineração predatória da Braskem. **A mera negação desta possível causa sem um estudo aprofundado que negue este fenômeno é inaceitável** e só prolonga o sofrimento da população.

A Rua Marquês de Abrantes é uma rua longa, que, na nova configuração de bairros da cidade passa por quatro bairros, como podemos ver a seguir:

Qual é o CEP da Rua Marquês de Abrantes em Maceió - AL?		
Logradouro / Numeração	Bairro	CEP
Rua Marquês de Abrantes	Bebedouro	<a href="#">57017-601</a>
Rua Marquês de Abrantes	Chã da Jaqueira	<a href="#">57018-417</a>
Rua Marquês de Abrantes	Chã de Bebedouro	<a href="#">57018-601</a>
Rua Marquês de Abrantes	Petrópolis	<a href="#">57062-037</a>

A Rua Marquês de Abrantes passa pelos bairros Bebedouro, Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro e Petrópolis de Maceió, Alagoas e possui 4 CEPs diferentes.

(Qual é o CEP, Qual é o CEP da Rua Marquês de Abrantes em Maceió - AL?, disponível em: <<http://www.qualeocep.com.br/cep-da-rua-marques-de-abrantes-maceio-alagoas-al>>, acesso em 07-10-2021).

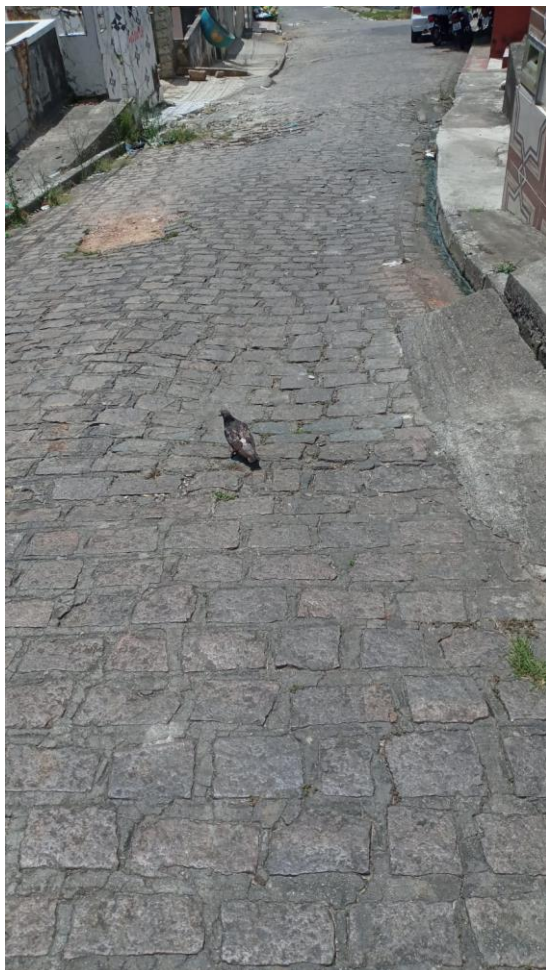
E toda a extensão da Rua Marquês de Abrantes está afetada, desde o seu início em Bebedouro, até o seu final, em Petrópolis, devendo ser realizados estudos acerca dos riscos geológicos diretos sobre a sua população.

### IV.3 – A QUESTÃO DA VILA SAEM (RUA SANTA LUZIA)

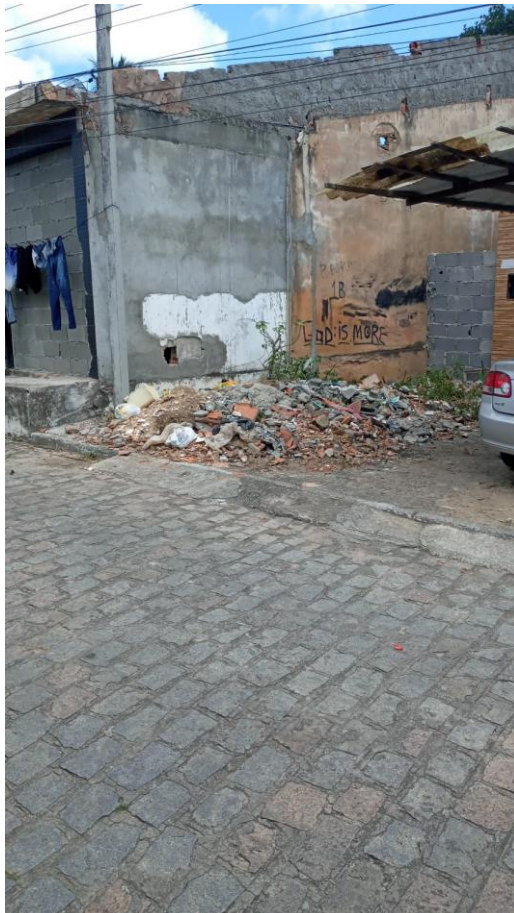


A **Vila Saem** também apresenta problemas, particularmente, na Rua Santa Luzia, com a rua em si com diversos transtornos e com casas com rachaduras e afundamentos, como podemos constatar, a seguir.

Rua Santa Luzia, com seus buracos, seus afundamentos, seu abandono e sua desolação social e humana:









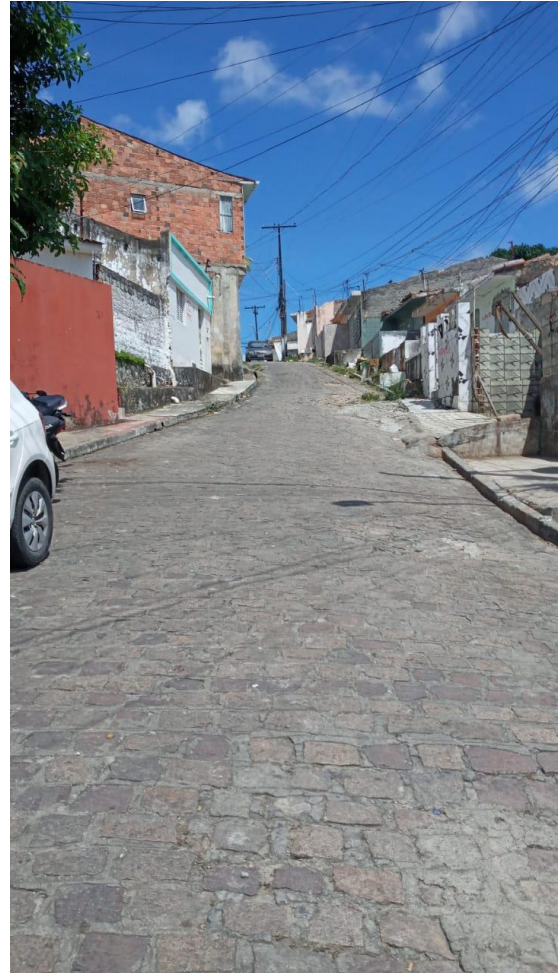


Afundamento da Rua Santa Luzia:









Vila que fica na Rua Santa Luiza apresenta afundamento na sua entrada:





Vila São João, da Rua Santa Luzia:



Casa nº 8, da Rua Santa Luzia, do Sr. José Marcos Silva de Farias:







Casa nº 15, da Rua Santa Luzia, da Sra. Roseilda Lopes da Silva Ferreira:



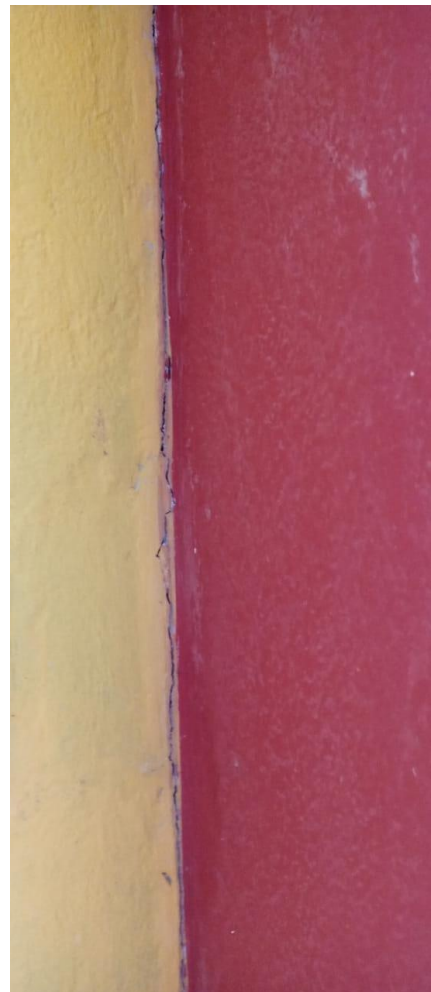
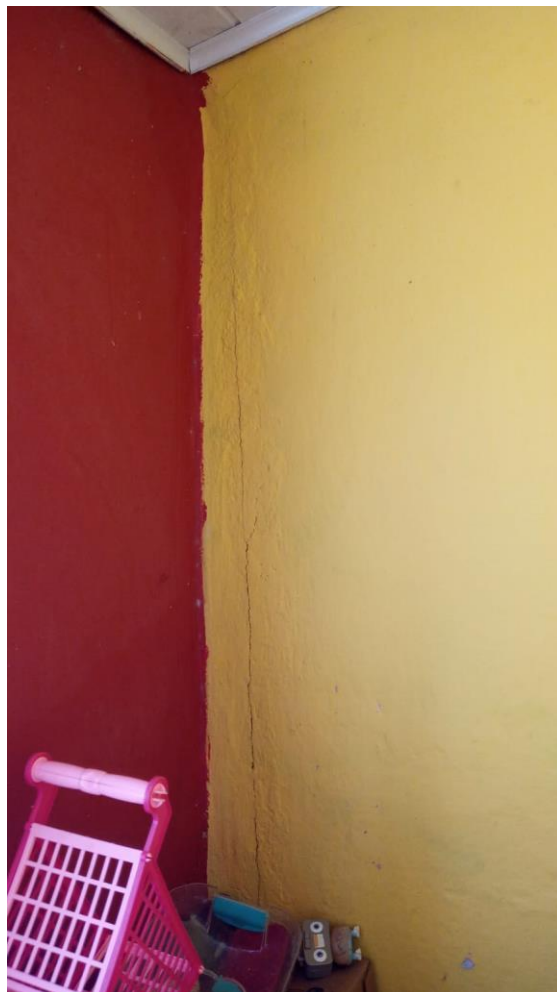




Casa nº 18, da Rua Santa Luzia, da Sra. Veronica Bezerra Alves:









Casa nº 5, da Rua Santa Luzia, da Sra. Marlene Julia dos Santos:



Todas essas imagens mostram problemas em diversas casas da Rua Santa Luzia, como também na própria rua, com vários trechos com visível afundamento na sua extensão.

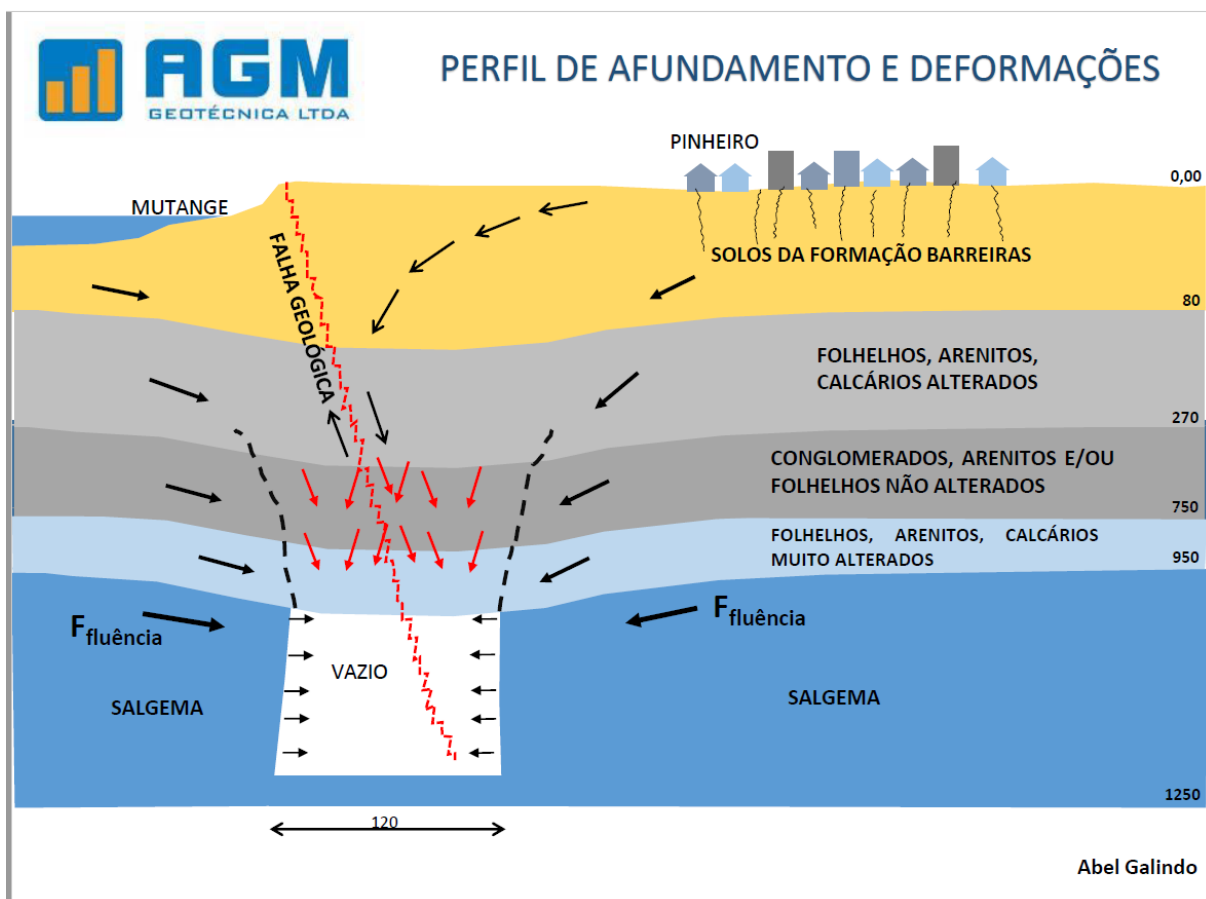
Esses problemas precisam ser mais bem apreciados e merecem um estudo adequado da Defesa Civil e principalmente do SGB-CPRM, que é quem pode efetivamente proferir um posicionamento seguro sobre o assunto.

Por tais razões, o MUVB requer que seja analisado, de modo aprofundado, a situação de risco geológico direto (primário) de toda a região do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes (em toda a sua extensão) e da Vila Saem (particularmente a Rua Santa Luzia), chamando o SGB-CPRM para realizar esses estudos, pois é a entidade que tem experiência comprovada na análise dessas situações de risco, para que toda e qualquer dúvida seja espancada, esclarecendo à população da região sobre a sua segurança, e possam as próprias autoridades ter as informações necessárias para subsidiar sua atuação.

#### **IV.4 – A QUESTÃO GERAL DOS RISCOS GEOLÓGICOS DIRETO (PRIMÁRIO)**

O Prof. Abel Galindo, na sua exposição feita na reunião com a comunidade no dia 23-04-2022, defende que os Flexais de Baixo e de Cima, boa parte da Rua Marquês de Abrantes e a Rua Santa Luzia (na Vila Saem) deveriam estar abrangidos pelo programa de indenização da Braskem, pois estão na área afetada pela mineração predatória da Braskem, como podemos constatar na sua exposição, disponibilizada e apresentada a seguir:







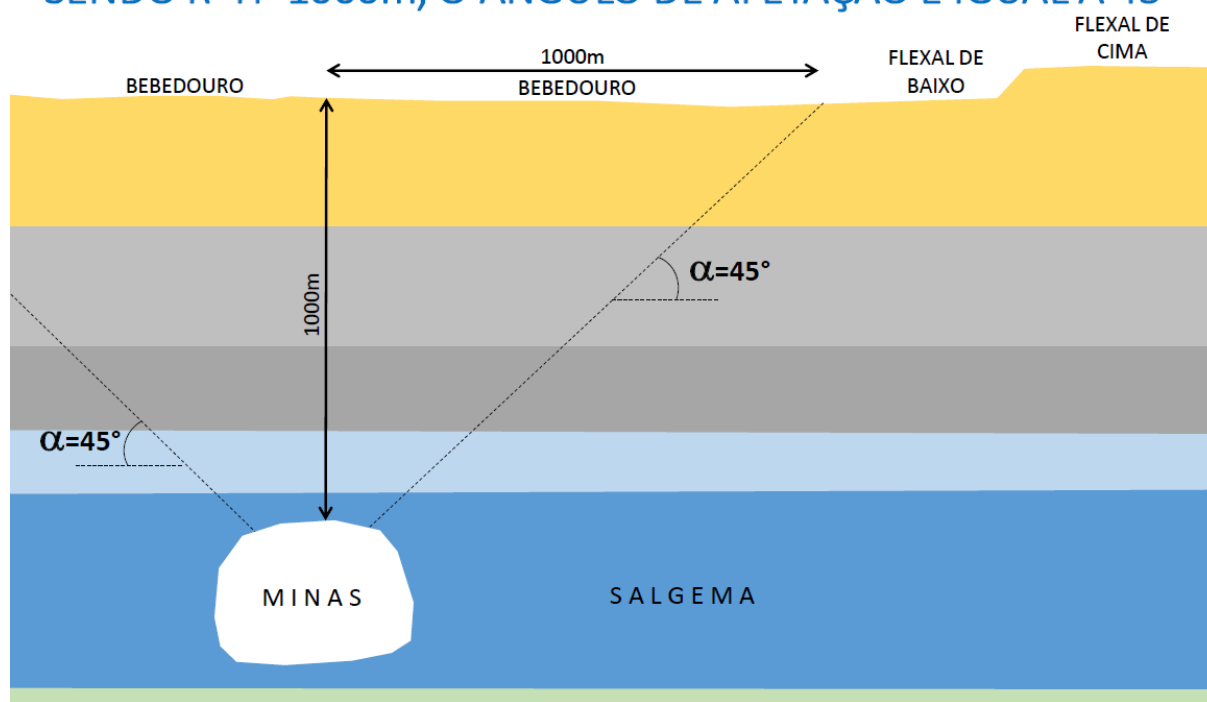
## ÁREAS AFETADAS SEGUNDO PESQUISADORES

SENDO “H” A PROFUNDIDADE E  
“R” O RAIO DA ÁREA AFETADA

A) VAN SAMBEER: .....  $R = H = 1000\text{m}$

B) MURAYAMA: .....  $R = 0,9 H = 900\text{m}$

SENDO  $R=H=1000\text{m}$ , O ÂNGULO DE AFETAÇÃO É IGUAL A  $45^\circ$



PARA ROCHAS COM PARÂMETROS DE RESISTÊNCIA E ELASTICIDADE IGUAIS OU SUPERIORES AOS DAS TABELAS 1 E 3

Abel Galindo

TABELA 1 - PARÂMETROS DE RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO AGM

ROCHA	COESÃO (KPa)	ÂNGULO DE ATRITO ( $^\circ$ )
Sedimentos	150,00	20,00
Arenito	1100,00	32,10
Calcário	900,00	37,30
Conglomerado	1100,00	32,10
Halita	3000,00	42,60
Xisto	4800,00	21,60

TABELA 3 - CONSTANTES ELÁSTICAS

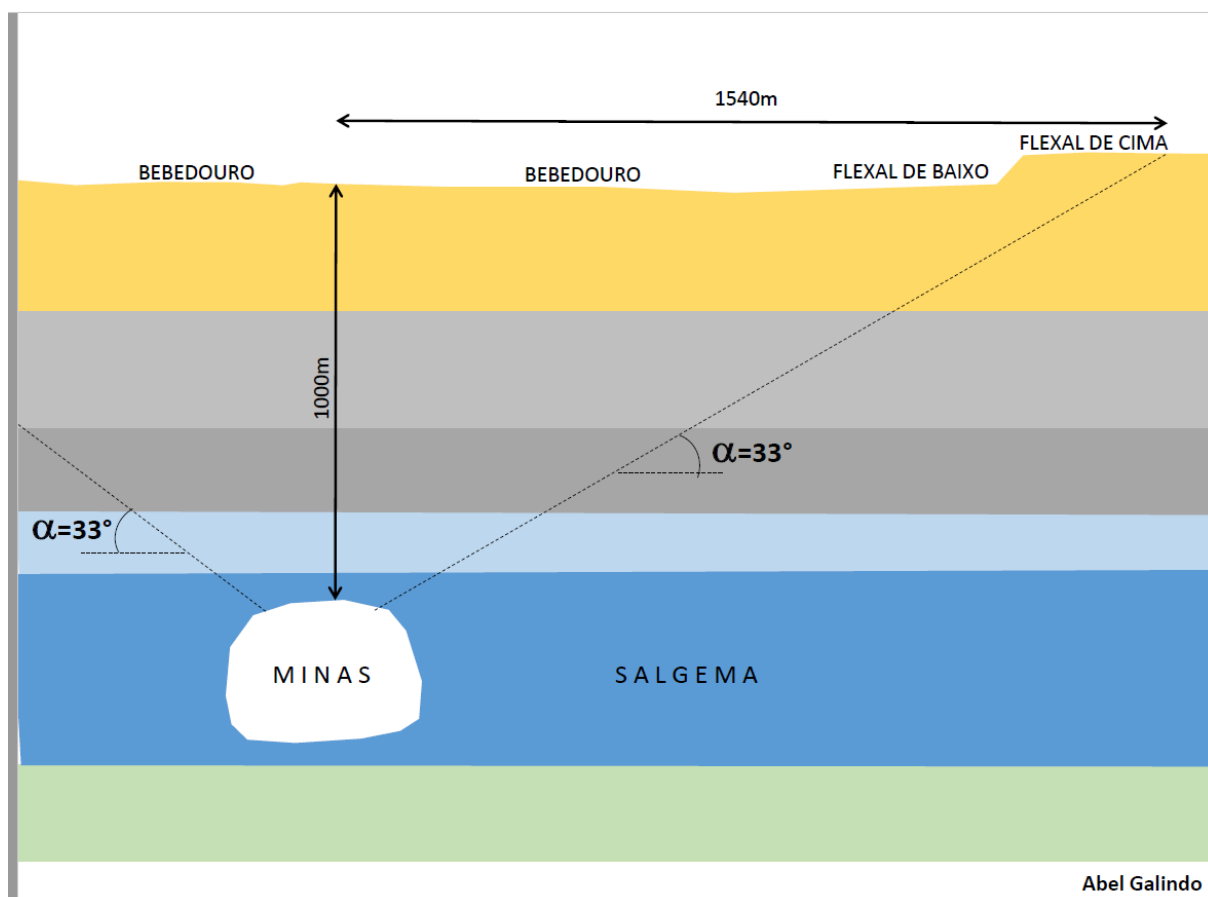
ROCHA	MÓDULO DE YOUNG (KPa)	COEF. POISSON
Sedimentos	5000,00	0,25
Arenito	21.970.000,00	0,15
Calcário	31.645.500,00	0,25
Conglomerado	15.822.700,00	0,25
Halita	20.797.900,00	0,36
Xisto	19.338.900,00	0,15

### Referências

COSTA, A. M.; MELO, P. R. C. Stress Analysis and Sizing of Caverns Mined by Dissolution of Halite of the Evaporitic Basin at the State of Alagoas in Brazil. Smri Fall Meeting 1992, Houston, Texas, Oct. 18-22.

SE AS ROCHAS EXISTENTES NO SUBSOLO DA ÁREA DO FLEXAL DE BAIXO, FLEXAL DE CIMA E ADJACÊNCIA, APRESENTAREM PARÂMETROS DE RESISTÊNCIA E DE ELASTICIDADE MENORES QUE OS APRESENTADOS NAS TABELAS 1 E 3, O ÂNGULO DE ESPRAIAMENTO ( $\alpha$ ) PODE SER BEM MENOR QUE 40°.

PARA  $\alpha=33^\circ$ , POR EXEMPLO, O  $R=1540\text{m}$ . ESSE RAIOS ALCANÇA TODA ÁREA DOS FLEXAIS E ADJACÊNCIA.







Este estudo do Prof. Abel Galindo colabora com as conclusões chegadas pelo Laudo Técnico de Engenharia apresentado acima, servindo de fonte de explicação para o fenômeno das rachaduras nas diversas casas que mesmo sendo consideradas como com “padrão construtivo de baixa qualidade” não é suficiente para causar os problemas encontrados nos imóveis da região, que são, como apontado no Laudo, problemas originados por “recalque na fundação”.

A Profa. Dra. Regla Toujaguez e o Prof Dr. Emerson Carlos Soares, do Campus de Engenharias e Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas (CECA-UFAL), em estudo inédito feito sobre a questão, intitulado “Área de influência das atividades de extração de sal da Braskem em Maceió-AL: justificativas de inclusão na íntegra das comunidades Flexal de Baixo e Flexal de Cima” (doc-04), concluem:

## **“Considerações finais**

A partir dos estudos consultados e das suas comparações com o caso dos Flexais de Cima e de Baixo, alvos deste parecer técnico, mais de 95% dos EIA desconsideram as vulnerabilidades do ambiente e as realidades sociais das regiões, no momento crucial da delimitação das áreas de **AI** [Área de influência]. E tampouco incluem na análise os **impactos cumulativos e sinérgicos**. Neste caso, gerados pela **inadequabilidade ambiental da água da Lagoa Mundaú**, a qual impacta também a população dos Flexais. Sugere-se, especialmente, a realização de uma **Avaliação Ambiental Integrada (AAI)** que esclareça as fontes difusas de contaminação na Lagoa Mundaú e os **efeitos cumulativo e sinérgico** das mesmas. Implementar uma **rede de monitoramento** de pontos de **água** ao longo da Lagoa Mundaú.

Compreender a fonte de sais dissolvidos (Na, K, Ca, Zn, etc) que possam justificar a **anômala CE** [Condutividade Elétrica] encontrada na água da lagoa. Se a fonte guarda

relação com os poços (fechamento das minas) de extração de sal do empreendimento minerário da Braskem ou, se provêm de outras fontes na bacia do Mundaú. Sem o reconhecimento **da(s) fonte(s) da contaminação não é possível definir a real área de influência (AI)** previamente definida pelo empreendimento da Braskem.

O que verificasse neste momento é que: até serem realizados os estudos sugeridos de AAI e; **considerando as incertezas** definidas pelo desconhecimento da localização de duas minas e, pelo **desconhecimento da fonte** anômala de sais na Lagoa e; do **metal carcinogênico** Cd na mesma, pelo princípio de precaução solicita-se a inclusão imediata de toda a população dos Flexais de Baixo e de Cima no programa de compensação financeira e realocação da Braskem.

O **princípio da precaução** pressupõe que a **incerteza** dada pela ausência de dados, combinada com uma situação em que as pessoas e o meio ambiente são susceptíveis de serem afetados, é suficiente para justificar a **retirada da população dos Flexais na sua totalidade**. Lembrando que a população deverá ser acompanhada (estudos amostrais, a partir de séries espaço- temporais) com pesquisas sobre a **Bioacessibilidade e, a Biodisponibilidade de Cd em sangue e urina**, no intuito de compreendermos se a exposição humana ao Cd na população residente nos Flexais é recente ou crônica.”

Todas as considerações acima só apontam que existe o risco geológico direto que afeta todas as comunidades mencionadas e que estão não só sob uma situação de risco direto, mas estão sofrendo dano que deve ser integralmente reparados pelo responsável por eles, que é a praticante de uma mineração fora dos padrões técnicos recomendados pela melhor ciência, devendo, se for o caso, ser aprofundados os estudos e espancadas todas as dúvidas para se chegar a esta conclusão.

## **V – DA SITUAÇÃO DE RISCO GEOLÓGICO INDIRETO (SECUNDÁRIO) E DOS DANOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, PSICOLÓGICOS E EXISTENCIAL**

O Coordenador da Equipe de Pesquisadores do SGB-CPRM e Assessor da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, Dr. Thales de Queiroz Sampaio, em conversa mantida com o Sr. Alexandre Sampaio, presidente da Associação dos Empreendedores do Pinheiro, no dia 30-03-2020, por meio do WhatsApp, esclareceu:

“Prezado Alexandre,

Sobres os questionamentos que Associação dos Empresários dos Bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto e colocando da maneira mais clara e objetiva possível:

1o lugar - Sobre um raio de segurança precisamos compreender dois aspectos fundamentais

a) Um raio precisaria ser traçado com base na projeção das minas na superfície, mas ocorre que ao menos 5 delas não foram encontradas para realização de sonar, a ANM cita ao menos 5 minas que sequer foram encontradas, mesmo com a perfuração de furos auxiliares;

b) para traçar um raio dessa maneira é necessário adotar a premissa de que as cavidades irão subir na vertical, é fato conhecido da literatura e já observado em Maceió que as minas podem subir na diagonal, seguindo planos de fraqueza nas rochas.

Diante do exposto em a) e b) **fica posta a impossibilidade de eliminar a incerteza e estabelecer um raio a partir do qual se considera 100% seguro**; precisa ficar claro que o método utilizado para traçar esse raio de 1,5 vezes o raio médio das cavidades é simplificado em demasia.

2o lugar - Sobre a questão da segurança na área verde escura, chamado pela Defesa Civil de Maceió de Setor 0 - Criticidade 1, que é a área dentro do arco de subsidência, avaliemos

a) os riscos envolvidos no processo que está acontecendo no seu caráter físico, que envolvem: ruptura do solo por tração, deformação do solo por enrugamento, vibrações provenientes dos processos citados e também do desmoronamento de

cavidades, vazamento de gás da tubulação enterrada, solapamento por processos erosivos, atingimento por desmoronamento de prédios vizinhos, exposição à poeira no caso de desmoronamentos, ocorrência de fluxo de detritos pela liberação de fluido em superfície com a abertura de sinkholes em áreas de declive, recalque diferencial associado aos processos citados anteriormente. Todos estes são fatores físicos aos quais os moradores dessa área estão em risco devido à atividade de extração de sal e nada a mais. Os fatores como existência de falhas geológicas na região são mera característica de vulnerabilidade do local, não são causa. Portanto, a decisão que cabe à Defesa Civil é manter ou não a população sob risco desses processos citados;

b) Além disso, no âmbito da **Gestão Territorial aplicada à Prevenção de Desastres**, que faz parte também do escopo de atuação da CPRM, **cabe analisar a questão de risco secundário por distúrbio e disfunção social dos residentes da área.**

Do ponto de vista técnico, os malefícios causados pelos fatores externos ligados a esse processo são um fator de risco, significa dizer que problemas na educação de crianças, problemas no acesso a serviços de saúde quaisquer problemas de saúde ligados a estresse, **são consideradas consequências indiretas do mesmo processo** e devem ser avaliados quando cogita-se deixar **imoveis “ilhados”** dentro de uma área de remoção. A única maneira de se evitar totalmente esses danos secundários é eliminar a exposição ao processo físico aos quais os residentes sabem que estão expostos, visto que não há maneira conhecida de interromper o processo, **caberia apenas a remoção.**” (Thales de Queiroz Sampaio, WhatsApp, conversa com Alexandre de Moura Sampaio, em 30-03-2020) (Destaque nosso).

Do que foi dito pode-se extrair dois problemas para a população que estão no entorno das áreas de risco geológico direto, a) é que elas têm que transitar por estas áreas de risco direto, e b) a “questão de risco secundário por distúrbio e disfunção social dos residentes da área”, que estão sem educação para seus filhos, sem postos de saúde, sem estabelecimentos de convívio urbano, como mercadinhos, farmácias, padarias, igrejas, espaços de lazer, dentre outros. Essas questões ocasionam pressão psicológica e estresse, podendo desencadear doenças mentais as mais diversas. E o referido pesquisador é enfático nas suas conclusões, para que esses problemas sejam evitados: **a solução é a remoção desses moradores!**

A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, conversão da Medida Provisória nº 547, de 2011, instituiu a “Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências”. Dispõe referida lei:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

Parágrafo único. As definições técnicas para aplicação desta Lei serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.

Art. 2º **É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.** (Regulamento)

§ 1º As medidas previstas no caput poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

§ 2º **A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.**

## CAPÍTULO II



DA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PNPDEC

Seção I

Diretrizes e Objetivos

Art. 3º A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

Parágrafo único. **A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.**

Art. 4º São diretrizes da PNPDEC:

I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

**II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;**

**III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;**

IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;

V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional;

VI - participação da sociedade civil.

Art. 5º São objetivos da PNPDEC:

**I - reduzir os riscos de desastres;**

**II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;**

III - recuperar as áreas afetadas por desastres;

**IV - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;**

V - promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;

VI - estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;

VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;

**VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;**

IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;

X - estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;

**XI - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;**

XII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;

XIII - desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastre;

XIV - orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção; e

**XV - integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente.**

Seção II

Das Competências dos Entes Federados

Art. 6º Compete à União:

I - expedir normas para implementação e execução da PNPDEC;

II - coordenar o SINPDEC, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III - promover estudos referentes às causas e possibilidades de ocorrência de desastres de qualquer origem, sua incidência, extensão e consequência;

IV - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das áreas de risco, nos estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades, vulnerabilidades e risco de desastre e nas demais ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

V - instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres;

VI - instituir e manter cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

VII - instituir e manter sistema para declaração e reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

VIII - instituir o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil;

IX - realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, bem como dos riscos biológicos, nucleares e químicos, e produzir alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

X - estabelecer critérios e condições para a declaração e o reconhecimento de situações de emergência e estado de calamidade pública;

XI - incentivar a instalação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres e de núcleos multidisciplinares de ensino permanente e a distância, destinados à pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos, com vistas no gerenciamento e na execução de atividades de proteção e defesa civil;

XII - fomentar a pesquisa sobre os eventos deflagradores de desastres; e

XIII - apoiar a comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico relacionado ao desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres.

§ 1º O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil conterá, no mínimo:

I - a identificação dos riscos de desastres nas regiões geográficas e grandes bacias hidrográficas do País; e

II - as diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil no âmbito nacional e regional, em especial quanto à rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico e dos riscos biológicos, nucleares e químicos e à produção de alertas antecipados das regiões com risco de desastres.

§ 2º Os prazos para elaboração e revisão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil serão definidos em regulamento.

Art. 7º Compete aos Estados:

I - executar a PNPDEC em seu âmbito territorial;

II - coordenar as ações do SINPDEC em articulação com a União e os Municípios;

III - instituir o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil;

IV - identificar e mapear as áreas de risco e realizar estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades, em articulação com a União e os Municípios;

V - realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, em articulação com a União e os Municípios;

VI - apoiar a União, quando solicitado, no reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - declarar, quando for o caso, estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

VIII - apoiar, sempre que necessário, os Municípios no levantamento das áreas de risco, na elaboração dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil e na divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais.

Parágrafo único. O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil conterá, no mínimo:

I - a identificação das bacias hidrográficas com risco de ocorrência de desastres; e

II - as diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil no âmbito estadual, em especial no que se refere à implantação da rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das bacias com risco de desastre.

Art. 8º Compete aos Municípios:

I - executar a PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

- IV - **identificar e mapear as áreas de risco de desastres;**
  - V - **promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;**
  - VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
  - VII - **vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;**
  - VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
  - IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
  - X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
  - XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
  - XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
  - XIII - **proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;**
  - XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
  - XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e
  - XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.
- Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:
- I - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;
  - II - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
  - III - **estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;**
  - IV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
  - V - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil; e
  - VI - fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.” (Destaque nosso).

A Lei nº 12.608/2012 estabelece a política nacional de proteção e defesa civil, com suas diretrizes, objetivos e o estabelecimento de competências para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. No que nos interessa de mais perto, dentre as diretrizes, destacam-se a “abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação” e a “a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres”. Dentre os objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, temos “reduzir os riscos de desastres”, “prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres”, “incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais”, “monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres” e “integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente”.

A diretriz de “abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação” só pode acontecer considerando os seres humanos atingidos pelos desastres como um complexo biopsicossocial. Essa abordagem sistêmica



envolve uma abordagem de totalidade, uma abordagem holística, considerando todos os aspectos “dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente”.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelece:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

**h) a exposição da população a riscos de desastres.** (Incluído dada pela Lei nº 12.608, de 2012)

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

**XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;**

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento. (Incluído pela Lei nº 13.116, de 2015)

XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados. (Incluído pela Lei nº 13.699, de 2018)” (Destaque nosso).

De acordo com o Estatuto da Cidade a política urbana deve “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, observando diversas diretrizes gerais, entre as quais: evitar “a exposição da população a riscos de desastres” e a “audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população”.

Com o desastre geológico e a remoção das famílias das áreas já reconhecidas como de risco gerou-se uma situação de isolamento físico e socioeconômico, que se caracteriza pelo ilhamento geográfico, pois as vias de acesso estão na área de risco, e pela ausência de estabelecimentos de convivência urbano-social, como escolas, postos de saúde, mercadinhos, farmácias, padarias, além do êxodo dos amigos e conhecidos que foram residir em outros lugares da cidade, ou até em outras cidades.

Para quem tem negócios na região o seu faturamento vem caindo em razão da evasão da clientela que era formada majoritariamente pelos habitantes residentes nas áreas afetadas, ficando em situação no mínimo delicada, inclusive, para sua sobrevivência.

Isolamento socioeconômico; dificuldades de acesso das crianças e dos adolescentes à educação; obstáculos ao atendimento do serviço de saúde; agravamento da insegurança pública, com aumento potencial dos crimes contra a pessoa, ao patrimônio ou à liberdade sexual; a passagem por áreas comprovadamente de risco físico; problemas de saúde ligados ao estresse; ruptura dos laços de identidade com o local e a comunidade que antes habitava na região de confluência humana; são todos exemplos dos riscos indiretos (secundários) do desastre geológico causado pela mineração predatória da Braskem.

E não nos deixemos trair pela denominação dada a esse fenômeno, pois não é por chamarmos esses problemas de riscos indiretos ou secundários que eles são menos importantes que os riscos diretos ou primários, pois são tão importantes quanto, apenas são questões diferentes e decorrentes do risco físico do evento desencadeador de todos os riscos, diretos ou primários, indiretos ou secundários.

A Defensoria Pública da União - DPU, como já mencionado, ingressou com uma ação civil pública pedindo a liberação do saque administrativo do FGTS dos moradores do Flexal de Baixo e do Flexal de Cima (Processo nº 0813154-97.2021.4.05.8000, em trâmite na 3ª Vara Federal de Maceió), argumentando que essa população estava sujeita não só ao risco geológico, mas principalmente socioeconômico:

“Ocorre que, como já dito, apenas parte de áreas do Flexal de Cima e Flexal de Baixo, localizada no bairro de Bebedouro, foi contemplada na 4ª versão do Mapa de Ações Prioritárias (essas não tiveram acesso ao FGTS) e, por conseguinte, somente moradores e empreendedores destes imóveis podem ingressar no programa de compensação e receber os benefícios temporários da realocação e, ao final, obter a justa indenização por danos materiais e morais.

Por outro lado, a outra parte da área do Flexal de Cima e Flexal de Baixo (**maior parte e não incluída no mapa**), que abrange cerca de 2.700 famílias, encontra-se, atualmente, em situação de “*ilhamento socioeconômico*”, conforme definido pela Defesa Civil Municipal no RELATORIO DE AVALIAÇÃO SOCIOECONOMICA, senão vejamos:

O geógrafo Milton Santos em seus estudos sobre a dinâmica dos espaços habitados aponta a noção de territórios. O território é o espaço usado, assim só é possível mensurar o perfil do lugar pela sua territorialização, ou seja, pelos laços identitários de seus usos que são dados ao lugar, em questão, pelas pessoas que o habitam. Pensar o lugar é levar em consideração a vida em sua plenitude. Assim, um lugar torna-se um território, após pensarmos os usos que são dados aos mesmos pelas pessoas e as formas de interação e convivência socioeconômica.

Defendemos que, a noção de território se refere ao tempo histórico em que inúmeras forças sociais, econômicas e políticas estão em constante processo de atuação e assim definem e redefinem cotidianamente os valores identitários e de pertencimento que delimitam o lugar (SANTOS, 2003). A delimitação do espaço físico é o menos importante, mas, o que mais importa, são os laços e vínculos que formam os territórios e que se expressam em suas territorialidades, estas que podem ser vistas nas diversas formas como se organizam determinado grupo social. É importante reforçar que a categoria analítica, aqui posta, é o território “usado pelos homens, tal qual ele é, isto é, o espaço vivido pelo homem (...)” (SANTOS, 2003b, p. 311).

Neste sentido o conceito de “ilhamento socioeconômico” está atrelado a Santos (1988) que defende o território usado e vivo. Esse mesmo território foi historicamente afetado pelas ações do homem e do capital, na medida que avançamos na busca do progresso pelas vias do poder econômico.

**No caso específico dos territórios do Flexal em bebedouro a ação da mineradora Braskem atuou historicamente depreciando de maneira invisível tais territórios geológicos em seu subterrâneo. Isso acontecia fisicamente, mas que agora atinge o território do ponto de vista socioambiental e as consequências humanas são sentidas cada vez mais ao abordarmos as comunidades afetadas.**

Neste sentido, os programas advindos da realocação foram isolando alguns setores, comprimindo tais populações e por fim, suprimindo os serviços públicos e privados que determinam a convivência necessária a manutenção da vida. Justamente é nesse momento que ocorre “ilhamento socioeconômico” dessas populações afetadas, que perdem seus territórios e suas identidades levando-os a processos mais perversos de exclusão social. Estes que já sofriam com a histórica desigualdade socioeconômica, promovida pelo Capital histórico, agora estão mais excluídos ainda, pois não participam mais da cidadania formal e política da cidade.

*In casu*, a comunidade de Flexal de Cima e Flexal de Baixo tinha uma ligação histórica com o bairro de Bebedouro. Ocorre que, como grande parte do bairro de Bebedouro está inserida no Mapa de Ações Prioritárias, diversos equipamentos públicos, como a escola pública municipal Major Bonifácio, o Mercado Público, o VLT, postos de saúde, hospital, bem como equipamentos privados, como creches, mercadinhos, farmácias, padarias, igrejas etc, foram ou serão realocados, gerando, assim, o esvaziamento da função social do território [Destaque nosso].

O caso dos Flexais é emblemático, pois os impactos indiretos e nocivos da mineração atinge de forma peculiar esta comunidade em comparação com outras regiões adjacentes ao mapa de risco. Isso porque, **para ingresso no Flexal de Baixo**,



**os moradores precisam passar pela área de risco [Destaque nosso]. Por outro lado, em relação ao Flexal de Cima, a respectiva entrada ainda está sob estudos da Defesa Civil sobre os impactos da mineração [Destaque nosso]. Aliás, somente há uma estrada inclinada, de barro e de difícil acesso, para conectar o Flexal de Baixo com o Flexal de Cima, não havendo saída sem passar pelas áreas de risco [Destaque nosso]. Outrossim, não há conectividade, seja histórica ou física - em razão da existência de encosta - entre o Flexal de Cima e Flexal de Baixo (linha azul grifada à esquerda) e o bairro mais próximo fora da área de risco, qual seja, Chã de Bebedouro (acima da encosta) [Destaque nosso], conforme se depreende da imagem abaixo:**

(...)

**Ressalta-se que, inobstante a patente situação de ilhamento socioeconômico, há também o surgimento de rachaduras e trincas nos imóveis do Flexal de Baixo e de Cima, ainda objeto de avaliação pela Defesa Civil, bem como foi identificado a presença de sal nas paredes de imóveis - fatores esses que, somados à suspensão na prática de serviços públicos básicos na região, como educação, segurança pública, saúde, trabalho - contribuem para criar um cenário de abandono, insegurança e de temor da comunidade, impulsionando os atingidos para situação de êxodo sem garantias de realocação com dignidade [Destaque nosso].” (Diego Bruno Martins Alves, DPU, Petição inicial da ação civil pública, processo nº 0813154-97.2021.4.05.8000, em trâmite na 3ª Vara Federal de Maceió, pp. 05/08).**

O quadro traçado pela DPU bem ilustra a situação de isolamento socioeconômico, que não pode ser reparado com meras maquiagens que a empresa causadora desta tragédia humana anunciou como solução, pois toda a população que faz limite a esta área foi removida e ela é reconhecida com de risco geológico direto.

A Defesa Civil de Maceió elaborou um “Relatório de Avaliação Socioeconômica do Flexal de Cima, do Flexal de Baixo e parte da Rua Marquês de Abrantes, no período de 17/03 a 30/04/2021 em Bebedouro – Maceió/AL”, esclarecendo que foi um “Documento elaborado pela equipe técnica da Defesa Civil de Maceió (DCM), sob a coordenação da Diretoria Social dessa DCM, com vista a argumentação dos impactos sociais e econômicos advindos do processo de “ilhamento socioeconômico” a qual essas populações foram submetidas desde o início do fenômeno geológico de subsidência e agravado pela realocação de parte da população e estabelecimentos comerciais situados em áreas circunvizinhas”, concluindo:

#### **“5 CONCLUSÕES**

Os estudos levados a cabo pela Defesa Civil de Maceió realizados neste primeiro período do ano de 2021, apontam para a não existência de impacto de processos geológico de subsidência nas áreas mencionadas anteriormente.

Diante dos fatos, a Defesa Civil, tem escutado a população local e buscado compreender as consequências do conjunto de eventos que estão promovendo um processo de isolamento, principalmente das populações do Flexal e parcialmente da rua Marquês de Abrantes em Bebedouro.

As análises realizadas com base na mapa de Uso e Ocupação desses territórios apresentam uma brusca redução de mais de 40% dos equipamentos socioeconômicos disponíveis anteriormente em todo o Flexal, e os demais equipamento estão sendo desativados paulatinamente.

Dessa forma, concluímos que tais territórios estão sendo alvo de um processo que passamos a chamar de “ilhamento socioeconômico”, uma vez que estão ficando sem acesso aos equipamentos e políticas públicas necessárias a manutenção da vida em comunidade.

Em todas as reuniões, promovidas pela DCM, com representantes dessas comunidades é sempre solicitado e reforçado, por estas lideranças, a vontade e a

necessidade de que seus territórios (agora desterritorializados) possam entrar no programa de compensação e realocação da Braskem.

De acordo com os fatos narrados, nesse documento, e após ponderar alternativas de solução e escutando os próprios moradores dos territórios, **recomendamos, com urgência, a imediata inclusão desses territórios no programa de compensação financeira e apoio a realocação da Braskem, visto que de forma direta e sem possibilidade de reversão, tais populações estão submetidas a condições de isolamento que determinará a incapacidade do exercício da vida em sua plenitude, como também, da condição de cidadãos.**

Eugênio Dantas Gomes Lima

**Diretor Social de Proteção e Defesa Civil”** (Eugênio Dantas Gomes Lima: Diretor Social de Proteção e Defesa Civil: Defesa Civil de Maceió, Relatório de Avaliação Socioeconômica do Flexal de Cima, do Flexal de Baixo e parte da Rua Marquês de Abrantes, no período de 17/03 a 30/04/2021 em Bebedouro – Maceió/AL, pp. 25/26) (Destaque nosso).

Além dos problemas geológicos que precisam de uma melhor explicação, a **Vila Saem**, não só, mas principalmente a Rua Santa Luzia, apresenta um claro ilhamento social e humano, com a rua completamente desfigurada, habitada só por um dos seus lados, deixando quem ficou em uma situação de profunda angústia ante a destruição dos afetos construídos ao longo de anos de convivência que hoje não existe mais.

A situação de isolamento socioeconômico, reconhecido pela Defesa Civil de Maceió, que inclusive, deve estender e aprofundar este estudo para averiguar **toda** extensão da Rua Marquês de Abrantes, e não só parte dela, como fez; como também, da Vila Saem, especialmente quanto ao isolamento social da população que mora na Rua Santa Luzia, tendo em vista que esta rua teve um dos seus lados totalmente evacuado e o outro lado continua com a sua população residente, porém com total descaracterização de sua anterior condição de comunidade social, mutilada na sua vizinhança e na sua vivência social; e também, quanto ao isolamento social e econômico da população que mora e tem negócios dentro e ao redor da Vila Saem, como os da Rua Prof. José da Silveira Camerino e Travessa Prof. José da Silveira Camerino, dentre outras.

A catástrofe geológica anunciada com os afundamentos dos bairros projeta-se do ponto de vista socioeconômico em relação às áreas que se alegam como não atingidas, pois tais áreas ficaram totalmente desfiguradas no seu aspecto humano e econômico, não podendo tal situação perdurar sem que isso provoque outros danos, particularmente à saúde de seus habitantes, sejam físicos ou psicológicos, e a falência dos negócios existentes, consolidando uma situação de empobrecimento da população.

A seguinte notícia ilustra bem o drama vivido pela população da região:

1 de julho de 2021 11:21

## Moradores dos Flexais em Bebedouro denunciam aumento no número de furtos na região

Em um vídeo que circula nas redes sociais, mostra quando populares chegam ao imóvel e tem jovens tentando saquear uma residência



(Tribuna Hoje, Moradores dos Flexais em Bebedouro denunciam aumento no número de furtos na região: Em um vídeo que circula nas redes sociais, mostra quando populares chegam ao imóvel e tem jovens tentando saquear uma residência, 1 de julho de 2021 11:21, disponível em <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/07/01/moradores-da-regiao-dos-flexais-em-bebedouro-denunciam-aumento-no-numero-de-furtos/>>, acesso em 07-10-2021).

Deve-se observar que na região do Flexal de Baixo tem uma Colônia de Pescadores que abrange aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta) trabalhadores da pesca, entre 200 (duzentos) pescadores e 250 (duzentos e cinquenta) marisqueiras, que estão sem seus pontos de comercialização, sendo bastantes prejudicados com toda esta tragédia minerária.

A extinção do Mercado Público de Bebedouro e da feira livre também atinge outros moradores da região que retirava seu sustento da comercialização dos mais diversos produtos, que agora estão sem ponto de venda e sem clientela. Esta situação atinge principalmente os pequenos comerciantes.

Há, também, problemas com a mobilidade urbana, com a intermitência do serviço do antigo Trem, hoje VLT, e a diminuição do tráfego de ônibus na região, agravado com a situação do afundamento do solo e a falta de serviços públicos (escolas, segurança, posto de saúde, transporte reduzido).

Por essas razões, o MUVB pede que seja aprofundado o estudo acerca dos riscos geológicos indiretos (secundários), tais como o risco físico, o do isolamento socioeconômico, do risco psicológico à população afetada e das consequências negativas à educação, à saúde e a segurança da população, abrangendo não só os Flexais e as Quebradas, mas toda a extensão da Rua Marquês de Abrantes e toda a Vila Saem e suas ruas adjacentes.



De modo temporário e imediato, enquanto não se define a questão da realocação das pessoas das áreas com risco indireto, deve-se providenciar:

A suspensão da cobrança do IPTU e ser posteriormente concedida a sua isenção, das casas de toda a área questionada, inclusive para os imóveis com endereço na Rua Faustino Silveira com numeração par.

Deve ser feita a construção de galpão para os pescadores e marisqueiras em local a ser definido pelos atingidos, numa localidade sem riscos, para que sirva de ponto de apoio para suas atividades pesqueiras e eles possam guardar seus equipamentos.

Como a localidade está abandonada, deve de imediato ser regularizada a situação de limpeza das ruas, de iluminação, inclusive das áreas desocupadas, pois elas são vias de acesso às áreas ainda habitadas, mantendo a situação de convivência social mínima da região.

Toda essa situação gera profundos danos sociais, econômicos, psicológicos e existencial, que só pode ser ressarcido com a realocação de toda essa população afetada.

Em relação às pessoas de baixa renda, que perderam sua fonte de sobrevivência em razão do desastre da Braskem, deve ser **rapidamente** definida a realocação de toda essa população atingida, com sua inserção no programa de indenização dos danos sofridos, com a concessão do auxílio-aluguel.

Deve ser providenciado o fornecimento de ônibus integração, de meia-em-meia hora, para acesso à Unidade de Saúde Antônio de Pádua, no Jardim Petrópolis.

Para os imóveis em situação irregular, deve-se providenciar de imediato um **programa de posse legal**, similar ao que ocorreu em outras áreas atingidas pelo desastre causado pela Braskem.

## **VI - DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS (ADA – ÁREA DIRETAMENTE AFETADA # AID – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA # AII – ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA)**

A avaliação de Impacto Ambiental é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, sendo essencial para o processo de licenciamento ambiental de um determinado empreendimento. A Resolução CONAMA 001/86 estabelece sobre as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Em seu Artigo 5º, inciso 3º, a Resolução detalha que o estudo de impacto ambiental deve “definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto (...)”. Sendo que, não há na legislação em vigor definições claras quanto aos critérios de delimitação das áreas de influência, pois estas definições dependem do alcance dos impactos do empreendimento em questão. As Áreas de Influência consistem da demarcação das unidades espaciais de análise para a elaboração do diagnóstico ambiental, como também, para a avaliação dos potenciais impactos ambientais decorrentes da implantação e operação do empreendimento, visando a proposição de medidas mitigadoras/compensatórias.

Através dessa metodologia é possível fazer uma avaliação mais ampla dos impactos resultantes do empreendimento, pois são consideradas escalas locais e regionais. Para que ocorra a aprovação de obras ou regulamentação de empreendimento já existente, são necessários os estudos para mensurar e avaliar os possíveis impactos. De acordo com a

Resolução CONAMA 001/86, Área de Influência de um empreendimento abrange a extensão geográfica a ser direta e indiretamente afetada pelos impactos gerados nas fases de planejamento, implantação e operação do mesmo. Para tanto, as áreas de influência do empreendimento foram classificadas em três níveis, a saber:

Área Diretamente Afetada (ADA) - corresponde à área utilizada pelo empreendimento que sofrerá a ação direta da operação e ampliação do empreendimento. Na ADA são considerados os meios: biótico, físico e socioeconômico, sendo identificada a população atingida e analisados os impactos.

Área de Influência Direta (AID) - corresponde a uma extensão da Área Diretamente Afetada (ADA), mais abrangente, que sofrerá os impactos diretos da operação e ampliação do empreendimento;

Área de Influência Indireta (AII) - corresponde à área real ou potencialmente pode ser afetada sujeita pelos impactos indiretos da operação e ampliação do empreendimento e tem como critério de análise uma escala com caráter regional. Engloba as duas outras áreas (ADA e AID), conforme figura abaixo:

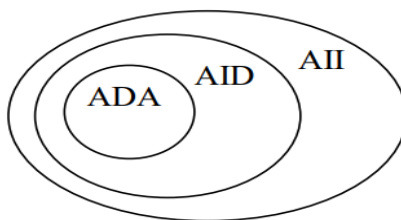


Figura 1: Área de Influência

Para realizar a delimitação das áreas de influência nos estudos ambientais, são considerados os impactos sobre os meios biótico, físico e socioeconômico. O meio biótico se relaciona aos seres que têm vida, como a fauna e a flora. O meio físico é o que sustenta a vida no meio biótico e inclui o ar, as águas, o clima e o solo. O meio socioeconômico faz a relação entre a população afetada, com fatores sociais, culturais e econômicos (Flávio Barbosa de Castro e Rogério Gesta Leal, As áreas de influência como forma de proteção ao direito fundamental ao meio ambiente urbano, Revista Paradigma, Ribeirão Preto-SP, a. XXIV, v. 28, n. 3, p. 201-214, set/dez 2019, ISSN 2318-8650).

Qualquer empreendimento no espaço urbano gera impactos no âmbito das relações sociais, culturais, econômicas e políticas na área do seu entorno. Por isso, dentro dos estudos ambientais é imprescindível o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), mais um importante instrumento da política ambiental e urbana. O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) foi normatizado no artigo 4º, VI, da Lei 10.257/2001 do Estatuto da Cidade, esta mesma lei deixou a cargo dos municípios a definição de empreendimentos sujeitos ao EIV para obter licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento no âmbito local. A Área de Influência do empreendimento deve ser delimitada considerando todos os possíveis impactos, podendo ir além dos limites do município ou até mesmo do próprio Estado. Assim sendo, as áreas de influência são as aquelas em que podem ser percebidas as consequências do impacto ambiental.

Nas áreas de influência dos estudos ambientais é fundamental também a participação da comunidade no processo de fiscalização, a população afetada tem o direito de participar ativamente das decisões políticas ambientais, visto que, os danos ambientais são coletivos. Essa participação popular é assegurada na Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio

ambiente no Princípio 10: A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados, por sua vez, deverão promover a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Além disso, deverá ser proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos (ONU. Declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, Rio de Janeiro, junho de 1992, disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?format=pdf>>, acesso em 08-02-2022).

Infelizmente, é o não conseguimos observar na prática, a população afetada pelo empreendimento não é envolvida na avaliação dos impactos ambientais e nem nos processos decisórios, com também, não recebe a informação e o apoio jurídico/ administrativo necessários para pleitear as a reparação integral dos danos causados pelo empreendimento. Essa é a realidade das comunidades que hoje vivem em isolamento socioeconômico no que restou dos bairros atingidos pela exploração predatória de sal-gema. A população dos Flexais, Quebradas, Rua Marquês de Abrantes e da Rua Santa Luzia no Saem, tiveram todos os seus direitos individuais e coletivos violados através das ações e tratativas da Braskem sobre a situação de vulnerabilidade das mesmas. Vale ressaltar que essas comunidades remanescentes fazem parte do passivo ambiental da mineradora, uma vez que estão inseridas nas áreas de influência direta e indireta.

O passivo ambiental representa o valor econômico referente aos danos ambientais e sociais que não foram ainda reparados e que a empresa causadora dos danos tem por obrigação de arcar: “A essência do passivo ambiental está no controle e reversão dos impactos das atividades econômicas sobre o meio natural, envolvendo, portanto, todos os custos das atividades que sejam desenvolvidas nesse sentido, podendo os danos ambientais serem relativos a recursos hídricos, à atmosfera, ao solo e ao subsolo, perda da biodiversidade, danos à saúde e à qualidade de vida, impactos na atividade econômica e, por fim, impactos sociais e culturais” (Raimunda Maciel Sacramento de Malafaia, Passivo ambiental: Mensuração, Responsabilidade, Evidenciação e Obras Rodoviárias, IX SINAOP novembro de 2004 TCE/RJ – Rio de Janeiro).

A Braskem, como empresa devidamente licenciada deve tornar público os estudos de impacto ambiental e assumir a responsabilidade sobre o passivo ambiental que tem em relação a população remanescente que se encontra nas áreas de influência direta e indireta. É importante salientar que no acordo firmado entre a Força Tarefa e a Braskem não foi levado em consideração a delimitação dessas áreas de influência que obrigatoriamente deve fazer parte do processo de licenciamento da empresa. É fato que para que a Braskem continue suas atividades é necessário que periodicamente as licenças sejam renovadas e para que isso ocorra são necessários estudos básicos atualizados sobre os impactos causados por sua mineração ao meio ambiente e a população. O órgão estadual responsável pelo licenciamento e fiscalização deste e de outros empreendimentos, o Instituto do Meio Ambiente (IMA) tem a obrigação de zelar para que a legislação ambiental seja respeitada, garantindo os direitos individuais e coletivos da população afetada a um ambiente sustentável.

Portanto, é questionável a não utilização das áreas de influência como referência para as remoções que se fazem necessárias dessas comunidades remanescentes, tendo em vista a gama de danos causados a essa população, danos estes que não podem ser restringidos aos danos geológicos como foi posto no acordo vigente. Sendo assim, para fins de inclusão no



programa de compensação financeira e apoio a realocação, deve ser considerado o passivo ambiental da Braskem como um todo, sendo feita a reparação integral dos danos a essas comunidades inseridas nas áreas de influência, com a remoção imediata e indenização delas.

## **VII - DA REVITALIZAÇÃO E DA REALOCAÇÃO – DAS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL E DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE O EMPOBRECIMENTO DAS POPULAÇÕES AFETADAS POR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO**

A Braskem, através da empresa Diagonal, apresentou um plano de revitalização para as áreas dos Flexais e das Quebradas. Mas o que revitalizar se toda a região ao redor está posta como região de risco geológico e toda a população e o que existia de serviços urbanos, públicos e privados, nestas áreas de perigo foram retirados? Ou estão em vias de desaparecimento por falta de sustentabilidade econômica?

Eis as conclusões do estudo:



### **PLANO DE AÇÕES SOCIAIS**

Plano de Trabalho



### **Conclusões**

- Existem de fato **impactos adversos** sobre a **área do Flexal** com o **deslocamento de pessoas e atividade dos bairros vizinhos**, parte dos quais estão bem expressos nas falas da população apresentadas no contexto;
- Porém, neste caso recomenda-se a **implementação de medidas socioeconômicas** como solução, **ao invés de realocação da população**
  - Segundo agências e organismos nacionais e internacionais<sup>1</sup> (BID, BIRD, IFC), os processos de deslocamento de populações e atividades devem ser **evitados ou minimizados**. **A exceção são situações de risco** que não sejam passíveis de solução, **evitando impactos adversos** nos indivíduos e comunidades receptoras
  - No caso do **deslocamentos necessários**, é possível **adotar ações para mitigar os eventuais impactos econômicos e sociais negativos** para a população remanescente, tais como medidas para:
    - Proporcionar um nível adequado de **acesso a serviços**; reduzir impactos aos **meios de sobrevivência**; criar/fomentar **oportunidades econômicas** na nova conformação urbana; e promover questões de **segurança** das famílias
- Neste primeiro momento foi desenvolvido um **estudo rápido** com medidas de compensação de efeito imediato orientadas para a **integração com Chã de Bebedouro** e para **soluções socioeconômicas locais**
  - **Estudo Preliminar do PAS para a Área do Flexal e entorno** conclui que a área se caracteriza como **NF2**
  - Medidas **propostas serão complementadas** com a **conclusão do PAS**

(Diagonal, Plano de Ações Sociais: Plano de Trabalho, p. 40).

Comentemos estas conclusões.

“• Existem de fato impactos adversos sobre a área do Flexal com o deslocamento de pessoas e atividade dos bairros vizinhos, parte dos quais estão bem expressos nas falas da população apresentadas no contexto;”

Como reconhecido pela DPU na ação civil pública mencionada e pela Defesa Civil de Maceió, a maior parte dos estabelecimentos de serviços de convivência urbana foram desativados. Os estabelecimentos localizados na região central de Bebedouro, área que os Flexais, Quebradas e Rua Marquês de Abrantes tem ligação histórica e física, foram desativados de forma definitiva, pois encontram-se na área de risco geológico direto (primário), não podendo mais ser recuperados.

“• Porém, neste caso recomenda-se a implementação de medidas socioeconômicas como solução, ao invés de realocação da população;”

Que medidas socioeconômicas podem ser apresentadas para retornar ao antigo dinamismo social e econômico da região, se a população de suporte e a área de exploração econômica foi definitivamente interditada, que ficava na região central de Bebedouro? O plano tem o claro objetivo de remendar um tecido totalmente puído, precisando esta população retomar suas vidas de modo digno em outros lugares que ofereçam condições para tal. A solução de remediar essa situação insustentável tem como efeito permanente a consolidação do empobrecimento de toda essa população de atingidos.

“- Segundo agências e organismos nacionais e internacionais (BID, BIRD, IFC), os processos de deslocamento de populações e atividades devem ser evitados ou minimizados. A exceção são situações de risco que não sejam passíveis de solução, evitando impactos adversos nos indivíduos e comunidades receptoras”

Se os organismos internacionais falam que os deslocamentos das populações devem ser evitados, a própria proposta diz que isso não deve acontecer nos casos de “situações de risco que não sejam passíveis de solução” e este é o caso. Como demonstrado anteriormente, tanto nas considerações dos riscos diretos (primários), como dos riscos indiretos (secundários), em que ficou demonstrado que os riscos físicos precisam ser melhor estudados e os riscos indiretos são evidentes, inclusive já constatados pela DPU e pela Defesa Civil de Maceió.

“- No caso do deslocamentos necessários, é possível adotar ações para mitigar os eventuais impactos econômicos e sociais negativos para a população remanescente, tais como medidas para:

- Proporcionar um nível adequado de acesso a serviços; reduzir impactos aos meios de sobrevivência; criar/fomentar oportunidades econômicas na nova conformação urbana; e promover questões de segurança das famílias”

É de ser dito que o raciocínio desta conclusão parte do pressuposto oculto de que o problema decorreu de um desastre, tipo natural, que não teve um causador, que, no caso, foi uma empresa exploradora dos recursos minerais da região, que vem lucrando bilhões por ano, enquanto a população atingida deve ter sua situação “minorada”. “mitigada” e não resolvida, como merece.

Se parcela desta população pode ser considerada como economicamente vulnerável, pela proposta apresentada vai ficar ainda mais pobre, pois mitigação da pobreza é a miséria!

Isso porque o lado economicamente dinâmico do território afetado, que era a região central de Bebedouro, está totalmente desativado por estar na região de risco geológico direto (primário). E a própria comunidade remanescente não tem forças econômicas para se soerguer por si só e a proposta de interligar com a zona tida como sem risco, a região de Chão

de Bebedouro, que antes pertencia ao próprio Bebedouro, não tem dinamismo suficiente para fazer progredir toda uma nova comunidade para ser inserida, pois ela também apresenta suas próprias deficiência econômico-sociais.

Que medidas podem ser adotadas para “mitigar” os impactos econômicos negativos vigentes sem que haja uma piora considerável das condições econômicas dessa população, ou seja, que não agrave o empobrecimento dessa população?

Medidas de mitigação servem para desastre naturais, ou até para o caso de investimentos públicos determinados, que gerem benefícios para toda a sociedade, contudo, não para desastre ambiental ocasionado pela exploração **predatória** dos recursos minerais existentes na região, que gerou bilhões de lucros para alguns muito poucos acionistas da empresa infratora e uma situação de desgraça e desalento para dezenas de milhares de pessoas.

A proposta de mitigação chega a representar um insulto para quem vem sofrendo com as consequências nefastas desta situação, em contrapartida à ganância do outro lado que se nega a respeitar a lei no sentido de reparar integralmente o dano que causou!

E só pode reparar integralmente o dano que causou indenizando integralmente todos os prejuízos causados, seja material, moral e existencial.

“• Neste primeiro momento foi desenvolvido um estudo rápido com medidas de compensação de efeito imediato orientadas para a integração com Chã de Bebedouro e para soluções socioeconômicas locais”

Como falado acima, essas medidas propostas são insatisfatórias e não representam uma verdadeira solução, que é a reparação integral do dano, mas mera “mitigação”, ou seja, “pagar barato”, por uma obrigação que tem que assumir em decorrência da exploração predatória da natureza.

“- Estudo Preliminar do PAS para a Área do Flexal e entorno conclui que a área se caracteriza como NF2”

Segundo o estudo, ele divide as áreas em “NF1 - Área de interdição e realocação em decorrência da subsidência”; “NF2 - Área e população do entorno do NF1 com potenciais alterações em sua dinâmica cotidiana”; “NF3 - Áreas anfitriãs onde se registra maior concentração da população realocada”; “NF4 - Área urbana de Maceió – objeto de políticas públicas e programas”.

Considerando a área como NF2 reconhece que ela teve alterações na sua dinâmica cotidiana por estar no entorno da área diretamente atingida. Como já falado, a “mitigação” não oferece uma solução adequada para o problema, pois, ou irá piorar o problema, ou irá consolidar uma situação de permanente deficiência.

“- Medidas propostas serão complementadas com a conclusão do PAS”.

Neste ponto de encerramento das conclusões fala que as considerações feitas deverão ser melhor desenvolvidas, sobre o que nada temos a acrescentar, pois se o ponto de partida é falso, nada há o que salvar.

Nas considerações posteriores, antes de apresentar as ideias gerais de mitigação, faz uma consideração que deve ser considerada inaceitável:



“iv. Que existe uma demanda pela realocação de parte dos moradores, decorrente das alterações nas suas dinâmicas, mas também pela expectativa pela compensação financeira.” (p. 42).

Esta afirmativa é inaceitável porque parte do pressuposto de que se quer a realocação para receber a compensação financeira, e não de que se quer a realocação com a compensação financeira porque não se tem mais condições de convivência onde se encontram e que essa situação deve ser integralmente reparada, e não apenas “mitigada”, pelo causador de todo esse dano.

Esse desejo pela realocação com a compensação financeira é mais do que justo, porque a população atingida sofreu um dano muito grave e é direito seu, e obrigação do causador do dano, repará-lo. Não se pede nada mais, nada menos, do que o cumprimento de um dever legal! Entretanto, para quem elaborou esse estudo parece ser algo indevido, o que de logo deve ser rechaçado por ter um conteúdo totalmente divorciado da realidade e dos preceitos legais.

O Plano de Ações Sociais reconhece que há “impactos adversos sobre a área do Flexal com o deslocamento de pessoas e atividade dos bairros vizinhos”, contudo conclui que “neste caso recomenda-se a implementação de medidas socioeconômicas como solução, ao invés de realocação da população” e para tanto diz que: “Segundo agências e organismos nacionais e internacionais (BID, BIRD, IFC), os processos de deslocamento de populações e atividades devem ser evitados ou minimizados. A exceção são situações de risco que não sejam passíveis de solução, evitando impactos adversos nos indivíduos e comunidades receptoras.”

Como revitalizar uma área em que suas vias de acesso estão caracterizadas como área de risco? Como revitalizar uma região em que suas áreas de ligação social estão destruídas e os estabelecimentos urbanos-sociais públicos e privados foram fechados e não mais existem?

O documento alude a organismos internacionais, mas sem citar expressamente as fontes em que se baseia tais posicionamentos. Entretanto, consultando alguns documentos destes organismos chegamos a uma posição diametralmente contrário ao que foi dito. Vejamos.

**O BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio da Política Operacional OP-710, que trata do “Reassentamento involuntário: Política operacional e documento de antecedentes”, diz:**

#### **“I. DEFINIÇÃO E ESCOPO**

Esta política abrange qualquer deslocamento físico involuntário de pessoas causado por um projeto do Banco. Aplica-se a todas as operações financiadas pelo Banco, nos setores público e privado, seja o financiamento canalizado diretamente (como em empréstimos de investimento) ou administrado por intermediários (como em obras múltiplas, programas de crédito por etapas ou multissetoriais). Exclui esquemas de colonização e o reassentamento de refugiados ou vítimas de desastres naturais.” (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Política Operacional OP-710: Reassentamento involuntário: Política operacional e documento de antecedentes, Washington, D.C., outubro de 1998, nº IND — 103, aprovada pela Diretoria Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento no dia 22 de julho 1998, p. 1, disponível em <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-110529158-68>, acesso em 28-07-2021).

Essa política de orientação só serve, restritamente, para as atividades e programas financiados pelo próprio Banco, que acarretam reassentamento involuntário, como projetos de construção de hidroelétricas, reurbanização etc. Contudo, a infratora ambiental vem propagando que utiliza essa norma para o seu chamado programa de compensação financeira, como se tivesse fazendo algum programa de investimento para melhoria das condições de vida

da população agredida por sua mineração predatória. Na verdade, a população não precisa de mitigação, precisa de reparação integral dos danos que vêm sofrendo!

**“3. Análise de risco de empobrecimento.** Quando as informações de base indicarem que um número substancial de pessoas a serem reassentadas pertencem a grupos marginalizados ou de baixa renda, deve-se considerar especialmente os riscos de empobrecimento a que poderão ficar expostos em virtude do reassentamento, em consequência do seguinte:

- perda de habitação, terras ou acesso a propriedade comum ou outros direitos a propriedade imobiliária em decorrência da falta de título claro, pressão econômica ou outros fatores;
- perda de emprego;
- perda de acesso aos meios de produção;
- insegurança alimentar, maior morbidade ou mortalidade;
- desarticulação das redes sociais; e
- Perda de acesso à educação.

Uma análise pormenorizada será realizada na primeira oportunidade, cobrindo gênero, etnia, renda e outros fatores socioeconômicos, a fim de determinar os riscos e formular medidas preventivas para minimizá-los. Nesse contexto, a compensação em dinheiro não será oferecida como opção, a menos que o ambiente institucional e o mercado habitacional ou os serviços complementares incluídos no plano de reassentamento sejam tais que assegurem que possa ser investido de forma a restaurar o padrão de vida da população afetada.” (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Política Operacional OP-710: Reassentamento involuntário: Política operacional e documento de antecedentes, Washington, D.C., outubro de 1998, nº IND — 103, aprovada pela Diretoria Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento no dia 22 de julho 1998, p. 2, disponível em <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-110529158-68>, acesso em 28-07-2021).

O risco do empobrecimento acontecerá com o plano de revitalização, porque os fatores que antes existiam não voltarão, e mesmo com os fatores antes existente a população não tinha vida fácil, com a proposta de consolidação da situação atual, com a revitalização, com a “mera mitigação”, desta situação, será a perpetuação desse estado de coisas, pois a situação anterior não voltará, não havendo como “restaurar o padrão de vida da população afetada”. O centro de Bebedouro abrigava a maior parte das atividades sociais e econômicas da região, com a sua supressão é também a supressão de todas essas atividades e do potencial que tinha.

Como o BID alerta, a compensação em dinheiro deve ser tal que “possa ser investido de forma a restaurar o padrão de vida da população afetada”. A reparação deve ser integral, como legalmente garantido, e sem isso será mera “mitigação”, ou numa linguagem dura, mas autêntica, pura enganação, um mero pirulito para quem está precisando de uma refeição completa!

#### **“A. COMO EVITAR O REASSENTAMENTO OU MINIMIZAR A SUA MAGNITUDE**

A literatura sobre o reassentamento e a própria experiência do Banco demonstram que o reassentamento é uma atividade complexa, cara e arriscada, que geralmente não consegue restaurar, muito menos melhorar, as condições socioeconômicas da população deslocada (Suarez et. al, 1984). Além disso, e geralmente difícil medir o custos plenos, sociais e econômicos do reassentamento o que nos leva a evitar ou reduzi-los ao mínimo quando possível. Isso requer consideração seria de todos os locais e soluções alternativas que possam evitar ou que minimizem o número de pessoas afetadas. Outra alternativa a ser avaliada é a de simplesmente não empreender o projeto.

Um princípio fundamental é que a população deslocada não deve ser forçada a subsidiar um projeto, especialmente pelo fato da experiência demonstrar que, em geral, os afetados são os setores mais pobres e vulneráveis da população (Mahatrapa, 1991).” (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Política Operacional OP-710: Reassentamento involuntário: Política operacional e documento de antecedentes, Washington, D.C., outubro de 1998, nº IND — 103, aprovada pela Diretoria Executiva

do Banco Interamericano de Desenvolvimento no dia 22 de julho 1998, p. 20, disponível em <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-110529158-68>, acesso em 28-07-2021).

O Banco fala de uma situação em que a população afetada possui meios adequados para viver e o local, e suas condições anteriores, podem ser preservados, ou refeitos. Mas, numa situação em que o local já foi degradado, destruído, só resta a realocação da população, com indenização em dinheiro que permita essas pessoas reiniciarem suas vidas com condição digna. A proposta de revitalização é querer que a população financie o desastre ambiental provocado pela mineradora, pois sua situação anterior não poderá ser restabelecida, pois o centro da dinâmica social e econômica que era a parte central de Bebedouro encontra-se na parte de risco geológico direto.

#### “C. COMO EVITAR O EMPOBRECIMENTO

Em geral, o reassentamento afeta adversamente os grupos de renda mais baixa e mais vulneráveis, tais como os posseiros urbanos e rurais, que carecem de título de propriedade de suas terras. Eles devem ser o enfoque principal dos programas de reassentamento, tendo em vista que as limitações nas leis e regulamentos que regem a expropriação e a compensação geralmente tornam difícil para eles substituir os seus bens e oportunidades perdidas. Além disso, a sua falta de educação formal geralmente os coloca numa situação de desvantagem quando tratam com as autoridades, o que leva a que as suas reivindicações sejam ignoradas, causando ainda maior empobrecimento. As pessoas que não são nem de baixa renda nem vulneráveis e que desfrutam de título formal de propriedade de seus bens estão menos sujeitas aos efeitos negativos do reassentamento. Os procedimentos locais de expropriação geralmente proporcionam compensação adequada para os seus bens perdidos ou prejudicados, desde que métodos adequados de avaliação sejam aplicados e mecanismos efetivos de recurso estejam disponíveis. Se a compensação for adequada, é provável que essas pessoas mudem antes de serem deslocadas pelo projeto. Elas substituem os seus bens, serviços ou fontes de renda por meio do mercado.” (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Política Operacional OP-710: Reassentamento involuntário: Política operacional e documento de antecedentes, Washington, D.C., outubro de 1998, nº IND - 103, aprovada pela Diretoria Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento no dia 22 de julho 1998, p. 23, disponível em <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-110529158-68>, acesso em 28-07-2021).

Os grupos de baixa renda terão sua condição consolidada de piora com o projeto de revitalização, pois a área da Chã de Bebedouro não tem condições de substituir a área central de Bebedouro, pois ela mesma era dependente desta região suprimida da geografia humana e econômica da cidade. Assim, como falar em “revitalização”? A revitalização será a consolidação do empobrecimento dessa população.

#### “A necessidade de reabilitação

Tao logo se chegue à conclusão de que o reassentamento é inevitável, o próximo passo é elaborar um plano de reassentamento que minimize o impacto sobre as comunidades afetadas e, sempre que possível lhes permita beneficiar do projeto ou do desenvolvimento da sua área de influência. O plano de reassentamento poderia também ser visto como uma oportunidade de desenvolvimento social e econômico em vez de uma atividade de alívio, devendo concentrar-se no atendimento das necessidades das pessoas afetadas em vez de abrir caminho para o projeto principal.

**No mínimo, deve-se compensar plenamente os impactos negativos do reassentamento, de forma que, após um período razoável de transição, as pessoas afetadas possam restaurar a sua vida pelo menos aos níveis anteriores e possam integrar-se na comunidade em que serão reassentadas [Destaque nosso].** Sempre que os meios de vida das pessoas forem afetados pelo reassentamento, em virtude da perda de terras, dos bens de produção ou do acesso ao emprego, tanto do setor formal quanto informal, o mutuário é responsável por assegurar que a sua base produtiva e capacidade de ganhar renda sejam melhoradas ou pelo menos restauradas aos níveis de que desfrutava antes do deslocamento. Isso implica compensação pelos bens perdidos



e fluxos de renda e pode ser necessária a restauração da capacidade do grupo de funcionar como uma unidade social e econômica. O reassentamento é um processo que começa antes do projeto ser formalmente aprovado e não termina necessariamente com a conclusão das atividades de deslocamento, momento em que a reconstrução da comunidade esta apenas começando. Isso ressalta a importância do planejamento desde cedo e a necessidade de acompanhar a implementação até os prazos de pós-execução estabelecidos para a realização dos objetivos de reabilitação (Escudero, 1988).” (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Política Operacional OP-710: Reassentamento involuntário: Política operacional e documento de antecedentes, Washington, D.C., outubro de 1998, nº IND — 103, aprovada pela Diretoria Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento no dia 22 de julho 1998, pp. 26/27, disponível em <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-110529158-68>, acesso em 28-07-2021).

O reassentamento falado pelo BID é a construção de novas localidades para que as pessoas deslocadas possam retomar suas vidas. O que se propõe é que as pessoas atingidas possam ser integralmente indenizadas para com esse valor possam voltar a viver, pelo menos dentro do padrão anterior. No caso concreto é a realocação que aponta as melhores alternativas para a população atingida.

**O Manual Operacional do Banco Mundial Políticas Operacionais OP 4.12, dezembro 2001**, também fala do reassentamento involuntário, restringindo-se aos casos dos projetos financiados pelo Banco, como construções de hidroelétricas, reurbanização de cidades e outros.

#### **“Reassentamento Involuntário**

1. A experiência do Banco indica que se o reassentamento involuntário em projetos de desenvolvimento, não for complementado com medidas atenuantes, causa, muitas vezes graves riscos econômicos, sociais e ambientais: os sistemas de produção são desagregados; pessoas deparam-se com um empobrecimento quando perdem o seu patrimônio ou fontes de renda; populações são realocadas para locais onde a respectiva capacidade de produção pode ser menos utilizada e a competição pelos recursos maior; instituições comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas; grupos de familiares são dispersados; e a identidade cultural, autoridade tradicional e o potencial para ajuda mútua se perdem ou diminuem. Esta política operacional inclui salvaguardas para orientar e atenuar estes riscos de empobrecimento.

#### **Objetivos desta Política**

2. O reassentamento involuntário pode provocar danos a longo prazo, empobrecimento e danos ambientais, exceto se medidas apropriadas forem cuidadosamente planejadas e implementadas. Por tais razões, os objetivos genéricos da política do Banco referente a reassentamento involuntário são os seguintes:

(a) O reassentamento involuntário deve ser evitado sempre que possível, ou então minimizado, explorando-se todas as alternativas viáveis para o design do projeto.

(b) Quando não for possível evitar o reassentamento involuntário, as atividades de reassentamento deverão ser concebidas e executadas como programas de desenvolvimento sustentável, fornecendo-se recursos para investimento suficiente para que as pessoas deslocadas pelo projeto possam participar dos benefícios providos pelo mesmo projeto. Pessoas deslocadas deverão ser consultadas extensivamente e deverão ter oportunidades para participar do planejamento e implementação de programas de reassentamento.

(...)

(c) Pessoas deslocadas deverão ser assistidas nos seus esforços para melhorarem o modo e condições de vida ou pelo menos para restaurar, em termos reais, as condições previamente ao reassentamento ou ao início da implementação do projeto, prevalecendo o qual for mais elevado.” (Banco Mundial, Manual Operacional do Banco Mundial Políticas Operacionais OP 4.12: Reassentamento Involuntário, de dezembro 2001, pp. 1/2, disponível em

<<http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Arquivos/BancoMundial/Politica/Reassentamento Involuntario/Reassentamento Involuntario.pdf>>, acesso em 19-09-2021).

O caso trata de uma região em que a sua parte mais dinâmica social e economicamente foi destruída e deslocada, ficando uma diminuta parte desta população, que sem o seu setor mais desenvolvido não tem como se manter nos padrões anteriores.

A proposta apresentada de revitalização propõe que a região remanescente se ligue em outra região que, também, dependia da região central que foi destruída. Como com isso defender que sua condição anterior seja reabilitada?

A legislação brasileira assegura que todas as pessoas que sofrem danos, seja ele quais for, seja reparada de modo integral. A população do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes e da Vila Saem estão com sua situação de vida degradadas pelo esvaziamento social e econômico da região em que mantinham suas principais relações. A proposta de revitalização apenas maquia esta situação, contrariando o dito popular de que “não se põe remendo novo em vestido velho”, mas é o que a proposta quer.

A proposta de realocação é a de fornecimento de “recursos para investimento suficiente para que as pessoas deslocadas pelo projeto [leia-se, tragédia ambiental] possam participar dos benefícios providos pelo mesmo projeto [o que não será possível, pois os benefícios foram para os acionistas e os prejuízos para toda a população!]”, mas ao menos possam construir dignamente seus próprios projetos.

Um jornal da cidade já registra a oposição da população contra esse plano de revitalização, defendendo que sejam realocados, com indenizações justas para que todos os danos sofridos possam ser reparados.

14

**TRIBUNA**

**CIDADES**

MACEIÓ - ALAGOAS  
SÁBADO E DOMINGO, 21 E 22 DE AGOSTO DE 2021

# Plano da Braskem prevê revitalização do Flexal; moradores são contra

Documento está em fase inicial e prevê construção de vias, escadarias, mas para moradores medo e incertezas continuarão

**FYELSON PEREIRA  
REDAÇÃO**

**U**m plano de ação para os moradores do Flexal e Marquês de Abrantes no bairro de Belvedere em Maceió foi apresentado na semana passada pela Braskem em reunião com Ministério Público Federal (MPF) e autoridades. O documento, ainda em fase preliminar, prevê a revitalização da região com a construção de ruas, escadarias, entre outros, melhorias. Entretanto, moradores estão preocupados com a possibilidade de remoção de suas casas e a possibilidade de serem deslocados para outras áreas. Segundo a defesa, o plano de revitalização é apenas uma estratégia para manter a população na área, sem resolver os problemas estruturais.

“A Braskem apresentou um plano de revitalização para o Flexal de Baixo e de Cima e um plano de realocação para o Flexal de Baixo e de Cima e um plano de realocação para o Flexal de Baixo e de Cima”, disse a defesa.

“A Braskem apresentou um plano de revitalização para o Flexal de Baixo e de Cima e um plano de realocação para o Flexal de Baixo e de Cima”, disse a defesa.

“A Braskem apresentou um plano de revitalização para o Flexal de Baixo e de Cima e um plano de realocação para o Flexal de Baixo e de Cima”, disse a defesa.

*Plano de ação para áreas de Flexal e Marquês de Abrantes, em Belvedere, foi apresentado semana passada*

(Tribuna Independente, Plano da Braskem prevê revitalização do Flexal; moradores são contra, 21 e 22 de agosto de 2021, Maceió, p. 14).

Um outro fato silenciado é que, pelo menos parte deste plano de revitalização não poderá ser executado sem ferir de morte a legislação vigente, pois as pessoas por não terem condições de morarem em moradias regulares, muitas foram morar nas regiões de encostas e essas áreas são de preservação ambiental permanente e consideradas áreas de risco permanente para efeito do plano de prevenção da Defesa Civil de todo o país.

A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que “Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 12.983, de 2014)”, preconiza:

**“Art. 3º-B. Verificada a existência de ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, o município adotar as providências para redução do risco, dentre as quais, a execução de plano de contingência e de obras de segurança e, quando necessário, a remoção de edificações e o reassentamento dos ocupantes em local seguro. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)**

**§ 1º A efetivação da remoção somente se dará mediante a prévia observância dos seguintes procedimentos: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)**

**I - realização de vistoria no local e elaboração de laudo técnico que demonstre os riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)**

**II - notificação da remoção aos ocupantes acompanhada de cópia do laudo técnico e, quando for o caso, de informações sobre as alternativas oferecidas pelo poder público para assegurar seu direito à moradia. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)**

**§ 2º Na hipótese de remoção de edificações, deverão ser adotadas medidas que impeçam a reocupação da área. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)**

**§ 3º Aqueles que tiverem suas moradias removidas deverão ser abrigados, quando necessário, e cadastrados pelo Município para garantia de atendimento habitacional em caráter definitivo, de acordo com os critérios dos programas públicos de habitação de interesse social. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)”. (Destaque nosso).**

O plano de revitalização prevê a construção de escadarias, e seu embelezamento com outras obras, nas Quebradas, que é área de encosta, é uma área de proteção ambiental (APA), o que caracteriza um plano ambientalmente agressivo, que coloca a população em risco de desastres naturais, e que por isso não deve prosperar.

Se a situação fosse de desastre natural o Município, com recursos próprios e do Governo Federal, deveria promover a remoção dessas famílias que ali habitassem, garantindo o “atendimento habitacional em caráter definitivo, de acordo com os critérios dos programas públicos de habitação de interesse social” (Art. 3º-A, § 3º, da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, conforme redação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012). Como não se trata de desastre natural, mas de um desastre causado pela exploração minerária predatória tal encargo deve ser assumido pelo causador do dano, que foi a Braskem.

Por tais razões, o MUVB pede a rejeição do projeto de revitalização dos Flexais e a realocação imediata da população do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes, na sua integralidade, e da Vila Saem.

## **VIII - DA MORADIA ADEQUADA E DIGNA – O CONCEITO DO COMITÊ DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS**



O Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais diz que a moradia adequada deve preencher as seguintes características:

“ Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.

Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991).” (Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Direito à moradia adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013, p. 13).

A população remanescente das áreas afetadas não está tendo o seu direito de moradia adequada e digna respeitado, pois a situação de insegurança é permanente e os serviços urbanos, antes existentes, hoje praticamente desapareceram, além das oportunidades de renda e emprego, que antes havia, e que hoje não tem mais.

## **IX – DAS CONCLUSÕES E DOS REQUERIMENTOS**

Diante de todo o que foi exposto, requer:

a) Por tais razões, o MUVB requer que seja analisado, de modo aprofundado, a situação de risco geológico direto (primário) de toda a região do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes (em toda a sua extensão) e da Vila Saem (particularmente a Rua Santa Luzia), chamando a Defesa Civil Municipal e o SGB-CPRM para realizar esses estudos, pois é a entidade que tem experiência comprovada na análise dessas situações de risco, para que toda e qualquer dúvida seja espancada, esclarecendo à população da região sobre a sua segurança, e possam as próprias autoridades ter as informações necessárias para subsidiar sua atuação.

b) Por essas razões, o MUVB pede que seja aprofundado o estudo acerca dos riscos geológicos indiretos (secundários), tais como o risco físico, o do isolamento socioeconômico, do risco psicológico à população afetada e das consequências negativas à educação, à saúde e a segurança da população, abrangendo não só os Flexais e as Quebradas, mas toda a extensão da Rua Marquês de Abrantes e toda a Vila Saem e suas ruas adjacentes.

c) Por tais razões, o MUVB pede a rejeição do projeto de revitalização dos Flexais e a realocação imediata da população do Flexal de Baixo, do Flexal de Cima, das Quebradas, da Rua Marquês de Abrantes, na sua integralidade, e da Vila Saem (particularmente a Rua Santa Luzia).

Nestes termos pede e

Espera deferimento.

Maceió, 25 de maio de 2022.

**CÁSSIO DE ARAUJO SILVA**

MUVB – MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM

**NEIREVANE NUNES FERREIRA DE SOUZA**

MUVB – MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM

**MAURÍCIO SARMENTO DA SILVA**

MUVB – MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM